



DOSSIER:
**Mobilidade Científica
& Imigração Qualificada**

ORGANIZAÇÃO: BEATRIZ PADILLA · THAIS FRANÇA

FORUM

Sociológico

CICS.NOVA – CENTRO INTERDISCIPLINAR DE CIÊNCIAS SOCIAIS

SÉRIE II **N.º 27 · 2015**

FORUM Sociológico

CICS.NOVA – CENTRO INTERDISCIPLINAR DE CIÊNCIAS SOCIAIS SÉRIE II N.º 27 · 2015

Fundador	Moisés Espírito Santo
Diretora	Ana Alexandre Fernandes
Conselho de Redação	Ana Alexandre Fernandes ISCSP-ULisboa; Beatriz Padilla CIES-IUL; Helena Serra FCSH-UNL; João Pedro Silva Nunes FCSH-UNL; José Carlos Marques IP-Leiria; Luís Vicente Baptista FCSH-UNL; Maria João Bárrios ISCSP-ULisboa; Miguel Chaves FCSH-UNL; Patrícia Pereira FCSH-UNL
Assistente Editorial	Brenda Silva
Conselho Editorial	Alain Bourdin IFU-França; Ana Nunes de Almeida ICS-UL; Anália Torres ISCSP-ULisboa; António Firmino da Costa CIES-IUL; Carlos Miguel Ferreira ULHT; Graça Índias Cordeiro CIES-IUL; Isabel Dias FLUP; Joan Josep Pujadas URV-Espanha; João Gonçalves FCSH-UNL; João Teixeira Lopes FLUP; José Luis Vieira UDC-Espanha; Loïc Wacquant UC, Berkeley-USA; Luc Boltanski EHES-GSPM; Tim Sieber UMass, Boston-USA
Logotipo e Capa	Carolina Basto
Paginação	Ana Paula Silva
Propriedade do título	CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais Edifício I&D, Avenida de Berna, n.º 26 1069-061 Lisboa Telefone: 00351 21 790 83 00 (ext. 1488) Fax: 00351 21 790 83 08 Email: forum@fcsch.unl.pt Site: http://sociologico.revues.org/
Apoios	Publicação subsidiada por Fundos Nacionais ao abrigo do projeto UID/SOC/04647/2013 da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
Depósito Legal	N.º 64682/93
ISSN	0872-8380

ÍNDICE

Editorial	5
DOSSIER: MOBILIDADE CIENTÍFICA & IMIGRAÇÃO QUALIFICADA	
Mobilidade científica e imigração qualificada: situando o debate <i>Beatriz Padilla e Thais França</i>	7
Movilidad de científicos franceses a México <i>Sylvie Didou Aupetit e María Cecilia Oviedo Mendiola</i>	11
Moving to integrate international students at Oswald Cruz Foundation, Rio de Janeiro <i>Isabela Cabral Félix de Sousa</i>	23
Migración cualificada y políticas públicas en América del Sur: El programa Prometeo como estudio de caso <i>Claudia Pedone e Yolanda Alfaro</i>	31
Love and Ryanair: Academic Researchers' Mobility <i>Alberta Giorgi e Luca Raffini</i>	43
Contratación internacional de médicos/as latinoamericanos/as en Portugal y España <i>María Cristina Romero e Erika Masanet</i>	53
Cooperação Sul-Sul, uma via alternativa? Um caso exploratório entre Brasil e Argentina <i>Thais França e Beatriz Padilla</i>	61
Relatos de Experiência	
Mobilidade Científica: Do ponto de vista de uma mexicana em movimento <i>María del Carmen Castillo Cisneros</i>	75
La movilidad social y geográfica de las mujeres de ciencia <i>Gabriela de la Peña Astorga</i>	79
Promesas del sur. Los claroscuros de la experiencia del intercambio de conocimiento y movilidad científica entre América Latina y Europa <i>Cecilia Melella</i>	83
Estudo exploratório sobre racionalidades leigas de saúde e doença mental em Maputo e João Pessoa <i>Bárbara Bäckström</i>	87
Recensões Críticas	
<i>Pellegrino, Adela; Bengochea, Julieta y Koolhaas, Martín (2013), La migración calificada desde América Latina: Tendencias y Consecuencias</i> <i>María Verónica Moreno</i>	99
<i>Solé, Carlota; Parella, Sonia; Petroff, Alisa (Coords.) (2014), Las migraciones bolivianas en la encrucijada interdisciplinar: evolución, cambios y tendencias</i> <i>Cecilia Melella</i>	101



EDITORIAL

O presente número monográfico da revista *Forum Sociológico* tem como objectivo discutir a mobilidade científica e académica de forma crítica e engajada, considerando as suas várias perspectivas e escalas. Os trabalhos aqui reunidos oferecem discussões e provocações estimulantes e originais acerca deste fenómeno e estão organizados em três secções distintas: artigos científicos, relatos de experiência e resenhas críticas.

Este número é um primeiro desdobramento da Conferência RESEARCHERS CROSSING BORDERS: TRANSNATIONAL SCIENTIFIC MOBILITY realizada em Lisboa nos dias 10 e 11 de setembro de 2015, no CICS.NOVA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, e organizada pelas autoras deste editorial, Beatriz Padilla e Thais França. A conferência teve como propósito explorar o fenómeno da mobilidade científica transnacional a partir de uma perspectiva crítica, desafiadora e inovadora concebendo-a como uma modalidade de imigração qualificada que abarca o movimento internacional de cientistas, professores/as, pesquisadores/as, investigadores/as, pós-doutorandos/as e estudantes de doutoramento, através de instituições, laboratórios, universidades e centros de investigação. Esta edição da *Forum Sociológico* reúne uma parte dos trabalhos apresentados na conferência, enquanto outros compõem o *e-book* RESEARCHERS CROSSING BORDERS: TRANSNATIONAL SCIENTIFIC MOBILITY, a ser lançado no verão de 2016.

Este número resulta de contributos de investigadoras que integram uma equipa internacional do projecto intitulado *Governança Multinível da Diversidade Cultural: Experiências Comparadas de Europa e América Latina – GovDiv*, financiado pelo 7º Programa Quadro da Comissão Europeia, dentro dos esquemas de *Ações Marie Curie*, coordenado por Beatriz Padilla. O *GovDiv* é, em si, um caso concreto de mobilidade internacional entre investigadores/as de 9 instituições científicas da União Europeia e América Latina. Neste sentido, algumas das notas de campo resultam de reflexões de membros das equipas que compõem o projecto, oferecendo um relato da experiência pessoal.

O trabalho de abertura deste número monográfico intitulado "Mobilidade Científica e Imigração Qualificada: Situando O Debate" de autoria das organizadoras deste número Thais França do CICS.NOVA (Polo UMinho), Portugal, e Beatriz Padilla do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES, ISCTE/IUL)

e do CICS.NOVA, Portugal, introduz o debate sobre a mobilidade científica e a imigração qualificada, recorrendo a uma revisão bibliográfica minuciosa que problematiza de forma crítica a complexidade do fenómeno, considerando seu aspecto multifacetado e as distintas variáveis envolvidas em sua configuração.

Na sequência, o trabalho "Movilidad de científicos franceses a México" de autoria de Sylvie Didou Aupetit e María Cecilia Oviedo Mendiola, do Departamento de Investigaciones Educativas del Centro de Investigación y Estudios Avanzados (DIE-CINVESTAV) do México, tem como objectivo investigar a mobilidade científica Sul-Norte a partir de um estudo de caso centrado em investigadores nascidos em França e radicados no México. O interesse principal é analisar a migração científica com fins de inserção profissional de média ou longa duração em postos de contratação definitiva.

Segue-se o artigo "Moving to integrate international students at Oswald Cruz Foundation, Rio de Janeiro" de Isabela Cabral Félix de Sousa da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/Fiocruz), Brasil, cujo propósito é discutir a integração de estudantes estrangeiros/as na Fiocruz no *campus* do Rio de Janeiro. Baseado numa metodologia de pesquisa qualitativa de carácter participativo, apresenta os esforços e dificuldades enfrentados pela Fundação e pelos seus/suas estudantes internacionais no que diz respeito à questão da integração.

Claudia Pedone do Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires-CONICET, Argentina, e Yolanda Alfaro da Unidad Académica de Estudios del Desarrollo, Universidad Autónoma de Zacatecas, México, no artigo "Migración cualificada y políticas públicas en América del Sur: El programa Prometeo como estudio de caso" trazem um caso especial que considera o actual posicionamento do Equador como destino de migração altamente qualificada, em resultado das transformações políticas, económicas e sociais na Europa. As autoras analisam o Programa *Prometeo* refletindo sobre a relevância de abordar a migração qualificada para um país do sul tendo em conta a heterogeneidade dos diferentes perfis migratórios – género, idade, origem regional e nacionalidade.

O trabalho "Love and Ryanair: Academic Researchers' Mobility" de Alberta Giorgi do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal, e Luca Raffini da Universidade de Genova,

Itália, explora, a partir de entrevistas em profundidade, as narrativas de vida e as auto-representações, relações amorosas e os arranjos da vida quotidiana de investigadoras em mobilidade intra-europeia. Mais ainda, nesta discussão abordam de forma crítica as implicações dos discursos sobre “fuga e circulação de cérebros” na literatura sobre mobilidade.

Em “Contratación internacional de médicos/as latinoamericanos/as en Portugal y España”, María Cristina Romero do Departamento de Sociología I da Facultad de Ciencias Políticas y Sociología da Universidad Complutense de Madrid, Espanha, e Erika Masanet do Departamento de Sociología y Antropología Social da Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Valencia, Espanha, fazem uma análise minuciosa das experiências dos/as médicos/as latino-americanos/as em Portugal e em Espanha, procurando compreender os seus percursos migratórios e profissionais nos atuais contextos neoliberais, em relação ao recrutamento internacional dos/as médicos/as, o reconhecimento das qualificações para o exercício da Medicina e os processos de integração profissional no sistema de saúde português e espanhol.

Thais França e Beatriz Padilla encarregam-se da última contribuição do conjunto de artigos que se dedica a apresentar resultados de pesquisa com o artigo “Cooperação Sul-Sul, uma via alternativa? Um caso exploratório entre Brasil e Argentina”, a discussão proposta gira em torno da mobilidade científica a partir de uma perspectiva política, tomando como estudo de caso as relações de cooperação científica entre o Brasil e a Argentina. A análise leva à uma reflexão crítica acerca do papel das cooperações Sul-Sul para o desenvolvimento científico dos países.

A secção dos relatos de experiência inicia-se com o depoimento “Mobilidade Científica: Do ponto de vista de uma mexicana em movimento” de María del Carmen Castillo Cisneros do Instituto Nacional de Antropología e Historia, INAH-Oaxaca, México. A partir das suas experiências de mobilidade para diferentes centros de investigação na Europa e para uma comunidade indígena no México, a autora reflete acerca da responsabilidade político-social implicada nestas deslocações.

Em “La movilidad social y geográfica de las mujeres de ciencia”, Gabriela de la Peña Astorga da Facultad de Ciencias de la Comunicación de la Universidad Autónoma de Coahuila, México, reconstrói o seu percurso académico afirmando o seu lugar como mulher, analisando como as questões de desigualdades de género são uma variável fundamental para se pensar a mobilidade académica e científica.

Cecilia Melella do Instituto Multidisciplinario de Historia y Ciencias Humanas (IMHICIHU) do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) e da Universidad de Buenos Aires, Argentina, a partir de sua experiência no Projecto GOVDIV *Multilevel governance of cultural diversity in*

a comparative perspective: EU-Latin America reflete no seu relato “Promesas del sur. Los claroscuros de la experiencia del intercambio de conocimiento y movilidad científica entre América Latina y Europa” acerca do alcance da burocratização do campo científico, da viabilidade e dos contratempos para a construção de redes científicas transnacionais e da necessidade e possibilidade concretas de construir um marco intercultural que propicie a comunicação e o intercâmbio científico.

O relato “Estudo exploratório sobre racionalidades leigas de saúde e doença mental em Maputo e João Pessoa” de Bárbara Bäckström do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais/CEMRI e do Departamento de Ciências Sociais e de Gestão, Universidade Aberta, Portugal, descreve o projecto de análise comparativa de racionalidades e formas de adoecer entre moçambicanos e brasileiros, realizado em dois países distintos, Moçambique e Brasil, ilustrando as diferenças e semelhanças destes contextos.

Finalmente, a secção de resenhas críticas conta com a contribuição de María Verónica Moreno do Instituto Gino Germani (UBA), e da Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais, Universidade de El Salvador, Argentina, sobre o livro *La migración calificada desde América Latina. Tendencias y Consecuencias* coordenando por Adela Pellegrino, Julieta Bengochea, y Martín Koolhaas que apresenta alguns resultados derivados do projeto *Creación de incubadoras de diáspora de conocimiento en América Latina* (CIDESAL), apoiado pela União Europeia com o objectivo de estancar o êxodo de trabalhadores qualificados na região.

E, uma vez mais, Cecilia Melella participa neste número com a resenha do livro *Las migraciones bolivianas en la encrucijada interdisciplinar: evolución, cambios y tendencias* coordenando por Carlota Solé, Sonia Parella e Alisa Petroff. O livro constitui o primeiro número da colecção de monografias intitulada *Focus on International Migration*, editada por el Centre d'Estudis i Recerca en Migracions (CER) da Universidad Autònoma de Barcelona, e tem como objectivo compilar os trabalhos de um conjunto de investigadores/as que, a partir de diversas disciplinas como a sociologia, a geografia, a história e a demografia se têm dedicado ao estudo das migrações bolivianas e seus impactos.

A partir do exposto percebe-se que as discussões sobre mobilidade científica e imigração qualificada são atravessadas por distintos vectores, exigindo análises comprometidas e críticas, capazes de abarcar a sua complexidade, tanto a nível macro e meso, como individual. Esta é a contribuição que o presente número da *Forum Sociológico* pretende dar para a análise deste tema. Convidamos, pois, os/as leitores/as a desfrutar das reflexões propostas no dossiê.

Beatriz Padilla e Thais França

MOBILIDADE CIENTÍFICA E IMIGRAÇÃO QUALIFICADA: SITUANDO O DEBATE

Beatriz Padilla

■ Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL) & Universidade Nova de Lisboa, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA)

Thais França

■ Universidade do Minho, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA (Polo UMinho)

Resumo

O propósito deste breve artigo é introduzir o debate sobre a mobilidade científica e a imigração qualificada, recorrendo a uma revisão bibliográfica minuciosa que problematiza de forma crítica a complexidade do fenómeno, considerando seu aspecto multifacetado e as distintas variáveis envolvidas em sua configuração. Mais ainda, chama a atenção para temas que via de regra são invisibilizadas nessas discussões: desigualdades raciais, de género e assimetrias geopolíticas.

Palavras-chave: mobilidade científica, imigração qualificada, desigualdades sociais

Abstract

The aim of this brief article is to introduce the debate on scientific mobility and skilled migration through presenting a detailed literature review that critically problematizes the complexity of the phenomena, considers its multifaceted aspect and the different variables involved. Furthermore, it highlights topics rarely discussed: racial and gender inequalities and geopolitical asymmetries.

Keywords: scientific mobility, skilled migration, social inequality

De entre as distintas configurações que a imigração qualificada vem assumindo nas últimas décadas, os programas de mobilidade e cooperação científica transnacional destacam-se como uma modalidade de grande relevância para o desenvolvimento económico, tecnológico e social global.

A percepção de que o conhecimento constitui um factor fundamental para o crescimento económico de um país ou bloco económico contribuiu para a intensificação da deslocação de académicos/as, investigadores/as e cientistas por diferentes instituições internacionais na busca de aprendizagem de novas técnicas de investigação e teorias analíticas, partilha dos custos de experiências e projectos de investigação e transferências de tecnologias, alargando e multiplicando os frutos da ciência e do conhecimento científico.

Contudo, é importante ressaltar que a mobilidade de cientistas e académicos/as por diferentes

instituições ao redor do mundo não é um fenómeno novo. São inúmeros os relatos deste tipo de deslocação geográfica de estudiosos/as e professores/as no antigo Império Chinês, nos países árabes e na Europa medieval, assim como também entre a Europa e a América Latina, no momento em que a circulação de ideias através da formação universitária e outros intercâmbios significou um impulso no pensamento político, social e científico latinoamericano. A diferença que se apresenta neste momento histórico, como em tantos outros fenómenos, é o grau, a proporção, a frequência, a intensidade e a direcção em que essas mobilidades acontecem.

Os processos de globalização hegemónicos são um traço marcante da contemporaneidade. Por sua vez, as transformações que a eles se encontram associadas, reconhecidas nas análises de quase todos os fenómenos sociais que se verificam no momento presente, atingem igualmente os esque-

mas de mobilidade científica. A redução dos custos de transporte, o aprimoramento das tecnologias de comunicação, a formação de blocos económicos e a própria concorrência entre eles, somados à típica curiosidade intelectual, contribuíram, de forma decisiva, para a intensificação das deslocações científicas e académicas.

Esses novos contornos da mobilidade académica e científica levaram ao aparecimento de diferentes leituras que procuraram ultrapassar algumas das antigas concepções do fenómeno que não logravam explicar a sua complexidade e que, por regra, não estavam isentas de determinados interesses ideológicos e políticos. Durante os anos 50 e 60 as discussões sobre a mobilidade de cientistas, académicos/as, professores/as e investigadores/as giravam em torno, principalmente, do paradigma da "fuga de cérebros". Isto é, o entendimento de que os países do centro teriam mais condições de atrair para seu o mercado laboral – em virtude de ofertas económicas, possibilidades de desenvolvimento de carreira e infraestruturas superiores – os/as melhores/as e mais brilhantes trabalhadores/as dos países periféricos. A questão que se colocava nesta dinâmica, remete para as consequências negativas para os países emissores da perda quase irreparável de recursos qualificados e de mão-de-obra de ponta, tendo em conta o investimento que realizaram (em muitos casos produto de educação universitária gratuita), revertendo os "spillovers" para os países mais ricos.

Com o avanço das discussões e análises sobre o fenómeno, optou-se por substituir o conceito "fuga de cérebros" pelo de "ganho" e "circulação de cérebros". Essa linha de interpretação, baseando-se em perspectivas ideológicas e teóricas de cunho mais neoliberal, analisa a mobilidade científica considerando o contexto tanto do país de origem como o do de destino. Mais ainda, considera que um/a investigador/a, cientista ou académico/a, ao sair do seu país de origem para outro, continuaria a manter os seus laços locais de cooperação e de trabalho formais ou informais, através da participação em projectos de cooperação, publicações em revistas locais, orientação de doutorandos/as no outro país, inclusão do país de origem em redes internacionais, de tal forma, que o país emissor beneficiaria tanto quanto o país receptor dessa deslocação. Ao sobrevalorizar os benefícios e as vantagens resultantes desses "intercâmbios", tal leitura tende, no entanto, a minimizar e despolitizar o debate sobre as consequências negativas que a saída de cientistas e intelectuais pode gerar para os países de origem.

Por isso, embora essa nova compreensão seja bastante interessante e dê visibilidade a outros aspectos das dinâmicas de mobilidade que se encontravam encobertos, é preciso cautela e criticidade ao analisá-la. Com efeito, a substituição de um

conceito por outro não faz com que antigas formas de desigualdade e assimetria deixem automaticamente de existir. Por exemplo, ainda hoje, as mobilidades académicas e científicas sucedem, principalmente, no sentido periferia-centro. Os países centrais continuam a ser os grandes controladores das tecnologias de ponta e das produções científicas e académicas. Uma vez que os países periféricos não têm condições de competir de igual para igual, estes não só pagam um alto preço para ter acesso a esses avanços como não veem as suas contribuições teóricas serem reconhecidas, de forma paritária, nos meios científicos e académicos. Reconhecer a persistência dessas desigualdades obriga a questionar até que ponto os países da periferia realmente beneficiariam com a deslocação dos/das seus/suas investigadores/as, académicos/as e cientistas para os países do centro.

Um outro aspecto relevante a ser considerado nas análises da mobilidade científica diz respeito aos discursos presentes na construção do fenómeno. Na literatura hegemónica identifica-se um discurso de enaltecimento da mobilidade científica e dos seus benefícios. Costuma-se ressaltar o aumento da produtividade, crescimento das publicações conjuntas, transferência de técnicas e tecnologias, partilha de modelos de políticas públicas e programas sociais, aprofundamento e conhecimento de diferentes escolas de pensamento e teorias, redução nos custos da pesquisa, promoção da diversidade cultural e aprendizagem de outras línguas e culturas. De fato, essas são inegáveis contribuições para o avanço e melhoria da ciência e das práticas de produção de conhecimento. Porém, a mobilidade científica constitui-se como um fenómeno multifacetado atravessado por diferentes escalas de estruturação, que se verificam a nível macro – aspectos políticos, económicos, sociais –, meso – políticas institucionais, acordos de cooperação, interesses locais –, e micro – género, raça, etnia, religião, orientação sexual, arranjos familiares e idade. Portanto, as análises acerca da mobilidade científica devem considerar essa complexidade, procurando compreender de que maneira essas diferentes escalas e perspectivas se articulam e contribuem para moldar de forma diferenciada e específica a experiência de investigadores/as, académicos/as e cientistas de acordo com a sua localização no interior dessa matriz. Assim, hierarquias e assimetrias geopolíticas, relações pós-coloniais, ligações e conexões históricas, interesses institucionais, o racismo, o sexismo ou a discriminação étnica e religiosa devem ser considerados nos estudos que se debruçam sobre a mobilidade académica, almejando dar visibilidade a questões que, por regra, são minimizadas pelo discurso hegemónico.

Reflexões acerca de como as diferenças de género, de raça e as questões pós-coloniais se articulam com a mobilidade científica permitem ilustrar a complexidade da matriz dos vectores sociais que a

atravessam. Contudo, a maioria dos estudos sobre o tema não consideram as referidas questões.

Os estudos feministas reivindicam que todas as análises dos fenómenos sociais devem ter em atenção as hierarquias e assimetrias de poder entre homens e mulheres. Portanto, os estudos sobre mobilidade académica e científica devem considerar a forma como a estrutura patriarcal e androcêntrica da nossa sociedade afecta a concepção dos programas de mobilidade académica e científica, contribuindo para o aumento da exclusão das mulheres desses programas e, conseqüentemente, dificultando o desenvolvimento das suas carreiras.

A compressão da mobilidade científica como uma etapa da carreira profissional de investigadores/as, cientistas e académicos/as força uma reflexão sobre como os mecanismos de segregação sexual do mercado laboral segregação vertical e horizontal do trabalho, tecto e paredes de vidro, hiato salarial, exclusão de redes informais e formais de socialização e de programas de tutoria, desvalorização do conhecimento produzido pelas mulheres, assédio moral e sexual –, e construção desigual dos papéis de género, que atribui às mulheres as responsabilidades familiares e domésticas, moldam o planeamento, a constituição e o andamento desses programas. Soma-se a isso a construção da carreira académica e científica a partir de um modelo primordialmente masculino, pautado pela linearidade, continuidade e dedicação intensa ao trabalho e pela remissão da vida familiar para segundo plano.

Uma reflexão semelhante pode ser feita quando se analisa como as desigualdades étnicas e raciais atravessam a experiência de mobilidade científica de investigadores/as, académicos/as e cientistas. As diferenças raciais e étnicas são uma construção social e ideológica que hierarquiza determinados grupos de pessoas com base em diferenças biológicas e culturais. Ao analisar a relação metrópole-colónia, a partir de uma perspectiva descolonial, Quijano (2009) identifica as práticas e discursos que legitimaram e reforçaram o imaginário social dos povos das colónias como bárbaros, incivilizados e tradicionais, enquanto a metrópole era construída como *locus* de civilização e modernidade. Assim, a metrópole tornou-se não apenas o centro de poder económico, mas, igualmente, de produção de conhecimento e saber. Nesta relação, os sujeitos das colónias foram construídos como inferiores, subalternos e exóticos, em oposição aos raciais, superiores e modernos sujeitos das metrópoles.

Já o conceito de *orientalismo* de Said (1979), sobre a construção do Oriente pelo Ocidente como “o Outro”, desconhecido, exótico e igualmente inferior como as colónias, oferece elementos para a compreensão de como se legitimou o homem branco e ocidental como modelo ideal de cientista,

excluindo ou inferiorizando os indivíduos oriundos/as das ex-colónias e do Oriente.

Se numa perspectiva micro, os/as investigadores/as, académicos/as e cientistas são os/as protagonistas dos programas de mobilidade científica, numa perspectiva meso e macro as instituições de ensino e investigação e os Estados Nação detêm o papel principal. Como foi dito anteriormente, um dos principais benefícios resultantes da mobilidade consiste na transferência de tecnologia e na circulação de conhecimento. Contudo, trata-se também de uma dinâmica complexa que abarca diferentes escalas sociais, económicas e políticas. Para que a circulação de conhecimento, transferência de tecnologias e a consolidação de redes de investigação realmente aconteça é necessário que os países envolvidos trabalhem numa perspectiva de cooperação horizontal, reconhecendo não apenas as múltiplas realidades académicas e científicas, mas também a realidade social, política e económica a fim de encontrar estratégias eficazes que permitam alcançar os objectivos propostos, responder a necessidades e interesses dos vários contextos nacionais e gerar agendas partilhadas. Neste sentido, os estudos acerca da mobilidade científica devem analisar também de forma aprofundada a realidade local, os interesses, o papel e as estratégias dos diferentes actores institucionais envolvidos nos programas.

Ainda considerando uma perspectiva de macro análise e a forma como alguns discursos moldam a compreensão da mobilidade académica e científica é preciso questionar até que ponto essa mobilidade se constitui verdadeiramente como uma estratégia de desenvolvimento de carreira e não como o resultado do avanço da precarização laboral deste sector. Costuma-se apresentar a mobilidade científica como imprescindível para o desenvolvimento de carreira uma vez que possibilita o conhecimento de novas técnicas de investigação e teorias analíticas, promove a criatividade, o contacto com novas culturas e ganhos pessoais – como a aprendizagem de novas línguas, a abertura a diversidade e o exercício da flexibilidade. Desta forma, legitima-se um discurso que apresenta a mobilidade científica como uma experiência profissional fundamental que oferece mais benefícios individuais do que propriamente institucionais. Contudo, é preciso levar em consideração o contexto em que esse discurso se constrói e analisar até que ponto os benefícios ou prejuízos resultantes da participação em programas de mobilidade científica perpassam o meramente pessoal. O avanço das políticas neoliberais tem forçado a uma redução nos cortes orçamentais em todas as áreas, incluindo educação, ciência e tecnologia – embora, as ciências aplicadas, as tecnologias e alguns campos da saúde sejam, em geral, menos afectados – obrigando as instituições a procurar alternativas de financiamento e gestão económica. A diminuição da

oferta dos postos de trabalho a tempo indeterminado, com contratos que assegurem direitos do trabalho aos/as investigadores/as, académicos/as e cientistas tem-se intensificado. Assim, bolsas de estudo e de investigação e contratos temporários, têm-se vindo a tornar as modalidades mais comuns de inserção no sector académico e científico. A instabilidade da renovação dos contratos e a escassez de ofertas de postos de trabalho tem forçado, sob a justificação das vantagens da internacionalização da carreira científica, aqueles/as que aspiram uma carreira académica científica a deslocarem-se internacionalmente em busca de oportunidades. Porém, mais do que uma deslocação voluntária, fruto de um plano de carreira, o trânsito científico e académico tem-se tornado em diversos casos uma obrigatoriedade, em virtude da falta de oportunidades locais imediatas. Neste sentido, apesar de a mobilidade científica poder ser concebida como um grande momento profissional, as dinâmicas de precarização que a atravessam não podem ser minimizadas ou desconsideradas.

Por fim, a última questão a ser levantada, embora não seja menos importante, é a própria escolha do termo utilizado para nomear o fenómeno da deslocação geográfica internacional de investigadores/as, cientistas e académicos/as por entre distintas instituições. As discussões hegemónicas sobre mobilidade científica apoiam-se no paradigma da mobilidade (Creswell, 2006; Sheller e Urry, 2006) e assim legitimam o seu distanciamento das questões relacionadas com a migração. Nesta perspectiva, os sujeitos da mobilidade científica e académica não são imigrantes são, pois, cientistas internacionais, expatriados/as, professores/as e investigadores/as internacionais a quem não cabem vivências de imigrantes. Cria-se, portanto, uma categoria especial para referir a mão-de-obra qualificada que tem direito de circular, quase que livremente, pelas fronteiras dos Estados. Assim, ao diferenciar os/as investigadores/as, académicos/as e cientistas dos demais trabalhadores/as imigrantes (indesejados/as) é possível oferecer aos primeiros uma série de privilégios e regalias (vistos, contratos de trabalho, acesso a saúde, programas de reunificação familiar) a

que os membros do segundo grupo não têm acesso. Ou seja, a existência de duas categorias distintas para sujeitos em situações semelhantes permite a aplicação de políticas igualmente distintas. Neste sentido, enquanto a mobilidade científica é regida por políticas e programas de atracção e incentivo, a imigração é controlada por severas políticas restritivas e de criminalização. Assim, enquanto, os/as participantes dos programas de mobilidade serão bem-vindos/as por contribuírem para o desenvolvimento e crescimento económico da nação, os/as imigrantes serão cada vez mais perseguidos/as e estigmatizados/as como um grupo problemático, difícil de integrar e oneroso para os cofres públicos. Identifica-se, portanto, uma vez mais estratégias de diferenciação e inferiorização que atravessam o fenómeno da mobilidade científica com base numa ideologia estigmatizante e segregacionista.

Diante do exposto, percebe-se a complexidade da mobilidade científica académica como fenómeno social e a necessidade urgente de estudos que ultrapassem a leitura dessas deslocações como uma mera etapa inevitável da carreira académica. É fundamental discutir os pontos críticos da mobilidade académica e científica para que não se naturalize como mais uma dinâmica de segregação e exclusão social.

Beatriz Padilla e Thais França

Referências bibliográficas

- CRESWELL, Tim (2006), *On the move: Mobility in the modern Western World*, New York, Routledge.
- QUIJANO, Anibal (2009), "Colonialidade do poder e classificação social", in Santos, Boaventura de Sousa; Menezes, Maria Paula (Orgs), *Epistemologias do Sul*, Coimbra, Edições Almedina S.A., pp. 73-118.
- SAID, Edward (1979), *Orientalism*, New York, Vintage.
- SHELLER, Mimi e Urry, John (2006), "The New Mobility paradigm", *Environment And Planning*, A 38, pp. 207-226.

Recebido a 05/10/2015. Aceite para publicação a 05/12/2015.

Beatriz Padilla (padilla.beatriz@gmail.com). Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL) & Universidade Nova de Lisboa, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA). CIES-IUL, Ed. ISCTE, Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal.

Thais França (thaisfrancas@gmail.com). Universidade do Minho, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS. NOVA (Polo UMinho). Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal.

MOVILIDAD DE CIENTÍFICOS FRANCESES A MÉXICO¹

Sylvie Didou Aupetit

■ Centro de Investigación y Estudios Avanzados, Departamento de Investigaciones Educativas (Cinvestav-DIE)

María Cecilia Oviedo Mendiola

■ Centro de Investigación y Estudios Avanzados, Departamento de Investigaciones Educativas (Cinvestav-DIE)

Resumo

Analisamos os perfis da migração de cientistas estrangeiros contratados de forma fixa pelas instituições de educação superior mexicana, suas condições de profissionalização e suas redes, como ferramentas para situar-se em um âmbito de investigação científica, ao mesmo tempo altamente internacionalizado e profundamente arraigado em contextos locais e institucionais. As hipóteses centrais são: a) A migração influencia de forma duradoura na trajetória dos pesquisadores; b) A escala sistêmica, no México, é uma estratégia de consolidação das capacidades instaladas da investigação e pós-graduação; c) É uma aposta dos grupos científicos para melhorar alguns indicadores de qualidade e suportar os problemas acarreados pelo baixo nível de rotação e o envelhecimento da corpo científico.

Palavras-chave: migração científica; mobilidade internacional; redes

Abstract

We analyze the profiles of foreign scientists granted with definitive posts by Mexican higher education institutions, the conditions relating to their professionalization and their networks as tools for situating themselves in a scientific research context that is both highly internationalized and profoundly rooted in local and institutional contexts. The central hypotheses are: a) Migration has a lasting influence on researchers' career paths; b) On a system-wide scale, in Mexico, it is a strategy for consolidation of installed research capacities and, c) It is a bid by scientific groups to improve some quality indicators and overcome the problems entailed in the low level of turnover and ageing science staff.

Keywords: scientific migration; international mobility; networks

Resumen

Analizamos los perfiles de migración de los científicos extranjeros contratados en forma definitiva por instituciones de educación superior mexicanas, sus condiciones de profesionalización y sus redes, en tanto herramientas para situarse en un ámbito de investigación científica, a la par altamente internacionalizado y profundamente arraigado en contextos locales e institucionales. Las hipótesis centrales son: a) La migración influye durablemente la trayectoria de los investigadores; b) A escala sistémica, en México, es una estrategia de consolidación de las capacidades instaladas de indagación y posgrado; c) Es una apuesta de los grupos científicos para mejorar algunos indicadores de calidad y sobrellevar los problemas acarreados por el bajo nivel de rotación y el envejecimiento de la plantilla científica.

Palabras claves: migración científica; movilidad internacional; redes

La movilidad científica internacional es un tema cuya actualidad se ha incrementado (Teichler, 2015). Los especialistas abordan sus componentes estructurales (mecanismos, programas, contextos) y analizan las características, situaciones profesionales, condiciones de migración y especializaciones de los científicos extranjeros. A su vez, la visibilidad de las líneas de investigación que les conciernen es acentuada esencialmente en los lugares considerados, con o sin razón, como sus principales polos de atracción: en Estados Unidos, los especialistas establecieron de qué países proceden (Appelt et al, 2015), en qué instituciones y áreas disciplinarias se graduaron (Espenshade et al., 2001), cuáles puestos y funciones desempeñan (Sabharwal, 2008), cuáles son sus grados de satisfacción en relación a sus empleos (Lin et al., 2009) o su productividad y pautas de publicación (Franzoni et al., 2013; Leydesdorff et al, 2013). En una perspectiva de comparación, la OCDE encargó estudios multinacionales sobre la circulación de talentos pero esos involucraron poco América Latina (Brasil en Franzoni et al, 2012).

Este artículo se centra en las condiciones de inserción en el mercado académico y en las redes de los científicos franceses, sean disciplinarias, estratégicas o afectivas. En México, si bien se conocen algunos de sus rasgos sociodemográficos, su participación en actividades de colaboración internacional está insuficientemente documentada. Por ello, revisamos la literatura y presentamos algunos datos sobre la composición del sub-grupo, recurriendo principalmente a la información del Sistema Nacional de Investigadores (SNI): el S.N.I selecciona a los científicos más productivos del país y agrupa aproximadamente el 20% de la plantilla (Galaz et al., 2009). Reflexionamos sobre sus características en relación a las de los científicos extranjeros en conjunto y sus rasgos de identidad. Analizamos 21 entrevistas relativas a sus relaciones profesionales con Francia versus las que mantienen en México y otros países, para caracterizar mejor sus procesos de "internacionalización".

Científicos franceses en México: un tema emergente para la investigación educativa

En América Latina, la situación de los científicos extranjeros hoy día y el *brain gain* asociado a su presencia son temas poco atendidos. El *brain drain* concentra en efecto tradicionalmente la atención de los expertos. Los estudios encontrados, esencialmente de corte histórico, vierten sobre los aportes de "celebridades" a la consolidación de corrientes de pensamiento. En fechas recientes, no obstante, algunas publicaciones han evaluado los programas de atracción de científicos extranjeros (Castaños et al., 2004; Castaños, 2009), sus contribuciones disciplinarias (Durand, 2013) o sus características socio-demográficas y profesionales (Oviedo, 2015).

Los intercambios de ideas y técnicas entre Francia y México se han tejido desde el siglo XVIII mediante expediciones científicas, órganos de prensa y exportación de instrumentos. En el XIX, entre 1820 y 1830, 130 de los 1800 migrantes franceses a México eran profesionales (Meyer, s,f,: 13). En el XX, el gobierno mexicano otorgó el asilo a intelectuales franceses durante la segunda Guerra Mundial (Rolland, 2002), hecho que explicó la creación en 1944 del Instituto Francés de América Latina (IFAL), una pieza maestra en el dispositivo de cooperación cultural y académica de Francia en México (Bataillon y Giraud, 1986). Esas influencias recíprocas nutrieron una "sensibilidad común" de larga data (Pérez Siller y Cramaussel, 2004).

Sin embargo, se sabe poco de la movilidad científica de Francia hacia México, hoy día. Los estudios más numerosos son biográficos: homenajean los científicos distinguidos que han (re)fundado ciertas disciplinas (en geografía urbana - Stamm, 2009; en historia - Hebrard, 2012). Los recopilados sobre el *brain gain* conciernen sobre todo el retorno de los investigadores mexicanos formados en el extranjero (Gérard, 2013) en disciplinas particulares (Grediaga y Maldonado, 2014), la constitución en universidades mexicanas de "escuelas de pensamiento" animadas por profesores formados en Francia (Agulhon, 2015) o el papel desempeñado por las grandes escuelas francesas en la formación de las elites económicas y empresariales (Wagner y García, 2015). Analizan los andamiajes de la cooperación bilateral (Didou, 2014a), sus alcances institucionales (Villavicencio, 2014) y el papel de las agrupaciones que la puentean (Huerta, 2006). Averiguan cuáles conocimientos circulan entre Francia y México, en ambas direcciones, analizando los contenidos de revistas especializadas (Bertrand y Pailler, 2013; Heymann, 2015; Albuquerque, 2015) o las co-autorías (Ainsworth, 2015).

Aunque la dispersión de los indicadores y su naturaleza heterogénea impiden tener una visión coherente de logros y problemas, el Portal Franco-Mexicano de Investigación Científica, abierto por la Embajada de Francia en México, el CONACYT y otras agencias de cooperación, en marzo 2015², registra que unos 500 investigadores intervienen en ella y producen unas 600 co-publicaciones por año³. Esa colaboración descansa en parte en las actividades del grupo focal objeto de ese artículo.

Los franceses en el Sistema Nacional de Investigadores (S.N.I)

Como lo mencionamos antes, escasean las investigaciones referidas a los investigadores nacidos en Francia y radicados en México, independientemente de si se nacionalizaron mexicanos y del lugar donde se titularon (Didou, 2014b), probablemente debido al tránsito entre una época gloriosa a una

caracterizada, según la expresión utilizada por Walter y Scheltzer (2014), por una "rutinización del carisma".

De acuerdo con la base de datos del S.N.I, en 2013, 2,358 investigadores de los 19,632 vigentes nacieron fuera de México. Entre 2009 y 2013, su tasa interna de aumento fue de 8.8% pero su participación relativa en el conjunto de los investigadores SNI disminuyó de 14 a 12% (con base para 2009 en Didou y Durand, 2013: 71). El porcentaje de franceses en cambio creció en 15%, pasando de 98 a 113, el de los colombianos en 37% (al pasar de 107 a 147) y el de los cubanos en 19% (de 156 a 187) (Didou y Durand, 2013).

Entre los stocks de investigadores extranjeros en el SNI, destacan los compuestos por quienes nacieron en España y Estados Unidos, seguidos por los de Argentina, Cuba, Rusia, Colombia, Francia y Alemania: sumadas, esas poblaciones constituyen más de la mitad de los investigadores extranjeros en el SNI (ver cuadro 1).

Cuadro 1 ▶ Investigadores extranjeros en el SNI

2013	
País de nacimiento	No.
España	262
Estados Unidos	201
Argentina	191
Cuba	187
Colombia	147
Rusia	159
Francia	113
Alemania	106
Subtotal	1,353
%	57%
Otros	1,005
%	43%
Total	2,358
%	100%

Fuente: CONACYT, SNI Investigadores vigentes, agosto 2013. Fuente: CONACYT, SNI Investigadores vigentes, agosto 2013.

Considerados como grupo, los investigadores franceses tienen algunas características que los distinguen del conjunto de la población del SNI: 1) un elevado número de mujeres; 2) una presencia en los niveles II y III; 3) una membresía más numerosa en las áreas IV y V.

Aunque con una composición mayoritariamente masculina, el 42% del grupo está compuesto por mujeres, lo que es una alta proporción si se compara ese dato con el relativo al conjunto de los

miembros del SNI (34%). Esa mayor presencia femenina es igual a la constatada entre los investigadores nacidos en España; sólo es superada por el número de investigadoras nacidas en Argentina (89), que representan el 47% de quienes nacieron en ese país.

La mayoría de los investigadores franceses en el SNI realizó sus estudios de doctorado en su país natal – 78 investigadores, lo que equivale al 69% del total –; 16-14% – hizo su doctorado en México y el resto en un país tercero. Las entrevistas indicaron dos pautas predominantes, la obtención de un doctorado antes de migrar a México o un retorno al país de origen con ese motivo después de fijar la residencia en México. En este último caso, el interés es intelectual pero también afectivo:

Decido ir a hacer el doctorado en Francia. Coincide que, en ese momento, viene ***, da un seminario y yo creo que tengo la idea de ir. Una idea ambigua, que es de formación pero también de deseo de ir a Francia recuperar un poco este pasado y todo esto. (Entrevistada n. 1)

Respecto del nivel al que pertenecen, 41% de los investigadores franceses se ubican en los niveles II y III, mientras que el porcentaje para el conjunto de los miembros del Sistema es de 27%. Esta concentración en los niveles II y III del Sistema es común a casi todos los grupos de investigadores extranjeros, con excepción de los cubanos y colombianos (ver gráfico 1). Entre los nacidos en México, sólo el 24% pertenece a los niveles II y III.

Algunos investigadores franceses señalaron la importancia de un "habito académico" adquirido en Francia que favorece y naturaliza la producción escrita además de proporcionar habilidad para planear la organización del proceso de indagación:

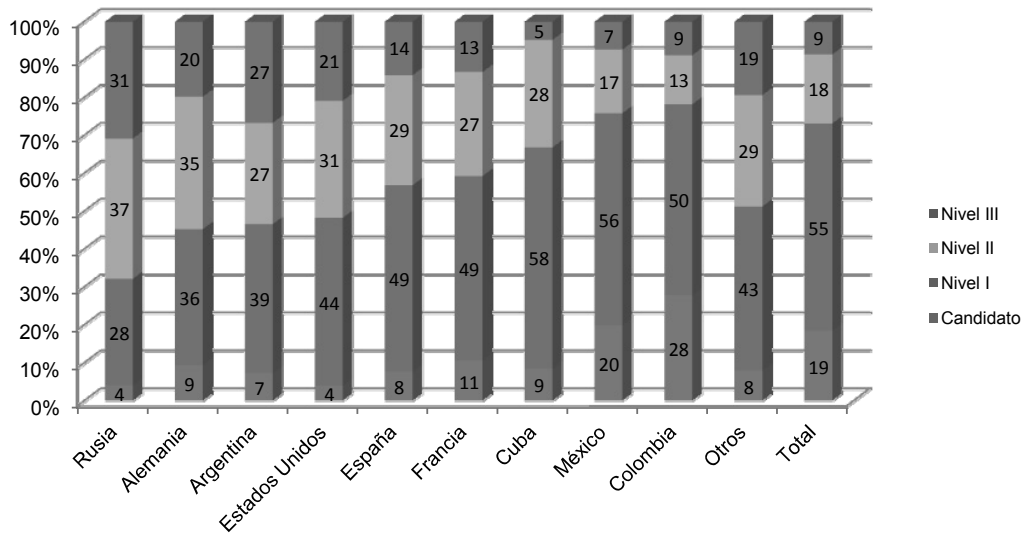
Aquí me dicen icuánto producesi pero, para mí, es el trabajo normal: tampoco siento que me estoy matando, sí, tengo buen ritmo pero esa es la diferencia que yo vería entre un sistema u otro. En México, a veces, hay un cierto relajamiento que perturba la continuidad o la constancia en el trabajo. Como me pidió franqueza, otro punto es el método, saber cómo conducir con cierta lógica [un proyecto], trazarse un camino en la investigación por etapas, por metas: eso nos lo han enseñado desde una edad temprana: para nosotros, es bastante natural. (Entrevistada n. 7)

Otra característica del grupo de investigadores franceses en el SNI es su distribución por áreas de conocimiento: se concentra principalmente en las áreas IV – Humanidades y Ciencias de la Conducta y

V – Ciencias Sociales, mientras que la población total del Sistema se distribuye más homogéneamente, con una mayor presencia en las áreas II – Biología y Química y I – Físico-Matemáticas y Ciencias de la Tierra (ver cuadro 2).

De los investigadores nacidos en Francia adscritos al área IV, 9 de 15 son jóvenes, de entre 34 y 45 años. En el área V, 7 de 12 se encuentran en ese mismo rango de edades, es decir están probablemente consolidando su carrera académica.

Gráfico 1 ▶ Investigadores en el SNI por país de nacimiento y nivel al que pertenecen (%)



Fuente: CONACYT, SNI Investigadores vigentes, agosto 2013

Cuadro 2 ▶ Investigadores nacidos en Francia y total de investigadores en el SNI por nivel y área de conocimiento

Área */Nivel	Investigadores nacidos en Francia					Investigadores SNI Total				
	Candidato	Nivel I	Nivel II	Nivel III	Total %	Candidato	Nivel I	Nivel II	Nivel III	Total %
I	2	10	9	1	22 19.5%	604	1,386	742	448	3,180 16.2%
II		8	2	3	13 11.5%	625	1,854	558	297	3,334 17.0%
III		3	2		5 4.4%	262	1,240	339	179	2,020 10.3%
IV	4	15	6	7	32 28.3%	403	1,636	615	254	2,908 14.8%
V	3	12	9	4	28 24.8%	493	1,691	527	264	2,975 15.2%
VI	1	1	3		5 4.4%	520	1,319	342	134	2,315 11.8%
VII	2	6			8 7.1%	727	1,597	451	125	2,900 14.8%
Total	12	55	31	15	113 100.0%	3,634	10,723	3,574	1,701	19,632 100.0%

* Área I Físico-Matemáticas y Ciencias de la Tierra; Área II Biología y Química; Área III Medicina y Ciencias de la Salud; Área IV Humanidades y Ciencias de la Conducta; Área V Ciencias Sociales; Área VI Biotecnología y Ciencias Agropecuarias; Área VII Ingenierías

Fuente: CONACYT, SNI Investigadores vigentes, agosto 2013

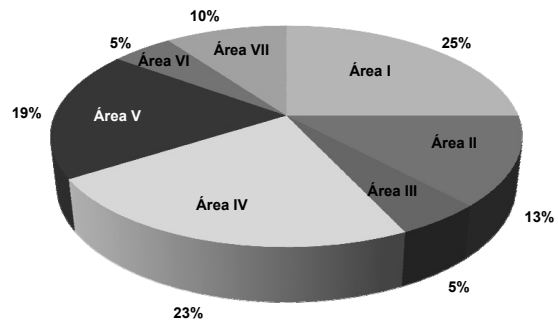
La importante presencia de investigadores franceses en las áreas IV y V coincide con la que tienen los investigadores extranjeros en esas mismas áreas: en 2013, el área I recibía a 586 investigadores nacidos en el extranjero, que representan el 25% del total; el área IV agrupaba a 545, que representaban el 23% y el área V a 438, equivalentes al 19% (ver gráfico 2). En cambio, en las áreas IV, I y V del SNI, sólo 19, 18 y 15 de cada 100 investigadores son extranjeros, respectivamente.

Ningún investigador francés registrado en el SNI en 2013 tiene menos de 33 años, lo que coincide con una pertenencia muy escasa de investigadores extranjeros menores de 30 años: sólo 1 de un total de 25 investigadores está en esa condición.

Un pie aquí, un pie allá: redes y formas asociativas

Una vez establecidos los rasgos generales de ese grupo, entrevistamos a 21 investigadores franceses (ver cuadro 3).

Gráfico 2 ▶ Investigadores extranjeros en el SNI por área, 2013



Fuente: CONACYT, SNI Investigadores vigentes, agosto 2013

La muestra fue construida con base en el origen nacional, excluyendo cualquier otro filtro, a partir de una muestra amplia integrada por 124 investigadores extranjeros. En su mayoría, los informantes son miembros del S.N.I y eran titulares de su puesto, aunque algunos tenían un estatuto de post-doc cuando nos

Cuadro 3 ▶ Principales características de la muestra

Registro	Sexo	Año Nacimiento	Lugar obtención grado	Fecha titulación	SNI (al momento entrevista)
1	F	1941	Nanterre	1997	II
2	F	1976	Université Bourgogne	2002	I
3	M				?
4	F	1980	Milton Keynes, Londres		C
5	F	1937	UNAM (Física)		1
6	F	1969	Aix Marseille 3	1997	II
7	F	1954	Sorbonne		II
8	F	1964	EHESS	1998	No
9	F	1967	Lyon 1	1997	1
10	M	1941			No
11	F	1946	Paris XIII		II
12	F		Paris	1984	II
13	M	1944	EHESS	1987	III
14	F		1996, EHESS		II
15	M	1966	Univ. Paris 1996		I
16	F	1963	Y. René Descartes 1998		No
17	M		Paris 3, 2004		I
18	M		Claude Bernard, Lyon, 1996		II
19	M	1957	Rennes 1, 1994		II
20	M	1979	COLMEX/Sorbonne 2009		I
21	M	1952	Paris VIII		II

Fuente: entrevistas levantadas entre 2011 y 2014 por S. Didou, C. Oviedo y M. Narezo

concedieron la entrevista. Dos trabajaban por organismos franceses: se encontraban en una situación de movilidad plurianual pero temporal en México, con sueldo pagado por su institución de adscripción.

Todos los informantes tienen injerencia en colectivos de investigación y asociaciones. Varios participan o han participado en programas de apoyo a la investigación, nacionales bilaterales o internacionales; tienen a la par una actividad individual en tanto especialista en un tema de indagación y una colectiva, articulada en distintos niveles. Ocupan posiciones que permiten alcanzar un reconocimiento en los países de procedencia y llegada, se ubican en círculos disciplinarios que avalan su calidad y acceden, puntual o constantemente, según las personas y las áreas disciplinarias: la procuración de recursos externos depende de necesidades, oportunidades y de un cálculo costos-beneficios.

Desde las fases tempranas del proceso de inserción profesional, e incluso antes para los más jóvenes, los individuos trabajan en grupos amplios, en distintos países. Por lo general, desde su época estudiantil, efectúan estancias de movilidad, viajando al exterior para asistir a congresos o realizar prácticas en equipos multilaterales de investigación. El arranque de un proceso de internacionalización es cada vez más precoz. Una de las entrevistadas estudió el doctorado fuera de Francia y, a los 24 años, ya inscrita en doctorado, ganó una beca para insertarse temporalmente en un equipo de 150 doctorantes y postdoctorantes que realizaban trabajo de campo en un país tercero, bajo el liderazgo de un líder mundialmente reconocido. El trabajo en equipo, no solo en un laboratorio específico, que estabiliza los intercambios y norma las relaciones verticales y horizontales entre sus miembros, sino en estructuras abiertas, con un componente intercultural evidente pero inestable, se aprende desde los inicios de la trayectoria científica.

Al llegar a México o en su primera década de estancia en el país, los informantes aplicaron esa táctica de inserción en redes para darse a conocer en el medio científico de recepción e incluso para precisar su línea propia de investigación. Sobresale en general un grato recuerdo de ello:

Cuando la Red de Colegios, en el 2000 dice "queremos nosotros impulsar un proyecto de todos los colegios sobre el tema del agua", entonces vamos a juntar un grupo de investigadores para armar un proyecto para todo el país, en ECOSUR, me mandaron a trabajar esto. Armamos un grupo con gente que tenía muchísima trayectoria en el tema; no estaban el CIESAS o el Instituto Mora en ese momento en la Red pero sí el Colegio de San Luis, el de Michoacán, el Colegio de México, el Mexiquense, el de la Frontera Norte, el de

Sonora, el de Jalisco, etcétera. Para mí, fue un reencuentro con las Ciencias Sociales, fue muy importante [...] me permitió estar en contacto con estos colegas que trabajaban el tema, con los cuales, hasta la fecha de hoy tengo relaciones académicas. (Entrevista n. 6)

La participación en redes de investigación, aun temporales, y las conexiones establecidas con ese pretexto y durante congresos fueron fundamentales en la consecución de un capital de legitimidad, cuando no de un puesto, principalmente entre los más jóvenes.

Llego a México...con mucha suerte. Cuando se acabó el [segundo] contrato de posdoc, no había nada en Francia. Yo no quería irme de nuevo a otro país, a otro posdoc. Después de 6 años de posdoc, ya estaba harto de esta situación: de no saber a dónde vas, de ¿qué voy a hacer acá? Yo mandé un email a todos mis ex-colegas, conocidos... y me contestó un colega diciendo: "¡por supuesto!, tienes una buena oportunidad para dejar la [disciplina***]... pero sabemos que te gusta mucho". Entonces yo le conteste a él: pues es que yo no tengo nada, yo no quiero irme ya de posdoc. Y un mes después, me mandó un email este investigador que yo había conocido en París, diciendo: mira, tenemos una oportunidad, tenemos que encontrar a alguien para llenar un hueco de una plaza que se liberó... y tenemos que proponer a alguien ahora mismo o se va a perder. Entonces: ¿estas interesado? No es un posdoc, es una plaza fija, por el momento, no tenemos a nadie y tenemos que contestar mañana... Entonces, me tienes que decir, hoy, si estas interesado. Entonces pues sí, yo mandé [mis papeles]... Había venido dos veces a México, por congresos. (Entrevista n. 17)

En contraste, los más viejos suelen narrar una historia de acceso al primer empleo, vinculada con la decisión unilateral de una autoridad universitaria interesada en los saberes específicos de los que eran detentores en periodos en los que la transferencia de conocimientos era menos inmediata y más vinculada a la circulación internacional de los individuos que ahora. En contraste, entre los menores a 45 años, predomina la paciente hilación de una trama de relaciones académicas o sociales y la presentación sucesiva de expedientes de candidatura a proyectos y apoyos. Aunque no tan frecuentemente, sobre todo entre los menores a los 40 años, está un tercer canal de inserción fundamentado en la militancia política:

Entonces mis primeros conectes con universidades públicas en México fueron mediante las

luchas estudiantiles. Mediante contactos con profesores y estudiantes [de las carreras de] sociología, psicología y humanidades. Después de graduarme, [continuo en Francia] un año más. Obtengo en el mismo año los dos títulos de licenciatura y con relación privilegiada con México, porque fui responsable de una comisión internacional [en un sindicato estudiantil]: entonces organizamos el año siguiente un Encuentro Internacional para la Educación Pública, Gratuita y Laica, o algo así... [En ese y el segundo] que fue en Montreal, yo con mis compañeros invitamos a los mexicanos, los latinoamericanos, otras redes de estudiantes más que investigadores. Pero hoy, hoy, todos o muchos son investigadores. [Entrevista n. 20]

Esas redes de relación, cualquiera que sea su sustento original, desembocan en el acceso a becas de posdoc, reclutamientos temporales e invitaciones en equipos de trabajo, a la par que les provee de un saber hacer trámites, solicitudes y candidaturas. Las experiencias de profesionalización precaria en el extranjero anteceden a la obtención de un puesto académico en México.

A mi ex jefe lo conocí en Francia y me dio la opción de venir, pero la plaza ha sido para mí muy difícil de obtener: he tenido que presentarme a 5 concursos porque tenían perfiles ad hoc, sobre pedido. (Entrevista n. 9)

En efecto, una motivación profesional común entre los jóvenes científicos franceses que entrevistamos fue el escapar a una prolongación excesiva del estatuto de postdoc., compitiendo y obteniendo un puesto en México. En ese sentido, la migración, más que a un interés específico centrado en instalarse en el país de recepción, obedece a factores que obstaculizan el ingreso al mercado científico en el de origen. Remite por ende a una lógica de *push* más que de *pull*. En el caso específico, la relativa saturación del mercado científico en Francia, el que el número de doctores y postdoctores en busca de empleo rebasa el de puestos disponibles, el acrecentamiento de la competencia internacional para el acceso a las escasas posiciones ofertadas explican que muchos jóvenes empiezan a circular internacionalmente para obtener un empleo estable. Lo corrobora el que en Francia, el éxodo de los recursos humanos altamente calificados haya devenido un objeto de preocupación, como lo indican, desde finales de los 90, la publicación recurrente de reportes expertos respecto del éxodo de los más calificados (Papon, 2004; Ennafaa y Paivandi, 2008). Por el lado de México, el fuerte tejido histórico de relaciones científicas entre ambos países, la formación de un número todavía considerable de investigadores

mexicanos en Francia y el desarrollo relativo de programas conjuntos de graduación hacen que el país sea un destino atractivo al brindar posibilidades de reclutamiento, al ofrecer oportunidades de movilidad estudiantil bilateral en el marco de carreras compartidas y permitir una inserción en grupos disciplinares afines (Didou y Renaud, 2015).

Descubrimos, mientras preparábamos solitudes de becas de doctorado, para venirnos acá... el sistema de co-tutela que aquí tradujeron como co-tutoría y entonces descubro que si se pueden hacer las dos cosas. Así fue... pero, pura tramitología. (Entrevista n. 20)

Esos recorridos tortuosos de profesionalización precaria, cuando están acompañados por publicaciones y actividades de vinculación, son sin embargo útiles para, ulteriormente, contar con la cartera de relaciones que permiten consolidar la trayectoria, en el momento en la que los entrevistados la (re) arrancan en buenas condiciones. Confirman lo señalado por Altbach (2015: 11) cuando advierte que los jóvenes científicos extranjeros encuentran en las instituciones de elite situadas en mercados científicos de prestigio intermedio⁴ oportunidades de empleo atractivas: en México, esas consisten en estabilidad laboral, inserción en grupos constituidos y, vía el CONACYT, fondos de apoyo para asistencia a congresos o proyectos de investigación. Pero esas mismas ventajas se diluyen para investigadores con carreras consolidadas en el extranjero, los cuales son más sensibles a disfuncionamientos del mercado científico nacional: entre esos, destacan la alta dependencia de ingresos totales percibidos por los académicos de los incentivos y sobresueldos por productividad, las condiciones de gestión burocratizada de la investigación, las malas condiciones de jubilación y las insuficiente calidad de los servicios públicos de salud. Los franceses de mediana edad son particularmente sensibles a esas últimas dos cuestiones, al proceder de un país que todavía provee servicios de bienestar de calidad.

Por lo general, los académicos franceses en México no se desligan del todo de su comunidad de origen pero, laboralmente, no siempre Francia es su primera elección como contraparte preferente de cooperación científica. La selección de colegas con los que montar proyectos depende de donde radican los grupos de avanzada en su línea: aunque, por regla general, los equipos referentes son pocos a escala mundial, su dispersión geográfica obliga a sopesar con quiénes es posible trabajar efectivamente, dadas las condiciones de vida académica y los recursos disponibles en México.

Las interacciones con Francia pasan por dos canales: los primeros (ECoS o Cátedras) están manejados localmente, a través de la Embajada de

Francia, generalmente en cooperación con organismos mexicanos; los segundos se construyen como resultados de una cooperación disciplinaria con pares franceses. Los informantes han valorado los primeros pero han deplorado su índole "semilla" (con pocos recursos, muy etiquetados) y una rendición de cuentas desproporcionada con respecto de los recursos captados. Igualmente, consideran negativo el que las reestructuraciones de la cooperación francesa hayan restringido la autonomía de los organismos locales (incluso de la propia Embajada) para proporcionar, en forma ágil, apoyos ad hoc a la investigación. Eso sin menoscabo de que algunos guarden una grata memoria de su paso por el CEMCA, cuando recién llegados a México e intervengan en eventos o comisiones dictaminadoras como pruebas de una relación científica con el país de origen.

No obstante, cuando los informantes mantienen una relación científica bilateral dinámica y provechosa con Francia, lo hacen directamente con grupos científicos homólogos, utilizando recursos procedentes del CONACYT o bien propios (vía la institución o proyectos externos) para absorber sus costos. Las relaciones se establecen en torno a un proyecto de interés compartido con los colegas. Se van institucionalizando conforme los individuos y grupos demuestran sus capacidades de producción conjunta. Después de cierto tiempo de colaboración de baja intensidad y costo reducido, se ramifican en publicaciones, intercambio de estudiantes, estancias de profesores, co grados o co tutelados, seminarios y congresos e implican eventualmente la firma de convenios.

Por otra parte, los entrevistados manifiestan reiteradamente su interés, independientemente de los anclajes territoriales de las disciplinas, para participar en redes con el fin de comparar situaciones distintas y cotejar perspectivas sobre un mismo objeto. Valoran la interconexión de varias de esas, diferenciadas espacial y disciplinariamente para generar ángulos innovadores de acercamiento a problemas científicos. En ese sentido, lo bilateral es sólo una vertiente de una estrategia de internacionalización multi-situada no sólo con colegas en el país de origen sino con pares, independientemente de su localización geográfica. En cambio, cuando participan en asociaciones y sociedades científicas, esas tienen un carácter de agrupación disciplinaria más que territorial. Los beneficios esperados son de orden personal, al igual que los pagos de las cuotas de afiliación. Consisten en mantenerse al tanto de los avances en su línea de investigación, recibir descuentos para comprar revistas o derechos de inscripción a congresos o enterarse de convocatorias.

Conclusiones

Los perfiles de formación y desempeño de los investigadores franceses corresponden con los exi-

gidos por las instituciones mexicanas de educación superior. La producción inicia en el doctorado con una autonomía incremental en el postdoctorado. Su dominio, en ocasiones, de idiomas adicionales al español, al francés y al inglés les facilita pertenecer a redes, dialogar con colegas extranjeros y publicar en otros países. Los más jóvenes de ellos han dejado atrás el modelo de movilidad bilateral, predominante entre sus antecesores, por uno multi-localizado, asimilando culturas profesionales heterogéneas, socialmente construidas y determinadas por negociaciones y prácticas particulares (Pickering, 1992).

Terminé la licenciatura en París. Después la maestría la hice el primer año en Alemania... con un programa que se llama Erasmus...es el programa más conocido de movilidad estudiantil en Europa, es muy famoso. Luego después de la maestría, me fui dos años a Senegal a hacer servicio nacional: era obligatorio en aquella época. [...] Terminando el doctorado en París, ingreso a un posdoc a Brasil y después a otro en Marsella. (Entrevista n. 15)

Independientemente de la edad, la movilidad no caracteriza sólo la etapa inicial de formación sino que influye toda la trayectoria. En parte, explica la adecuación, aparentemente tersa, de las competencias genéricas de los científicos franceses a las exigidas por el medio académico mexicano, altamente internacionalizado en sus parámetros deseables de desempeño (aunque no siempre en sus medios y resultados). Sus experiencias de vida, formación y trabajo en otros países les confieren ventajas en el momento de ocupar plazas vacantes; sin embargo, esas ventajas, muy recordadas y valoradas por los informantes de mayor edad, están diluyéndose paulatinamente para los jóvenes, debido a la creciente competencia para acceder a puestos, en número restringido e inferior a las demandas. Opinan que la internacionalización es un elemento importante en sus procesos de profesionalización, advierten que su grado de valoración depende de cómo las instituciones y los equipos científicos la perciben, en tanto atributo exclusivamente individual o como una característica con repercusiones colectivas benéficas.

Mobilizan en consecuencia tácticas de visibilización y socialización relativa de su cartera de relaciones internacionales, mediante una inserción en redes, una participación asociativa y una utilización focalizada de programas bilaterales de cooperación científica. Su propensión a insertarse en esas estructuras, a la vez, les otorga un plus de capital social ante los pares, legitimidad académica en su nicho disciplinario y prestigio en sus instituciones de adscripción, siempre y cuando sean de "beneficio compartido".

Un análisis de las redes a las que pertenecen los investigadores franceses entrevistados indica su diversidad y su porosidad. Es infrecuente el que un investigador pertenezca a una sola red y que sus redes sean todas "cortadas sobre el mismo patrón". Varios mencionan su adscripción a redes de investigación pero también de discusión e intercambio de estudiantes. En ese sentido, la cuestión de qué objetos o productos se mueven en el interior de las redes (que tanto interpeló a los especialistas hace unos quince años – Casas, 2001) encuentra respuestas variadas. Mediante las redes, los investigadores franceses tratan de conseguir, según el modelo canónico, recursos y medios para avanzar en el conocimiento de un tópico y abrir perspectivas innovadoras sobre una línea de indagación mediante una confrontación de perspectivas particulares. Redistribuyen por ese medio parte de las ventajas obtenidas a los actores que conforman sus circuitos principales y naturales de apoyo profesional – estudiantes, asistentes, investigadores menos consolidados. Discuten en ellas preocupaciones teóricas, avances, instrumentos, normas o incluso controversias es decir abren espacios de aprendizaje compartido y mutuo, tácito y explícito.

A su vez, en más redes intervenga un líder de investigación y más dispuesto esté en interconectarlas, mayor es la probabilidad de que el (los) colectivo(s) institucional(es) o disciplinario(s) al(los) que pertenece reciban beneficios, directos o indirectos. En las redes, las pertenencias individuales tienden a tener repercusiones positivas sobre el grupo funcionando, independientemente de las disciplinas, como "estructuras relacionales que garantizan una capacidad de producir y de innovar". En su interior se enmarcan interdependencias racionalizadas entre asociados "rivales" o jerarquizados, en el entendido de que en los "análisis institucionales y organizacionales clásicos, no es extraño encontrar teorías sobre la importancia de las redes en la capacidad individual de innovar", (Latour y Woolgar, 1979) pero también en la capacidad colectiva de innovar, facilitando procesos orientados a "co-orientarse y aprender colectivamente" (Lazega, 2004: 1-2).

En contraste con las redes, orientadas a garantizar beneficios colectivos e individuales mediante la socialización de prácticas, conocimientos y recursos, las elecciones "asociativas" están al parecer articuladas al revés: predomina la idea del beneficio propio e individualizado mediante una participación personal. Por lo general, los entrevistados justifican las pertenencias asociativas y el uso de programas de cooperación bilateral en términos de las ventajas que proporcionan al individuo más que en términos de compromisos socio-profesionales amplios.

Finalmente, dado que los entrevistados son de muy diversa edad, se han insertado en un mercado científico que funciona de forma distinta, sobre todo

tomando en consideración las políticas de reestructuración del cual ha sido objeto en las tres décadas pasadas por parte del gobierno. Igualmente, sus procesos de socialización científica, previos a la migración, han sido diferentes en Francia. Mientras los de mayor edad fueron invitados a México por ser "portadores" específicos de saberes y de teorías, los más jóvenes acceden a un puesto logrando ganar una competición entre varios candidatos pero sin estar específicamente distinguidos como "la" persona a contratar. Ese cambio en los procesos de inserción profesional a su vez incide en las ventajas relativas otorgadas a los académicos extranjeros pero también en sus oportunidades de transferencia de saberes, en una lógica de dominación intelectual Norte-Sur. Eso es un punto central para el estudio de los fenómenos de neo-colonialismo que habría que tratar con detenimiento en investigaciones ulteriores.

Notas

- 1 Con el soporte de la Red sobre Internacionalización y Movilidades Académicas y Científicas (RIMAC), Programa de Redes Temáticas del CONACYT n 260402.
- 2 <http://www.ctifranciamexico.com/index.php/component/sobipro/151?Itemid=359>
- 3 <http://www.ctifranciamexico.com/index.php/investigacion-e-innovacion/la-cooperacion-franco-mexicana>
- 4 Por mercado científico de prestigio intermedio, entendemos un sistema científico que ha mejorado sus niveles de desempeño, publicaciones internacionales, revistas acreditadas y cuenta con dispositivos complejos de aseguramiento de calidad, carreras académicas formalizadas, centros especializados de investigación, algunos de los cuales podrían ser clasificados como *research universities*, grupos de investigación reconocidos internacionalmente en ciertas áreas y una oferta de formación de posgrado en los tres niveles de especialización, maestría y doctorado. Sin embargo, sus niveles de producción académica en revistas *mainstream*, de obtención de patentes y de participación en rankings son todavía relativamente bajos.

Referencias bibliográficas

- AGULHON, C. (2015), "Circulación de los individuos-circulación de los saberes Francia-México, de una generación a otra", en Didou Aupetit, S. & P. Renaud (Coord.), op-cit, pp. 71-94. Disponible en: http://www.iesalc.unesco.org/ve/index.php?option=com_fabrik&view=details&formid=2&rowid=177&lang=es
- AINSWORTH, S. et al. (2015), "Mapeo de la colaboración en ciencia y tecnología entre México y Francia a través de un análisis de co-publicaciones 1984-2010", en Kleiche-Dray, M. & D. Villavicencio (Coord.), op-cit, pp. 49-74. Disponible en: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/posgrados/20141028014136/cooperacion.pdf>
- ALBUQUERQUE, G. (2015), "Los científicos sociales latinoamericanos en la Revue Tiers Monde de Paris (1960-2010). Un caso de circulación internacional

- de conocimiento", en Didou Aupetit, S. & P. Renaud, op-cit, pp. 255-268.
- ALTBACH, P. (2015), "Building an Academic Career: A Twenty-First-Century Challenge", en Yudkevich, M; Altbach, P. Y L. Rumbley. (Eds.), *Young Faculty in the Twenty-First Century: International Perspectives*, Estados Unidos, Suny Press, pp. 5-18. Disponible en: <http://www.sunypress.edu/pdf/63028.pdf>
- APPELT, S. et al. (2015), "Which factors influence the international mobility of research scientists?" en *OECD Science, Technology and Industry Working Papers*, 2015/02, Paris, OECD Publishing. Disponible en: <http://www.oecd-ilibrary.org/docserver/download/5js1tmrr2233.pdf?expires=1439486688&id=id&accname=guest&checksum=36BE183A8A981A672E8ECAD02515236E>
- BATAILLON, F. & F. GIRAUD (1986), *IFAL, 1945-1984. Histoire de l'Institut Français d'Amérique Latine*, México, IFAL.
- BERTRAND, M. & C. PAILLER (2013), "Regards sur 50 ans de latino-américanisme" en *Caravelle*, No. 100, Junio, 318 p. Disponible en: <http://www.decitre.fr/revues/caravelle-n-100-juin-2013-regards-sur-50-ans-de-latino-americanisme-9782810702633.html>
- CASAS, R. (coord.) (2001), *La formación de redes de conocimiento: una perspectiva regional desde México*, España, Anthropos-UNAM. Disponible en: https://books.google.com.mx/books?id=JAQPWjKGD-cC&printsec=frontcover&dq=redes+de+conocimiento&hl=es&sa=X&ved=0CBwQ6AEwAGoVChMIjvnr9qSTxwIVjwaSCh3C_wkP#v=onepage&q=redes%20de%20conocimiento&f=false
- CASTAÑOS, H. (2009), "Migración internacional de y hacia México", en Leite, P. y S. En Giorguli (coord.), *El estado de la migración. Las políticas públicas ante los retos de la migración mexicana a Estados Unidos*, México, Consejo Nacional de Población, pp. 345-368.
- CASTAÑOS, H. et al. (2004), *La migración de talentos en México*, México, D.F. IIEC-UNAM- Porrúa. Disponible en: <http://ru.iiec.unam.mx/2053/1/LaMigracionDeLosTalentos.pdf>
- DIDOU, S. & J. P. Durand Villalobos (2013), "Extranjeros en el campo científico mexicano: primeras aproximaciones", en *REDIE, Revista Electrónica de Investigación Educativa*, Vol. 15, No. 3, pp. 68-84. Disponible en: <http://redie.uabc.mx/index.php/redie/article/view/557>
- DIDOU, S. (2014a), *Cooperación franco-mexicana en educación superior y ciencia: ¿repunte o reestructuración?* [en línea]. OBSMAC, Opiniones de Expertos [consultado en agosto de 2015]. Disponible en: http://unesco.org.ve/index.php?option=com_content&view=article&id=3519:cooperacion-franco-mexicana-en-educacion-superior-y-ciencia-repunte-o-reestructuracion&catid=201:experiencias-y-programas&Itemid=770&lang=es
- DIDOU, S. (2014b), "Investigadores franceses en México: inserción profesional y redes de trabajo", en Kleiche-Dray, M. & D. Villavicencio, op. cit, pp. 139-158.
- DIDOU, S. & P. Renaud (2015), *Circulación Internacional de los Conocimientos: Miradas Cruzadas sobre la Dinámica Norte-Sur*, Lima, UNESCO-IESALC. Disponible en: http://www.iesalc.unesco.org.ve/index.php?option=com_fabrik&view=details&formid=2&rowid=177&lang=es
- DURAND VILLALOBOS, J. P. (2013), *Científicos extranjeros en la Universidad de Sonora: contribuciones e impacto en las comunidades disciplinares locales. Reseña de tesis*, Venezuela, OBSMAC-IESALC. Disponible en: <http://www.unesco.org.ve/index.php/pt/component/fabrik/details/9/14>
- ENNAFAA, R. y S. Paivandi (2008), *Les étudiants étrangers en France. Enquête sur les projets, les parcours et les conditions de vie*, Paris, La Documentation française. Disponible en: <http://www.ladocumentationfrancaise.fr/catalogue/9782110068613/>
- ESPENSHADE, T.; M. Usdansky & C. Chung (2001), "Employment and earnings of foreign-born scientists and engineers" en *Population Research and Policy Review*, Vol. 20, No. 1-2, pp. 81-105. Disponible en: <http://link.springer.com/article/10.1023%2FA%3A1010660808072?LI=true#page-1>
- FRANZONI, C.; G. Scellato & P. Stephan (2012), "Foreign Born Scientists: Mobility Patterns for Sixteen Countries", en *NBER Working Paper*, No. 18067. Disponible en: <http://www.nber.org/papers/w18067.pdf>
- FRANZONI, C.; G. Scellato & P. Stephan (2013), "The Mover's Advantage: The Superior Performance of Migrant Scientists", en *Economic Letters*, Vol. 122, No. 1, pp. 89-93. Disponible en http://sites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic1258829.files/2-28-14_STEPHAN-Paula_3_Movers-Advantage-Migrant-Scientists_1-10-14.pdf
- GALAZ FONTES, J. et al. (2009), "The academic profession in Mexico: Changes, continuities and challenges derived from a comparison of two national surveys 15 years apart", en *RIHE International Seminar Reports*, N. 13, pp. 193-212. Disponible en <http://www.rdisa.org.mx/documentos/Productos%20RPM/The%20Academic%20Profession%20in%20Mexico-%20Changes%20and%20Continuities%202009.pdf>
- GERARD, E. (2013), "Dynamiques de formation internationale et production d'élites académiques au Mexique", en *Revue d'anthropologie des connaissances*, Vol. 7, No. 1, pp. 317-344. Disponible en: http://www.cairn.info/article.php?ID_ARTICLE=RAC_018_0317
- GREDIAGA, R. & E. Maldonado (2014), "Relación científica México-Francia. Influencia de los principales polos internacionales en el desarrollo y evolución de la Biotecnología en México", en Kleiche-Dray, M. & D. Villavicencio, op. cit, pp. 177-212.
- HEBRARD, V. (2012), "François Chevalier (1914-2012)", en *Bulletin de l'Institut français d'études andines*, Vol. 41, No. 2. Disponible en: <http://bifea.revues.org/685>
- HEYMANN, C. (2015), *Construcción y evolución de los conocimientos sobre México en la revista francesa*

- Les Langues Néo-Latines*. Disponible en <http://www.rimac.mx>
- HUERTA, M. (2006), "Un mediateur efficace pour la coopération scientifique française : le groupement des universités et des grandes écoles de France pour les relations avec l'Amérique Latine.", en *Cuentro de Latinoamericanistas Españoles (12. 2006. Santander): Viejas y nuevas alianzas entre América Latina y España*. CEEIB, pp. 792-803. Disponible en: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00103840/document>
- KLEICHE-DRAY, M. & D. Villavicencio (coords.) (2015), *Cooperación, colaboración científica y movilidad internacional en América Latina*, Buenos Aires, CLACSO. Disponible en: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/posgrados/20141028014136/cooperacion.pdf>
- LATOUR, B. y S. Woolgar (1979), *Laboratory Life. The Construction of Scientific Facts*, Princeton, Princeton University Press. Disponible en: <http://home.ku.edu.tr/~mbaker/CSHS503/LatourLabLif.pdf>
- LAZEGA, E. et al. (2004), "Discipline scientifique et discipline sociale: Réseaux de conseil, apprentissage collectif et innovation dans la recherche française sur le cancer (1997-1999)", en *Recherches Sociologiques*, No. 2. Disponible en: <http://elazega.fr/media/pdf/art/DSDS-2004.pdf>
- LEYDESDORFF, L. et al. (2013), *International Collaboration in Science: The Global Map and the Network*, Cornell University Library. Disponible en <http://arxiv.org/ftp/arxiv/papers/1301/1301.0801.pdf>
- LIN, Z., R. Pearce & W. Wang (2009), "Imported talents: demographic characteristics, achievement and job satisfaction of foreign born full time faculty in four-year American colleges", en *Higher Education*, Vol. 57, No. 6, pp. 703-721. Disponible en: <http://link.springer.com/article/10.1007/s10734-008-9171-z#page-1>
- MEYER, J. (s.f.), "Los franceses en México durante el siglo XIX", en *Revista Relaciones*, 2 (1), pp. 5-54. Disponible en: <http://www.revistarelaciones.com/files/revistas/002/JeanMeyer.pdf>
- OVIDO, M. (2015), "Redes de trabajo de investigadores nacidos fuera de México. Algunas reflexiones", *Productos académicos. Red sobre Internacionalización y Movilidades Académicas y Científicas-RIMAC*. Disponible en: <http://www.rimac.mx/redes-de-trabajo-de-investigadores-nacidos-fuera-de-mexico-algunas-reflexiones-1/>
- PAPON, P. (2004), "Fuite des cervaux, "Brain Drain" et "Brain Gain", *Colloques de la Fondation Res Publica*, Paris, Fondation Res Publica. Disponible en: http://www.fondation-res-publica.org/Fuite-des-cerveaux-Brain-Drain-et-Brain-Gain_a30.html
- PÉREZ SILLER, J. & C. CRAMAUSSEL (2004), *México Francia: memoria de una sensibilidad común, siglos XIX-XX, Volumen 2*, México, El Colegio de Michoacán A.C. Disponible en: <https://books.google.com.mx/books?id=ZtRZl-zQlrQgC&pg=PA136&lpg=PA136&dq=influencia+historia+francesa+en+mexico&source=bl&ots=WvK5rQA6z7&sig=IC-KVeh-HPae9Irjl6p6TybW3v60&hl=es-419&sa=X&ved=0CEoQ6AEwB2oVChMlgraX3JSQxwIVR6WlCh22vAAA#v=onepage&q=influencia%20historia%20francesa%20en%20mexico&f=false>
- PICKERING, A. (1992), *Science as Practice and Culture*, USA, The University of Chicago Press. Disponible en https://books.google.com.mx/books?hl=es&lr=&id=U_mL2pPGY7YC&oi=fnd&pg=PR7&dq=Scientific+culture&ots=fR-XH2h-vTC&sig=X_p3MUcSZnDzZQ_6solUdYerikU#v=onepage&q=Scientific%20culture&f=false
- ROLLAND, D. (2002), "El exilio francés en México durante la segunda Guerra Mundial", en Yankelevich, P. (Coord), *México, país refugio: la experiencia de los exilios en el siglo XX*, México, Instituto Nacional de Antropología e Historia, pp. 101-118.
- SABHARWAL, M. (2008), *Job Satisfaction of Foreign-born Faculty in Science and Engineering by Citizenship Status*, Eisenhower Parkway, ProQuest. Disponible en: http://books.google.com.mx/books?id=kGHS3lQg1GgC&pg=PA150&lpg=PA150&dq=foreign+born+scientists&source=bl&ots=oNYt34SHfg&sig=MabZwnJRH3D6z_IGXz2-SgqiM-4&hl=es-419&sa=X&ei=dCuiU6T3BY6KqAaqUICoCg&ved=0CF4Q6AEwDTgU#v=onepage&q=foreign%20born%20scientists&f=false
- SÁNCHEZ, G. (2012), "In memoriam, Francois Chevalier (1914-2012) Nota necrológica", en *Revista de Estudios Históricos Tzintzun*, No. 56, pp. 249-253. Disponible en: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-28722012000200011&lng=pt&nrm=iso
- STAMM, C. (2009), "Un géografo francés en América Latina. Cuarenta años de recuerdos y reflexiones sobre México", en *Investigaciones Geográficas*, No. 69, pp. 140-162. Disponible en: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-46112009000200014
- TEICHLER, U. (2015), "Academic Mobility and Migration: What We Know and What We Do Not Know", *European Review* 05/2015; 23 (S1), S6-S37. Disponible en http://www.researchgate.net/publication/277615483_Academic_Mobility_and_Migration_What_We_Know_and_What_We_Do_Not_Know
- VILLAVICENCIO, D. (2014), "Algunas reflexiones sobre la cooperación científica y universitaria entre Francia y México de los últimos años", en Kleiche, M. & D. Villavicencio, op. cit., pp. 95-117.
- WAGNER, A. C. & D. García Garza (2015), "¿Estudiar en las escuelas de negocios y de poder en Francia? Los estudiantes mexicanos en administración y ciencia política en las Grandes Écoles francesas", en Didou, S. & P. Renaud, op. cit, pp. 95-120.
- WALTER, J. & D. Scheltzer (2014), "Pioneros, institucionalización y profesionalización de los estudios del trabajo en América Latina", en Kleiche, M. & D. Villavicencio op. cit, pp. 213-234.

Recebido a 12/10/2015. Aceite para publicação a 03/12/2015.

Sylvie Didou Aupetit (didou@cinvestav.mx). Centro de Investigación y Estudios Avanzados, Departamento de Investigaciones Educativas (Cinvestav-DIE). Calzada de los Tenorios, 235, Col. Granjas Coapa, México DF, 04330 México.

María Cecilia Oviedo Mendiola (moviedo@cinvestav.mx). Centro de Investigación y Estudios Avanzados, Departamento de Investigaciones Educativas (Cinvestav-DIE). Calzada de los Tenorios, 235, Col. Granjas Coapa, México DF, 04330 México.

MOVING TO INTEGRATE INTERNATIONAL STUDENTS AT OSWALD CRUZ FOUNDATION, RIO DE JANEIRO

Isabela Cabral Félix de Sousa

■ Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Laboratório de Iniciação Científica na Educação Básica

Resumo

O propósito deste trabalho é o de descrever o papel desempenhado por seminários de boas vindas para estudantes estrangeiros na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) no *campus* do Rio de Janeiro, uma instituição governamental dedicada a trabalhar com questões de saúde. O Brasil ocupa um importante papel na economia mundial e atrai estudantes estrangeiros e migrantes. Neste novo milênio, o foco de cooperação Sul-Sul com países da América do Sul e África ganhou maior importância para o Brasil tanto nos setores educacionais como nos de saúde. O governo brasileiro começou a dar prioridade para um processo mais ativo que envolve intercâmbios com instituições, profissionais e estudantes. No campo da saúde, o Brasil vem ocupando um papel prioritário na formação de profissionais de outras nações. A pesquisa qualitativa ilustra no *campus* principal desta instituição uma tendência para a integração dos estudantes internacionais com os nacionais.

Palavras-chave: saúde, Brasil, integração social, mobilidade estudantil

Abstract

The purpose of this paper is to critically analyze the seminars that aim to integrate international students at Oswald Cruz Foundation (Fiocruz) Rio de Janeiro's campus. Fiocruz is a governmental research institution devoted to health issues. Brazil occupies an important role in the world economy and attracts international students and migrants. In this new millennium, the focus of South-South cooperation with countries of South America and Africa gained more importance for Brazil in both the education and health sectors. The Brazilian government begun to give priority to a more active process of exchange among institutions, professionals and students. In the health sector, Brazil has played a leading role in training professionals from other nations. The qualitative analysis illustrates that, in the main campus of this health research institution, one trend is integrating the international student body with the national one.

Keywords: health, Brazil, social integration, student mobility

Introduction

The exchange of international knowledge through universities is an old practice that dates back to the Middle Ages (Ojima; Aguirre et al. 2014). Since the last century, internationalization in higher education refers to different processes. Castro and Cabral Neto (2012) explain that the internationalization process in the higher education system has emerged due to demands outside this system in two different historical periods. In the first period, in 1945, it materialized after the Second

World War II with the attempt to rebuild the countries through technical assistance. This assistance involved cultural and scientific interchanges that encompassed student mobility and scholarships. In the second period, beginning in the end of last century until today, the process has responded to the demands of a global economy where countries, regardless of their level of development, have been eager to participate in the knowledge society and, therefore, by trying to interchange services and educational products. Morosini (2011) explains that in the knowledge society higher education institutions

expanded. This author also contends that while the internationalization of higher education was strategic related to globalization, regionalization of societies and the influence of higher education, the new transnationalization of the educational system reflects profit-making reasons.

In Brazil as well, the internationalization process has existed for a long time in institutions dedicated to research and educational programs, but this process has intensified. Increasingly, institutions rank more positively when their professors, researcher and students engage in actions towards internationalization. This ranking affects both the prestige of people involved as well as their access to grants and fellowships. The fact that the internationalization of institutions is many times an external process has implications not only to social actors' commitment but also to how and to which extent institutions embrace this process in both formal and informal circumstances.

The internationalization of Brazil and its educational institutions

Worldwide, despite the rapid increase in the flow of international student mobility, this process is somewhat neglected in research on migration (King and Raghuram, 2013). There is a debate whether a foreign student should be defined as migrant mobility. Yet, authors such as King and Raghuram (2013) remember that the time of three or four years to acquire a college degree fits the conventional statistical of international migration. Moreover, many students become migrants.

The foreign students' mobility often depends on international cooperation. In the Brazilian case, international university cooperation in the past century focused primarily on exchanges with First World countries like Germany, United States and France, a South-North cooperation. However, some initiatives have occurred in the twentieth century, showing that Brazil also encouraged academic South-South cooperation. Since 1965, the Undergraduate Student Program Agreement (PEC-G) has funded foreign students from developing countries with which Brazil maintains educational, cultural, or scientific and technological agreement. Likewise, the Graduate Student Program Agreement (PEC-PG), established in 1981, has offered fellowships for developing countries nationals with which Brazil has national agreements, aiming to prepare students in graduate studies (master and doctorate). Therefore, since the last century many undergraduate and graduate students from Africa, Latin America, the Caribbean and Asia have received fellowships by these Brazilian programs to study at Brazilian higher education institutions.

In the twentieth century, other Brazilian initiatives with developing countries also deserve attention. Zamberlam; Corso, et al. (2009) tell us that

the creation of the Brazilian Cooperation Agency had the support of the United Nations Development Programme (UNDP) and that in the 90's emerged the Community of Portuguese Language Countries (CPLP).

Since 2001, within the Brazilian university system the South-South international cooperation became preeminent. According to Krawczyk (2008: 46): "Today there is in the foreign policy of the Brazilian government a greater incentive for the South-South cooperation with India, China and Africa; also with Portuguese-speaking countries and Latin America". The Brazilian government policy has given priority to the process of internationalization of universities by creating new institutions with integrative concepts. Examples of the more well known processes are both the Federal University for Latin American Integration (Unila) founded in 2007 in Foz do Iguaçu, and the University for International Integration of the Afro-Brazilian Lusophony (Unilab), which opened in 2010 in the State of Ceará. Still, at Foz do Iguaçu, the Faculty Union of the Americas (Uniamerica) running since 2001, has also a different and unifying process of communities and organizations.

It is worth remembering that in Brazil, the South-North international cooperation focus has always continued to occur by encouraging students, teachers and researchers to carry out programs and internships outside Brazil. Both the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) and the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq) founded in 1951, have played important roles in fostering education and the research in Brazil and abroad. A very recent experience fostering international mobility of Brazilians is the program *Ciência sem Fronteiras* (Science without Borders) released in 2011, targeting to undergraduate and graduate students, supported by CAPES, CNPq and the Departments of Higher Education and Technological Education of the Brazilian Ministry of Education and Culture (MEC). This program also encourages well-known international researches to spend time working in Brazil.

In general, the Brazilian higher education system has always been international, but since 1998 its internationalization received support from the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) leading to an expansion by internal changes in pedagogical institutions, new rules of the market and influx of international students (Zamberlam; Corso et al., 2009). Morosini (2006) also identifies internationalization as a process that affects all the university spheres and explains that universities have always had international research, but only since the 1990 worldwide, and in Brazil alike, universities became more international in the educational sphere. Furthermore, Marrara (2007) evaluating the Brazilian graduate programs distinguishes two different forms of internationalization,

one active and another passive. While the active form relates to processes that lead an institution to become a center, the passive form does not.

It is possible that the process of internationalization at both the Brazilian university system and research institutions will have similar effects to those already studied in other countries. One is to continue promoting exchanges of qualified people. In fact, foreign students' mobility persists in the First World societies, which receive many foreigners and have more established courses at the graduate level (Velho, 2001). Another likely outcome is the attempt by policy makers to quantify the costs and benefits of international exchanges. However, the educational result in students' mobility is not easy to evaluate since it may depend on diverse political, economical, social and cultural contexts and people.

Challenges of the internationalization for educational and research institutions

With the growing internationalization of universities and research institutes around the globe, new challenges emerge for promoting intercultural and inclusive educational. In fact, the challenges of international student mobility are both institutional and individual. On the institutional level, the curriculum needs adjustments. Moreira and Macedo (1999) emphasize the need for institutions to adopt a cosmopolitan perspective in the curriculum, to lead to the engagement at the individual level to open relationships with the culturally diverse other. This requires eliminating prejudices and a great self-reflection of all subjects involved to promote respect for diversity, whether nationals or foreigners. While they are countless examples of prejudices in educational practice, some are particularly impressive. For instance, Silva and Morais (2012) explain that students from different nations speaking Portuguese complain the lack of tolerance by professors in two Brazilian universities. Therefore, intercultural education does demand respect of people's differences (Sousa, 2004). This is by no means an easy task because all living in hierarchical societies, professors and students alike, have learned to value people in different ways according to their ethnicity, social class, gender, age, religion and nationality.

In terms of contents, the adequacy of the curriculum to the countries' of origin of foreign students has always been questioned. Study Abroad Programs may not have coordinated policies towards the needs of these students' countries of origin. Therefore, Vizentini (2005) discussing the process of internationalization of the universities, stresses the need for reciprocity in academic cooperation to prevent colonization of the exchange. Therefore, there is the need of updating contents and practices according to the diverse needs of students and to

the relevance to each social context that students aim to work with.

Because the curriculum is a space for cultural exchanges, Macedo (2006), while discussing the curricula, conceives it as a mix of cultures and negotiation of differences. Therefore, international cooperation must take place on an egalitarian basis for either party considering the contributions that programs can give to their students and vice versa. This is of paramount importance since foreign students either can return to their home countries or can become future migrants contributing to other countries.

A cosmopolitan perspective is a demanded skill for students in a globalized economy. Mol (2011) cites several studies concluding that studying abroad can influence future migration and aspiration for different jobs. Further, Robertson (2008) conducted a thorough research investigating students who become migrants in Australia and emphasized that for some seeking to become beforehand a foreign student is a rational strategy for migration. Moreover, Desidério (2006) discusses the future projects of African students in Rio de Janeiro who signed to return to their home countries after finishing their studies. While only a small number of these students considered that this obligation is not necessary to follow, some of them explained that staying in Brazil after studies' completion could depend on job prospects' opportunities allied with the legal status of being able to stay in the country.

Another important dimension of globalization it that it has been increasingly emphasized the economic and cultural contribution of the presence of foreign students in a host country. Lima and Maranhão (2009: 587) point out:

More than ever, attracting international students come to represent currencies resulting from the imposition of registration fees, tuitions and associated costs (through fellowships or investments from their families) students must pay for (transportation, housing, food, health, leisure, etc.) during their stay: without disregarding the potential to promote the host country (language, culture, political and economic interests etc.) in the country of origin at the end of education.

Nevertheless, there are challenges faced by members of the host and origin societies alike in terms of contents. An intercultural curriculum to value diversity must take into account the needs of all people living in any nation, regardless of any social marker. In the particular case of health, this is difficult to do in Brazil since the curricula in health have been very marked by an emphasis on technology, expertise, rules and high costs and less focus has

been given to the primary care health of populations considering ethical issues (Albuquerque; Batista et al., 2009). Therefore, the health curricula should encompass debates of the way cultural, economic, ethical and political conflicts affect this field and hamper the promotion of public health in different regions and countries. Educating in health curricula should exist to try to create a more equal and sustainable world.

The fact that foreign students come from various nations with very different linguistic, cultural and social experiences becomes a challenge in terms of meaningful interactions for all concerned. Although all social actors may face many challenges, the foreign student body is likely to be the most vulnerable. While foreign students seek, through an undergraduate or graduate program, a special experience and a different place in the world, the pursuit of a program abroad in another context demands a series of personal skills such as curiosity, courage and patience. Although the experiences of students in any program are beyond or below their initial expectations, the entrance in an educational program is not always a well-planned process and depends upon economical opportunities.

Despite all the odds, Mazza (2011) in her research with international students at the University of Campinas reveals that the dream of studying abroad makes them to endure the related difficulties about discrimination and unequal processes. Garcia and Goes (2010), in a study of foreign students from Guinea-Bissau and São Tomé and Príncipe at the Federal University of Espírito Santo, emphasize the difficulty of making friendships with Brazilians and proposes the development of programs to integrate these students culturally, socially and scientifically. Nogueira (2013), in turn, in a study of international students in Paraíba, found that they tended to report not feeling much difficulty in adapting to Brazil, but the author discusses how ambiguous can be the experience of hospitality.

Foreign students undeniably depend on the symbolic and material support received before and during their stay in Brazil. The evaluation of their support system depends on how the student remains in the country, alone or accompanied, if backed by an institution, and whether or not keeping up frequent contacts with relatives and if they make new friends. Thus, the nature and duration of such support, in turn, influence the sociocultural integration and performance in the academic work of students. In reality, different social actors from academic, religious and consular institutions are likely to play a significant role in integrating students. Gusmão (2011), studying African students in Brazil, shows the following agencies supporting students: the Brazilian Undergraduate Student Program Agreement (PEC-G), the governments of the home countries and the families.

Students' expectations influence their choice to study in the Brazilian context. There is always a

hierarchy of importance of educational programs and students consider conquering their goals by examining if the option is affordable, enjoyable, challenging, prestigious, and so on. Yet, students' highest aspirations for educational programs might not be linked directly to the ones they end up enrolling. Andrade and Teixeira (2009), conducting a survey in southern Brazil, show how almost half of the students did not choose their first choice of studies and gave priority to the opportunity to earn a college degree. Still, due to being a foreigner, a student may have greater difficulty in choosing the most proper program in another nation. Moreover, although the new technologies make possible to have more information about programs through their institutional sites, not all information is available about the institutional culture.

The Brazilian role in fostering professionals' and students' mobility in the health field

Brazil has played a leading role in the training of health professionals from other countries with the cooperation called South-South, especially with countries of South America and Africa (Pires-Alves; Paiva et al., 2012). Almeida; Campos, et al. (2010) analyze in detail how this cooperation has stressed the need for building a kind of sustainable development encompassing education of human resources, organizational empowerment and institutional development. It is important to emphasize that while Brazil is prominent compared to other countries in some aspects of health education; there is also a shortage of health professionals in some regions, which has been widely publicized in the media. The lack of health professionals, such as physicians, spurred the formation of the *Programa mais Médicos* (More Physicians Program), which brought 2,400 Cuban physicians to Brazil in 2013 (La Información, 2013). This program originated trying to cope with the shortage of Brazilian physicians, welcoming and empowering foreign physicians to work in Brazil and to improve comprehensive health care in the country, especially in the most needed areas (Programa mais Médicos, 2015).

Brazilian governmental actions in promoting Brazilian professionals' and students' mobility in many fields, including the health field, are many. Examples are programs fostered by Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), which has invested both in leading Brazilians to have experiences outside Brazil as well as bringing foreign students from other countries to gain experience in Brazil. For instance, CAPES formed in October of 2013, a new Mobility Program to Medical Students in the United States with the Case Western Reserve University (CWRU). In addition, there is a program for Students of Mozambique and Angola, which includes the area of health, among others.

This is an initiative promoted by CAPES, since 2007, and the Ministry of Foreign Affairs with university research institutions in Brazil.

The program *Ciência sem Fronteiras* (Science without Borders), created in 2011, also encompasses the field of health. This program is an initiative intended primarily for Brazilian undergraduate students (78%) to study abroad, but also with opportunities of fellowships for graduate Brazilian students and researchers to carry out internships abroad. A few internationally renowned researchers also obtain grants to spend time in Brazil. This program has the support of the Ministries of Science, Technology and Innovation (MCTI) and the Brazilian Ministry of Education (MEC), through their respective funding agencies – (CNPq) and (Capes) – and the higher education and technology departments associated with the Brazilian Ministry of Education (MEC). This program privileges the areas of Engineering, Biology, Biomedicine and Health Sciences. According to a preliminary evaluation report, Brazilian students have received fellowships to study in the North countries, such as the United States, United Kingdom, Canada, France and Australia. (*Ciência sem Fronteiras*, 2015).

Even though it is clear that there are demands for health professionals in many nations such as the nurses and physicians in Portugal (Baganha; Ribeiro, 2007) and nurses in Latin America (Marziale, 2009), and that academic institutions should address the mobility of students and professionals in the health fields. Yet, how academic institutions tackle the process of internationalization needs more research. Therefore, this paper describes how the initiative of welcoming seminars in one institution dedicated to health can be relevant to the social actors involved.

The welcoming seminars by Oswald Cruz Foundation

The research method is qualitative (Chizotti, 1991), which is adequate to understand the experiences of the institutions and the individuals. The results presented here focus on both welcome seminars held at the main campus of the institution in Rio de Janeiro in 2014 and 2015 and two interviews conducted with women, working as administrators. One of this administrator works for the Centre for International Relations in Health (CRIS) of the institution and the other is responsible for graduate students. It is important to highlight that the focus of this paper is to describe the welcome seminars because they end up progressively integrating more international students with Brazilian students and professionals. Furthermore, this is a participatory research because the author works as a researcher and professor in this institution and teaches classes to some of the Brazilian students present in the second seminar. Content analysis was the method

chosen for understanding the internationalization experience, through interpreting the voices of administrators and students. This is an approach that emphasizes communication as an useful tool for investigating a reality beyond the message itself (Bardin, 1977).

Oswald Cruz Foundation (Fiocruz) has completed 115 years, playing a prominent role in public health research in Brazil. The oldest campus of the Oswald Cruz Foundation (Fiocruz) is in Rio de Janeiro. This institution is located in ten states in Brazil and has an office in Maputo, Mozambique. The institution has a high degree of internationalization, holding agreements with several nations. For instance, as of September 15th 2015, Oswald Cruz Foundation webpage makes references to a total eighty-three agreements for cooperation with: Argentina, Benin, Cape Verde, Canada, Chile, China, Colombia, France, Guinea-Bissau, Germany, Mozambique, Nigeria, Panama, Peru, Portugal, Spain, United Kingdom, United States of America, Tanzania and Venezuela (Fundação Oswald Cruz, 2015). However, despite this great diversity of countries enumerated, the institution clearly develops more cooperation with institutions based in Europe and the Americas.

Oswald Cruz Foundation is primarily dedicated to research. In the area of education, it has a High School, as well as technical and graduate programs. However, it does not have undergraduate programs. The institution enrolls many graduate and technical programs in the areas of Biology, Medicine, Public Health, Human and Social Sciences. These two levels of programs attract students from other institutions in Brazil and from other countries. Both the technical and graduate programs offered by the institution are broadly defined in the areas of Biology, Medicine, Public Health, Humanities and Social Sciences. The institution has in Brazil a total of eleven international researchers and ninety international students enrolled at master and doctoral programs at the institution. These figures do not encompass all the international students' enrollment in programs offered by the institution because some of its courses happen outside Brazil. For instance, its oldest institutional unit offers international courses in partnership with institutions from Argentina and from Mozambique.

It is important to note that the students' guide published by the institution dedicates a section to international students. In this section, besides giving information about Oswald Cruz Foundations' Centre for International Relations in Health (CRIS), it also gives instructions on how to get registration with the Brazilian Federal Revenue, a temporary visa for foreigners and a banking account. The Centre for International Relations in Health (CRIS) publishes a newsletter since September 2012, and its number eighteen included an article about students' mobility (Crisinforma, 2015).

During 2014 and 2015, at the Rio de Janeiro's campus, the author contacted and interviewed two administrators, one working for Centre for International Relations in Health (CRIS) of the institution, and the other in charge of graduate students and who, after the interview, became a key informant for taking a very active role in the welcome seminar of 2015. The content analysis evinced that the administrators' views of the problems faced by international students matched more students' concerns in the welcome seminar of 2015 than in the welcome seminar of 2014. For instance, in the first seminar the organizers discussed as if all students were temporarily in the country and a few of the people present were former foreign students and revealed that they were for a long time present in Brazil with no project to return to their home county as long as they find jobs. This change in the focus of the course in the following year may relate to the fact that more knowledge about international students' concerns and realities were taking into consideration. Indeed, in the second seminar became obvious the administrators attempted to help international students to acquire documentation.

Observations evinced a trend towards integrating international students with national students. The first seminar lasted eight hours and a half hours and the second took five hours. The first welcome seminar of 2014 was only designed to have international students. Other people, such as the author, asked to participate on the day of the event.

The latter welcome seminar, in 2015, targeted both foreign students and students from other states of Brazil, and provided opportunity for all Brazilian students and professionals to take part and to discuss possible improvements in their conditions as students and professionals. During the seminar of 2015, the introduction included presentation of the origin of all students registered for it, revealing international students' nationalities and the states of origin of all Brazilian students. Most registered students were Brazilians and most of them came from the Southeast, followed by the Northeast, the South, the Midwest and the North. The international students registered were from the following eleven countries: Chile, Colombia, Cuba, Ethiopia, France, Haiti, Mexico, Mozambique, Paraguay, Portugal and the United States. Most students registered were female studying towards their Master degrees.

In this second welcome seminar, it was also revealed the greater difficulties experienced by international student population, according to a survey. The students claimed to need help in affordable housing, documentation to stay in the country, opening a banking account, cultural adaptation, learning the Portuguese language spoken in Brazil, transportation to the institution and better knowledge of the research institution. During the 2015

welcome seminar, an administrative staff of the institution presented solutions for shared and collective transportation and reasonable price restaurants. The open discussion provided acknowledgment of the difficulties that do not relate to all students. These related to the conditions of a few families that had made adjustments to allow one of its members to be away or to come together with the students, like a family reunion. Moreover, some workers who were present also discussed creating sidewalks to walk in some parts of the Fiocruz campus and other public transportation options, concerns not raised by students but, nevertheless, agreed by them. At the end of this seminar, some students voiced their concern for the need of a wellbeing policy in the institution. The workers present in the seminar embraced this policy.

Conclusion

This study concentrated on two interviews and observations in the first two initiatives of welcoming seminars. Therefore, it can by no means be extensive of what occurs in the institution. Yet, in these welcome seminars, discussion of the difficulties of being a student, either foreign or Brazilian were given attention. While some problems are not of easy solution, work has been done to tackle some needed changes. The inclusion of both types of Brazilian students, those living in other states and those from Rio de Janeiro in the 2015 edition of the welcome seminar seems a relevant development when compared to its first edition in 2014.

The more inclusive a seminar is in terms of who can take part has more chances of fostering social integration. Because students may experience similar problems, regardless of nationality, sharing them was important to promote group cohesion. For example, sharing the same problems issues of public transportation, affordable housing and restaurants was relevant. So in the end, the institution targeted all students to propose solutions and the move towards integrating international students with the Brazilian's ones seemed worthy.

These events teach that working with practical issues such as documentation, access to public transportation and more affordable housing concerns the whole student body, both internationals and nationals. Thus, working with students' practical issues seemed to have provided them a feeling of being cared and listened by the institution. Therefore, this institution should continue to sponsor and amog debates with and among together. This collective task does not mean, however, to neglect the specific academic and professional demands of each student and the periods of adjustments that each one needs, whether they are foreign or not. Moreover, the opportunities to meet others may

indicate that the social actors studying and working in the institution will need to continuously recreate themselves by reviewing their own prejudices to carry out respectful relationships with cultural diverse people from Brazil and other nations.

References

- ALBUQUERQUE, V. S.; R. S. Batista, et al. (2009), "Currículos disciplinares na área de saúde: ensaios sobre saber e poder", *Interface-Comunicação Saúde Educação*, 13 (31), pp. 261-272.
- ALMEIDA, C.; R. P. Campos, et al. (2010), "A concepção brasileira de cooperação Sul-Sul estruturante em saúde", *RECIIS - R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro*, 4 (1), pp. 25-35.
- ANDRADE, A. M. J. de e M. A. P. Teixeira (2009), "Adaptação à universidade de estudantes internacionais em um estudo com alunos de um programa de convênio", *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 10 (1), pp. 33-44.
- BAGANHA, M. I. e J. S. Ribeiro (2007), "Imigração qualificada no sector da saúde-as oportunidades do mercado laboral português", *Revista Migrações*, 1, pp. 53-78.
- BARDIN, L. (1977), *Análise de conteúdo*, São Paulo, Edições 70.
- CASTRO, A. A. e A. Cabral Neto (2012), "O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina", *Revista Lusófona de Educação*, 21, pp. 69-96.
- CHIZZOTTI, A. (1991), *Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais*, São Paulo, Cortez.
- CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS (2015). Available at: http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/views/-/journal_content/56_INSTANCE_VF2v/214072/5100172. Date of access: 15th July of 2015.
- CRISINFORMA (2015), Informativo do Centro de Relações Internacionais de Saúde da Fiocruz, 18, jan-fev. Available at: http://www.agencia.fiocruz.br/sites/www.agencia.fiocruz.br/files/crisInforma/Cris_Informa_18.pdf. Date of access: May 10th 2015.
- DESIDÉRIO, E. J. (2006), "Migração internacional com fins de estudos: o caso dos africanos do programa estudante-convênio de graduação em três universidades públicas no Rio de Janeiro", *Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE*, Rio de Janeiro.
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (2015), Relatório de convênios internacionais vigentes, Centro de relações internacionais em saúde/ Cris. Atualizado em 15/09/2015. Available at: <http://portal.fiocruz.br>. Date of access: September 29th 2015.
- GARCIA, A. e D. C. Goes. (2010), "Amizade de estudantes africanos residindo no Brasil", *Psicologia: Teoria e Prática*, 12 (1), pp. 138-153.
- GUSMÃO, N. M. M. (2011), "Na terra do Outro: presença e invisibilidade de estudantes africanos no Brasil, hoje", *Dimensões*, 26, pp. 191-204.
- KING, R. e P. Raghuram (2013), "International student migration: mapping the field and new research agenda", *Population, space and place*, 19, pp. 127-137.
- KRAWCZYK, N. R. (2008), "As políticas de internacionalização das universidades no Brasil: o caso da regionalização no MERCOSUL", *Jornal de Políticas Educacionais*, 4, pp. 41-52.
- LA INFORMACIÓN (2013), BRASIL RECIBE TRES MIL MÉDICOS CUBANOS PARA ATENDER ÁREAS REMOTAS. Available at: http://noticias.lainformacion.com/asuntos-sociales/inmigrantes-ilegales/brasil-recibe-tres-mil-medicos-cubanos-para-atender-areas-remotas_4YmkJETArRVHofqHL27kw6/. Date of access: November 7th November 2013.
- LIMA, M. C. e C. M. S. de A. Maranhão (2009), "O sistema de educação superior mundial: entre a internacionalização ativa e passiva", *Avaliação*, 14 (3), pp. 583-610.
- MACEDO, E. (2006), "Currículo: política, cultura e poder", *Currículo sem fronteiras*, 6 (2), pp. 98-113.
- MARRARA, T. (2007), "Internacionalização da Pós-Graduação: objetivos, formas e avaliação", *Revista Brasileira de Pós-Graduação RBPG*, 4 (8), pp. 245-262.
- MARZIALE, M. H. P. A. (2009), "A transnacionalização regional da Enfermagem da América Latina", *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, 17 (1), pp. 3-4.
- MAZZA, D. (2011), "Mobilidade humana e educação: os estudantes estrangeiros na UNICAMP", *Cadernos CERU* 2, 22(2), pp. 239-255.
- MOL, C.V. (2011), "The influence of student mobility of future migration aspirations. Empirical evidence from Europe and recommendations to study the impact of international exchange programmes", *Canadian Diversity*, 8 (5), pp. 105-108.
- MOREIRA, A. F. e E. F. Macedo (1999), "Fazendo sentido ainda o conceito de transferência educacional?", in A. F. Moreira (org.), *Currículo: políticas e práticas*, Campinas, SP, Papius, pp. 11-28.
- MOROSINI, M. C. (2006), "Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior-conceitos e práticas", *Educar*, 28, pp. 107-124.
- MOROSINI, M. C. (2011), "Internacionalização na produção de conhecimento em IES Brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal", *Educar em Revista*, 27, pp. 93-112.
- NOGUEIRA, S. G. (2013), "Entre o burocrático-legal e a hospitalidade: os estudantes internacionais na Paraíba e a Polícia Federal", *Interseções*, 15 (1), pp. 29-47.
- OJIMA, Ricardo; M. A. C. Aguirre; et al. (2014), "Migrações internacionais motivadas por estudo: uma análise sociodemográfica dos estudantes estrangeiros radicados no Brasil". *Revista PerCursos*, 15 (28), pp. 166-189.

- PIRES-ALVES, F. A.; C. H. A. Paiva, et al. (2012), "A internacionalização da saúde no Brasil: elementos contextuais e marcos institucionais da cooperação internacional brasileira em parceria com a OPAS", *Rev. Panam Salud Publica*, 32 (6), pp. 444-450.
- PROGRAMA MAIS MÉDICOS (2015), Available at: <http://maismedicos.gov.br/>. Date of access: September 23rd of 2015.
- ROBERTSON, S. K. (2008), "Negotiated Transnationality: Memberships, Mobilities and the Student-Turned-Migrant Experience", *PhD Thesis, School of Global Studies, Social Science and Planning, RMIT University*.
- SILVA, K. e S.S. Morais (2012), "Tendências e tensões de sociabilidade de estudantes dos Palop em duas universidades brasileiras", *Pró-Posições*, 23 (1), pp. 163-182.
- SOUSA, I. C. F. de (2004), "A educação intercultural na escola e o reconhecimento do Outro diferente", *Archivos Analíticos de Políticas Educativas / Education Policy Analysis Archives*, 12 (59), pp. 1-8.
- VELHO, L. (2001), "Formação de doutores no país e no exterior: estratégias alternativas ou complementares", *Dados. Revistas de Ciências Sociais*, 44 (3), pp. 607-631.
- VIZENTINI, P. F. (2005), "A transição do sistema mundial e a internacionalização das universidades: uma perspectiva brasileira", Porto Alegre. Available at: <http://www.andifes.org.br/index.php?option=docman&task=doc>. Date of access: August 1st 2008.
- ZAMBERLAM, J.; G. Corso, et al. (2009), "Estudantes internacionais no processo globalizador e na internacionalização do ensino superior", Porto Alegre, Impa Artes Gráficas e Ltda.

Recebido a 01/10/2015. Aceite para publicação a 04/12/2015.

Isabela Cabral Félix de Sousa (isabelacabralfelix@gmail.com). Fundação Oswaldo Cruz, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Laboratório de Iniciação Científica na Educação Básica. Avenida Brasil 4365, 21045-900 Mangueiras, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

MIGRACIÓN CUALIFICADA Y POLÍTICAS PÚBLICAS EN AMÉRICA DEL SUR: EL PROGRAMA PROMETEO COMO ESTUDIO DE CASO¹

Claudia Pedone

■ Universidad de Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género – CONICET

Yolanda Alfaro

■ Universidad Autónoma de Zacatecas, Unidad Académica de Estudios del Desarrollo

Resumo

Diante das atuais transformações políticas, econômicas e sociais das migrações na Europa e na América Latina, o Equador se tornou um destino para profissionais altamente qualificados. No entanto, tanto no debate acadêmico quanto no político o discurso sobre esta migração qualificada aparece a reboque dos enfoques construídos para estudar as migrações de profissionais Sul-Norte com o uso de categorias analíticas, tais como, “fuga de cérebros” e “circulação de talentos” que se abstraem do contexto político-econômico no qual surge esse fluxo migratório. A partir do estudo do Programa “Prometeo” no Equador, analisamos diferentes perfis migratórios no âmbito dessa política pública e mostramos que a heterogeneidade que apresenta a denominada migração qualificada, através das variáveis de gênero, idade, origem regional e nacionalidade, nos permite refletir e debater sobre a relevância de abordar a análise da migração qualificada tendo em conta essas variáveis, a fim de construir outras categorias de análise.

Palavras-chave: migração qualificada, América Latina, crise europeia, perfis de migratórios

Abstract

Based on the current political, economic and social transformations of migration in Europe and Latin America, Ecuador has evolved into a destination for highly qualified professionals. However, both the academic debate and the political discourse on this skilled migration build upon constructed approaches to study the South-North migration of professionals with analytical categories such as “brain drain” and “brain circulation” that neglect the political-economic context in which the migratory flow arises. From the study of the “Prometeo” Programme in Ecuador, we set different migration profiles established by this public policy and show that heterogeneity presented by the so-called skilled migration -through the analysis of variables of gender, age, regional origin and nationality- allows us to reflect and discuss the relevance of addressing the skilled migration analysis taking into account other variables for the construction of other categories.

Keywords: skilled migration, Latin America, European crisis, migration profiles

Resumen

Frente a las transformaciones políticas, económicas y sociales actuales de las migraciones en Europa y América Latina, Ecuador se ha transformado en destino de profesionales altamente cualificados. No obstante, tanto en el debate académico como político el discurso sobre esta migración calificada aparece en el marco de enfoques construidos para estudiar las migraciones de profesionales Sur-Norte con categorías de análisis como la “fuga de cerebros” y la “circulación de talentos” que se abstraen del contexto político-económico en el que surge dicho flujo migratorio. A partir del estudio del Programa “Prometeo” en Ecuador, damos cuenta de diferentes perfiles migratorios captados por esta política pública y mostramos que la heterogeneidad que presenta la denominada migración calificada, mediante el análisis de las variables de género, edad, procedencia regional y nacionalidad, nos permite reflexionar y debatir sobre la pertinencia de encarar el análisis de la migración calificada teniendo en cuenta estas variables en vistas a construir otras categorías de análisis.

Palabras clave: migración calificada, América Latina, crisis europea, perfiles migratorios

Introducción

El endurecimiento de los controles migratorios en EE. UU. y Europa y la profundización de la crisis económica global han impulsado ciertas modificaciones en la composición y dirección de las corrientes migratorias internacionales. En lo referente a las migraciones en América Latina, en los últimos años se registra una disminución de las salidas hacia Europa, el retorno de migrantes ecuatorianos, colombianos, bolivianos y argentinos que residían en España y la reconfiguración de los movimientos regionales de población.

Frente a las transformaciones políticas, económicas, sociales y territoriales actuales en el sistema migratorio transatlántico entre Europa y América Latina, países como Argentina, Brasil, México, Chile y Ecuador se han transformado en destinos de nuevas corrientes migratorias, configurando así una nueva cartografía de las migraciones cualificadas que demanda preguntarse, por ejemplo, ¿Cuáles son las causas de las migraciones de científicos y de profesionales desde los países del Norte hacia los países del Sur? ¿Cuáles son los países de destino de la migración cualificada Norte-Sur? ¿Cuál es el papel de los migrantes cualificados en las dinámicas Sur-Sur? y ¿En qué medida las políticas públicas que propician la movilidad de académicos y científicos altamente cualificados interviene en la reconfiguración de los flujos migratorios Sur-Sur?.

El desafío para responder a estas preguntas demanda la construcción de nuevas categorías de análisis. De acuerdo con los planteamientos de Bela Feldman-Bianco *et al.* (2011), la necesidad de construir nuevas categorías radica en reconocer que los significados y representaciones de las migraciones y los y las migrantes cambian en circunstancias históricas específicas.

Es por ello que en este trabajo pretendemos, mediante el estudio de las políticas y programas de atracción de migración cualificada en Ecuador, poner en debate y reflexionar sobre la pertinencia actual de las categorías de "fuga de cerebros", "migración cualificada" y "diásporas científicas", categorías que dieron origen a la producción científica en la década de 1960, para analizar la migración altamente cualificada en dirección Sur-Norte.

Nuestro estudio se llevó a cabo entre abril y octubre de 2014 y se priorizó el uso de estrategias metodológicas cualitativas. Se realizaron 38 entrevistas en profundidad y un cuestionario a toda la base de investigadores/as "Prometeos" como una herramienta de información complementaria. El cuestionario se envió a 504 investigadores/as beneficiarios/as el programa y lo respondieron 262 investigadores/as que equivale al 52% del total de la muestra, porcentaje que permite establecer una representatividad en las variables consideradas. Las

entrevistas en profundidad tuvieron como criterios de selección: sexo, edad, nacionalidad, país de aplicación, área de conocimiento y la distribución territorial en diversas ciudades del país, tanto en Universidades como en Instituciones Públicas de Gobiernos Provinciales y Estatales.

En este artículo, en primer lugar, presentamos resumidamente el debate sobre las categorías que analizaron, desde la década de 1960, la migración cualificada y proponemos algunos elementos para construir nuevas categorías de análisis desde el enfoque de la interseccionalidad. En segundo lugar, hacemos una breve reseña del programa "Prometeo" como política pública del Gobierno del Ecuador orientada a la educación superior y a la investigación científica. Por último, exponemos algunos resultados de nuestro trabajo de campo que nos permite identificar y caracterizar los perfiles migratorios asociados a las movilidades de científicos/as teniendo en cuenta variables como: sexo, edad, procedencia, área de conocimiento e inserción laboral en origen y destino.

Las categorías de análisis de la migración cualificada

La aplicación del concepto de "fuga de cerebros" (*Brain Drain*) como categoría de análisis data de la década de 1960. En América Latina, los trabajos de Chaparro y Arias (1970), Rodríguez (1986), Oteiza (1996) y Pellegrino (2003) fueron claves para desarrollar este marco analítico, bajo el supuesto de que la migración internacional de personas con altas cualificaciones resultaba perjudicial para el desarrollo (crecimiento económico) de los países de la región. En la década de 1970, a partir de los estudios de la Comisión Económica para América Latina (CEPAL), los trabajos se centraron en analizar la migración cualificada en relación a los problemas que genera los modelos de desarrollo en la región en pos de demostrar que la pérdida de recursos humanos cualificados era una faceta más de un proceso de dependencia de los países del Sur respecto a los países capitalistas del Norte. En esta época los estudios sobre migración cualificada se centraban en las estrategias de los estados y el tipo de políticas necesarias para controlar la salida de mano de obra entrenada o limitar sus efectos negativos.

A partir de la década de 1990, el enfoque del estudio de la emigración de recursos humanos altamente cualificados tomó un nuevo rumbo, pues a partir de la implementación de las reformas estructurales que impulsaron el Banco Mundial (BM) y el Fondo Monetario Internacional (FMI) y el protagonismo de los organismos internacionales se empezó a delinear el enfoque de la "ganancia de cerebros" (*Brain Gain*) y la "circulación de talentos" (*Brain Circulation*), ambas categorías asociadas a la idea de que los migrantes altamente cualificados

contribuyen de manera positiva en el desarrollo de los países de origen y destino.

En la última década las redes de profesionales altamente cualificados fueron abordadas bajo la categoría de "diásporas científicas". Esta categoría fue impulsada por la Comisión Europea y el Foro Mundial sobre Migración y Desarrollo en el marco del flujo Sur-Norte pero frente a la reciente reconfiguración migratoria en un contexto de crisis económica fue adoptada por algunos académicos y *policy makers* de los países de origen para resaltar el potencial de los inmigrantes cualificados en la transferencia de conocimiento científico a su país de origen.

Sobre todo ha sido aplicada para analizar aquellos programas de migración circular, gestionados como una herramienta de la política migratoria que promueve el enfoque en el que "todos ganan" ("*win-win-win*"); en el que los países de destino, los países de origen y los propios trabajadores migrantes puedan promover el desarrollo en los países de origen a través de la circulación de talentos, el retorno de las competencias, la creación de empresas, pero además, intenta reducir al mínimo la migración irregular, por lo que se ha convertido en una herramienta conveniente para los intereses de los países de origen en línea con las políticas económicas que promueven.

Las redes de profesionales altamente cualificados fueron abordadas bajo la categoría de "diásporas científicas". Esta categoría también fue propuesta por la Comisión Europea y el Foro Mundial sobre Migración y Desarrollo en el marco del flujo Sur-Norte pero frente a la reciente reconfiguración migratoria en un contexto de crisis económica fue adoptada por algunos académicos y *policy makers* de los países de origen para resaltar el potencial de los inmigrantes cualificados en la transferencia de conocimiento científico a su país de origen. No obstante, en la última década, tanto la circulación de talentos como las diásporas científicas han sido cuestionadas porque los supuestos beneficios en el desarrollo económico y político de los países no encuentran suficiente respaldo empírico (información), sino que por el contrario han sido utilizadas de manera acrítica, sin denotar la asimetrías que estructura la movilidad internacional de la élite profesional puesto que están insertas en la desregulación, la mercantilización y la nueva división internacional del trabajo (Delgado-Wise, 2014).

Aunque en los últimos años se han realizado esfuerzos académicos para desarrollar estudios sobre la movilidad de profesionales y científicos que aborden aspectos estructurales de la movilidad con aspectos de la micro-sociología del movimiento, estos han privilegiado la descripción de la subjetividad móvil sobre las causas y los efectos de este tipo de movilidad; es decir, sin establecer un análisis de la movilidad de profesionales y científicos altamente

cualificados hacia el norte global en el contexto de la globalización contemporánea y el capitalismo cognitivo (Sheller, 2011; Elliott y Urry, 2010).

Además, cabe señalar que el estudio de la movilidad en su sentido más amplio, no esboza la comprensión general del ejercicio del poder y todos los esfuerzos para orientar y dirigir cualquier aspecto que conlleva cómo el movimiento de la población en lugar del territorio se convirtió gradualmente en el centro del pensamiento moderno y la intervención gubernamental². Así, aunque la crítica sobre las relaciones de poder intenta estar en el centro del campo de estudio, su planteamiento no se posiciona de manera crítica con la gubernamentalidad global, los estudios de la regulación o con las estructuras jurídicas pertenecientes a diversos tipos de movilidad, por lo que se reduce a una serie de consideraciones y herramientas conceptuales generales para el análisis de la descripción global de la movilidad.

De acuerdo con Mezzadra *et al.* (2014), el potencial del enfoque de la movilidad para estudiar la migración de profesionales altamente cualificados no está centrado en las preocupaciones crecientes sobre la velocidad de movimiento, sino en cómo en el contexto de la globalización contemporánea se ha establecido una re-organización espacial del trabajo. Esto significa que el estudio de la movilidad de profesionales altamente cualificados no puede limitarse a la descripción de los patrones de movilidad sino que debe abrirse a analizar los intereses políticos que están de por medio en la regulación de su movilidad; es decir, vislumbrar si se trata de un movimiento generado de manera voluntaria o forzada, si es temporal o a largo plazo, si es factible o problemático, etc.

Hay que resaltar que la migración cualificada tiende a ser discutida en términos generales y que muy a menudo pasa por alto la gran diversidad empírica de los casos y las muy diferentes situaciones de la migración calificada en dirección Sur-Norte y/o Sur-Sur. No es frecuente que al abordar esta temática se tenga en cuenta que, primero, entre estos dos flujos existen diferencias sustanciales, y, segundo, que detrás de la migración cualificada existen diversidad de perfiles de profesionales. Es oportuno resaltar que en un intento de complejizar el estudio de la reconfiguración de las migraciones en el sistema transatlántico, Cristina Vega *et al.* (2014) proponen el concepto de circularidad migratoria para abordar las migraciones de profesionales españoles al Ecuador en la actualidad y demuestran que el desplazamiento se debe más a la búsqueda de opciones laborales que al interés de construir redes de intercambio científico, ideas que se promueven desde las investigaciones que utilizan la categoría de "circulación de talentos".

Como se advirtió en la introducción, nuestro interés es: a) analizar la migración de profesionales

altamente cualificados como una forma de movilidad específica dentro el marco de la migración Norte-Sur y/o Sur-Sur; b) considerar las particularidades y los significados que se le asigna a este tipo de movimiento por parte de los estados; y c) identificar las políticas que se construyen en torno a este tipo de movimiento y las representaciones que se generan de los profesionales altamente cualificados.

En tal sentido, consideramos que la perspectiva de la interseccionalidad tiene un potencial explicativo mayor que el enfoque de la movilidad en tanto abre el análisis al complejo entramado de diferencias que se tejen al considerar las dimensiones de raza/etnia/nacionalidad, clase y género a nivel macro, meso y micro. De esta manera la interseccionalidad nos obliga a centrarnos en articulaciones múltiples con el fin de encontrar puntos de convergencia en un tiempo y espacio determinado, es por ello que en lugar de reflexionar los niveles de análisis por separado se deben abordar en su articulación, de manera simultánea (Anthias, 2006; Ezquerro, 2008).

Si analizamos cómo la nacionalidad se cruza con el género y la clase³ en la organización de la migración de profesionales altamente calificados con dirección Norte-Sur y/o Sur-Sur podemos entender que las dinámicas de movilidad de profesionales adquieren connotaciones distintas. Siguiendo los postulados de Mohanty (2003) podríamos señalar que un profesional extranjero no se convierte en altamente cualificado única y exclusivamente porque alcanzó el cuarto nivel de formación académica, sino por las intersecciones que se construyen a partir de su condición de clase, lugar de origen, lugar de formación, campo de conocimiento y área de especialización.

La sola adquisición de cualificaciones no refleja las diferenciaciones sociales que operan de distintas maneras en las trayectorias de migración calificada (nivel micro), las relaciones sociales y de poder reproducidas en el contexto migratorio por las instituciones y las políticas (nivel meso); ni, mucho menos, las dinámicas de poder que atraviesa la generación de conocimiento en el capitalismo cognitivo (nivel macro). En otras palabras, el reconocimiento de la condición de migrante altamente calificado es resultado de una articulación de factores estructurales como de factores de reconocimiento y de pertenencia que tienen que ver con la política, la ideología, la práctica y la experiencia (Anthias, 2006).

En tal sentido, el panorama sobre las políticas de atracción de profesionales altamente cualificados se transforma radicalmente si aplicamos el enfoque interseccional, puesto que nos permite no sólo el análisis de la reestructuración de las dinámicas de la migración altamente cualificada en el contexto de la globalización, sino también cómo ésta es trazada y construida mediante mecanismos de control y de gestión (leyes, políticas e ideologías).

En tanto la perspectiva interseccional proporciona herramientas útiles para entender la complejidad y la diversidad de la migración altamente cualificada, nos hemos planteado centrar nuestro análisis en aspectos que revelan diferentes perfiles migratorios. Para dicho propósito hemos cruzado las cualificaciones de los profesionales con su nacionalidad, su condición de clase y género, para analizar: i) las diferencias de un grupo que globalmente se ha tratado como homogéneo, ii) las jerarquías y relaciones de poder que se construyen alrededor de las áreas de conocimientos y los lugares de procedencia de los mismos y, iii) entender algunos de los sesgos que caracterizan los debates que giran alrededor de la categoría de circulación de talentos.

Como veremos en las conclusiones, nuestro análisis se presenta como una propuesta de nuevos engranajes de interseccionalidad aplicados al análisis la migración altamente cualificada en pos de construir nuevas categorías de análisis.

Ecuador como lugar de destino de migrantes extranjeros y retornados/as cualificados/as: el Programa Prometeo como política pública

A partir de la promulgación de la Constitución del 2008, el gobierno de Ecuador comenzó a implementar las transformaciones a diferentes escalas y en diversas áreas de la producción, de la acción social y de los procesos institucionales que antes no existían.

Entre esas transformaciones, la educación se convierte en un objetivo central de las estrategias de desarrollo orientadas hacia la transformación estructural de la matriz productiva. De manera que el Plan Nacional de Desarrollo para el Buen Vivir 2013-2017 definió que la base del cambio de la matriz productiva, será la inversión en Investigación, Desarrollo e Innovación (I+D+I), puesto que la generación de conocimiento, ciencia y tecnología constituirían el fundamento para superar las condiciones de dependencia que establece la actual estructura productiva al ser de tipo primario-exportadora (PNDBV, 2013-2017: 19).

La Secretaría Nacional de Educación Superior de Ciencia y Tecnología (SENESCYT), por su parte, definió políticas para impulsar la transformación de la matriz productiva, cuyo objetivo es incrementar las capacidades de investigación del país con equipamiento e infraestructura, institucionalidad y principalmente recursos humanos, por lo que se destinó el 0,66% del PIB en dos grandes campos de acción: i) investigación científica e innovación tecnológica y social y ii) formación de recursos humanos altamente calificados (SENESCYT, 2012).

En relación al segundo campo se definieron planes programas y proyectos orientados a incorporar expertos de alto nivel a los institutos públicos de

investigación, entidades públicas y sectores productivos priorizados. En este contexto, a partir del 2008 se puso en marcha el *Programa Prometeo*⁴ mediante becas en las siguientes áreas prioritarias: ciencias de la educación, ciencias de recursos naturales, ciencias de la producción-Innovación, ciencias de la vida y ciencias básicas. Estas apuntan a la transformación de la matriz productiva definidas por el estado ecuatoriano según el Plan Nacional del Buen Vivir.

Este proyecto se inicia a partir de un diagnóstico que identificó la necesidad de incrementar las capacidades de conocimiento de las universidades y escuelas politécnicas, institutos públicos de investigación, institutos técnicos y tecnológicos, entidades y organismos del sector público, en temas de investigación científica, docencia, innovación, desarrollo tecnológico y social en las áreas estratégicas del desarrollo nacional y regional, así como en los sectores productivos priorizados.

Es importante mencionar que en el *Programa Prometeo* se superponen políticas económicas, políticas de educación y políticas de I+D+I, por lo tanto, más que una acción política orientada a propiciar la atracción de profesionales altamente cualificados, se trata de una estrategia de desarrollo cuyos efectos generaron una inmigración temporal y de retorno de población altamente cualificada.

De acuerdo con los datos del *Programa Prometeo*, hasta diciembre de 2013, se vincularon a los Institutos Públicos de Investigación Superior, Universidades y Centros de investigación 573 Investigadores Prometeos; los cuales el 12,6% son ecuatorianos retornados, y el 87,4% restante está registrado en 44 nacionalidades distintas (España, Alemania, Reino Unido, Japón, Argentina, Bolivia, Colombia, Perú, India, Canadá, Francia, Portugal). Las nacionalidades más representativas son España con el 28,3%; Venezuela con el 10,4% y Cuba con el 5,1%. De acuerdo a los datos oficiales, para el 2014, la asignación de los proyectos de investigación estaba distribuidos de la siguiente manera: ciencias básicas 54%, producción e innovación 20%, recursos naturales 10%, arte y cultura 8%, ciencias de la vida 5% y ciencias de la educación 3%.

Perfiles migratorios de los/as investigadores/as Prometeo vinculados a la reconfiguración de flujos migratorios

Nuestro trabajo de campo con Investigadores/as Prometeo nos permitió identificar diversos perfiles migratorios que detrás de la categoría de "migración cualificada", presentan una alta heterogeneidad si se analizan desde una perspectiva interseccional, teniendo en cuenta variables como la edad, el género, la nacionalidad/procedencia regional y la pertenencia a clase social.

En cuanto a la variable género el Programa tiene una abrumadora presencia masculina, sólo el 32% de las Prometeos son mujeres. Los resultados de nuestra muestra concuerdan con los datos generales del Programa, especificados anteriormente. Entre los 246 participantes en la investigación, el 71.5% fueron hombres y el 28.5% mujeres. La procedencia regional la encabeza la Europa Mediterránea con una participación del 44%, principalmente la llegada de profesionales de España y luego un perfil migratorio procedente de América Latina del 35%, donde predominan los/as científicos/as de Venezuela, mientras que la población ecuatoriana cualificada retornada sólo llegaba a un 9%.

Teniendo en cuenta estos datos de procedencia regional, predomina el uso del idioma castellano en un 89,4% y el 10,6% para el inglés. La edad media de la muestra es de 48 años en un rango entre 29 y 76 años. En cuanto a las áreas de investigación la muestra corrobora los porcentajes que se definen como estratégicas en el cambio de la matriz productiva: 34% Ciencias de la Producción-Innovación, 21% Ciencias de Recursos Naturales, 20% Ciencias de la Vida, los menores porcentajes se encuentran en las Ciencias Sociales con 12%, Arte y Cultura 6% y Ciencias de la Educación 3%.

La primera aproximación de este análisis fue conocer los canales a partir por los cuales los/as profesionales habían conocido y tomado contacto con el Programa. Si bien, desde la Gerencia se enfatiza en que la difusión del Programa se hace por medio de las embajadas y los vínculos que brinda la cooperación internacional, nuestro trabajo de campo corroboró que estos mecanismos institucionales de difusión son los menos eficaces. Los canales de difusión más efectivos para el conocimiento y contacto con el Programa son las relaciones personales y los medios de comunicación y redes sociales. En cuanto a los vínculos previos con Ecuador, predominan los de tipo académicos y de amistad, aunque es importante señalar que el 44% de los/as profesionales de la muestra no tenían ningún vínculo ni conocimiento previo con Ecuador.

El conocimiento del Programa se da, principalmente, mediante la comunicación entre investigadores/as, que a su vez, están propiciando redes de profesionales calificados, que organizan las estancias en Ecuador procedentes de los mismos países e incluso de las mismas universidades y que tanto desde la Europa Mediterránea como desde algunos países de la región, como es el caso de Venezuela, responden a una estrategia de inserción laboral, debido a la crisis económica y financiera que sufren los sistemas educativos y de ciencia y tecnología en sus países de origen.

El programa lo conocí un día que mi directora de tesis vino a comer a nuestra

casa y le comentaba que yo ahora estaba sin trabajo en España, y le decía que si no sabía de alguna cosa que podía hacer y entonces me comentó lo de Prometeo (Mujer, 45 años, nacionalidad española, aplicó desde España, Ciencias de la Vida).

Por mi mujer que es también Prometeo, ella se enteró. Y bueno como a ella en principio le respondieron muy rápido, entonces apliqué yo, y decidimos venir para aquí (Varón, 53 años, nacionalidad argentina, aplicó desde España, Ciencias de la Producción e Innovación)

Por un lado me llegó una información por una página web que publicó la Universidad de Los Andes, en la ciudad de Mérida, hablaban en qué consistía el proyecto y ofreciendo a profesores de la universidad y más tarde un compañero de institución fue seleccionado, entonces ahí, él me dijo que porque no veía la posibilidad de también de postularme, y fue cuando decidí postularme y pasé la selección (Mujer, 45 años, nacionalidad venezolana, aplicó desde Venezuela, Ciencias de la Vida).

Por otro lado, existe un grupo de investigadores/as que llegan a Ecuador por vínculos académicos previos, sobre todo con profesionales ecuatorianos/as que han realizado posgrados y estancias de investigación en el exterior.

Como adelantáramos, a partir de esta caracterización general los resultados de nuestra investigación develaron que dentro de la denominada "migración cualificada" existen una variedad de perfiles y una heterogeneidad dentro de los mismos. A continuación describimos las características de los/as protagonistas de estos desplazamientos:

Perfil migratorio altamente cualificado procedente de América del Norte, India, Norte de Europa

Entre los y las científicas que componen este perfil la edad oscila, preferentemente, entre 55 y más de 70 años. Son profesionales con alta cualificación que a partir de sus años sabáticos o su jubilación, el *Programa Prometeo* les otorga la posibilidad de conocer parte de América Latina, consolidar vínculos académicos iniciados años atrás y aprovechar a poner en marcha proyectos de investigación atractivos para el proceso de transformación de la matriz productiva de Ecuador.

A nivel de género predominan los varones que, en su mayoría, llegan acompañados solamente por sus parejas. Este perfil de investigadores/as son quienes valoran más positivamente las iniciativas del Gobierno del Ecuador y minimizan los inconvenientes que suelen presentarse en la

puesta en marcha de los proyectos de investigación debido a la falta de infraestructura y equipamiento o las trabas burocráticas en las instituciones de acogida.

Me da envidia y más en este momento en que veo la política, es que inevitablemente uno compara con lo que conoce más, veo la política de mi país; la política científica penosa, lamentable de mi país, me da mucha envidia, por eso estoy siempre tan dispuesto a colaborar en todo lo que me pidan. Ven a ser jurado, voy. Ven a la reunión de biodiversidad, a lo que haga falta. Por eso yo sería muy estricto en la selección, es decir, una persona no puede venir aquí a hacer curriculum científico, de ninguna manera, para eso te tienes que ir a Estados Unidos o a Europa, o Australia, o yo que sé, aquí hay que venir con un cierto bagaje, y con una cierta experiencia, y con la mochila y venir a vaciar la mochila, no a llenarla (Varón, 62 años, nacionalidad española, aplicó desde España, Ciencias de la Vida)

Es oportuno resaltar que no se reconocen como migrantes, enfatizan en jerarquizaciones y diferencias de clase social y asocian la categoría de inmigrante a personas pobres y de una precaria inserción laboral. Generalmente, estos/as científicos/as llegan a Ecuador por estancias cortas, desde 4 meses a 1 año. Este perfil podría adscribirse a la categoría que algunos autores trabajan bajo la perspectiva de *movilidad académica internacional* (Cresswell, 2010; Elliott y Urry, 2010; Sheller, 2011); no obstante, estos científicos aprovechan las posibilidades de esta política pública para poner en marcha sus proyectos de investigación con mayores recursos económicos y con salarios altamente remunerados. Cabe señalar que estas condiciones, a partir de la crisis socioeconómica del 2008, han mermado tanto en América del norte como en Europa.

Adscribirse a la perspectiva de movilidad académica internacional implicaría invisibilizar las relaciones de poder que subyacen bajo los desplazamientos de profesionales altamente cualificados y excluirlos del análisis de la actual reconfiguración de los flujos migratorios en América Latina.

Perfil migratorio producto de la crisis europea, específicamente, España e Italia

La llegada de científicos/as desde España e Italia presenta una heterogeneidad que nos ha permitido distinguir dos perfiles migratorios atravesados por la edad y las posibilidades de inserción laboral en los lugares de origen.

Estos/as profesionales tienen una edad oscila entre los 29 y 45 años y buscan en el *Programa*

Prometeo una opción laboral frente a la crisis socioeconómica y a las escasas posibilidades de inserción académica en sus lugares de origen. Sus trayectorias de posgrado, son nacionales entre los/as más jóvenes y entre los que pasan los 40, en la mayoría de los casos, han realizado estudios de doctorado y posdoctorales en otro país de Europa o Estados Unidos.

Su opción por *Prometeo* responde a la imposibilidad actual de acceder a becas y estancias en EE.UU y Europa, como hasta hace unos pocos años, y pretenden mantener el vínculo entre Ecuador-España como una estrategia de sobrevivencia, puesto que planean un retorno a medio o largo plazo.

Una vez que finalicé mi doctorado en Granada solicité el proyecto *Prometeo* y me contestaron inmediatamente y vine para acá. Yo tenía otras expectativas, de hacer una estancia postdoctoral en la Universidad de Suiza, muy interesante, pero consideré, que esto era mucho más interesante por el hecho de que te desplazas a un continente distinto. Yo soy una persona joven, y tenía ganas de conocer y más que nada, porque dices: Es la oportunidad de hacerlo ahora, si no, no puedes (Mujer, 29 años, nacionalidad española, aplicó desde España, Ciencias de la Vida).

Dentro de este perfil hay profesionales entre los 29 y 37 años que llegan solos con proyectos individuales y con casi nulas posibilidades de insertarse en las universidades españolas e italianas como docentes y/investigadores/as. Son muy críticos con la gestión del Programa en cuanto a retrasos en los pagos mensuales, a la entrega de informes mensuales, reembolsos de visitas académicas, debido a que pretenden que el Programa funcione como una beca posdoctoral.

Es seguro que como gestión es bastante extraña, respecto a las becas que estamos acostumbrados en otros lugares. Es un sistema de control demasiado estrecho. En ningún proyecto financiado, por ejemplo en mi experiencia en Italia, se pide un informe mensual. Esto es muy extraño porque sobre todo, en un proyecto de investigación científica básica no se puede prever qué va salir. A lo mejor nos puede salir mal, porque si no, no sería investigación. Y pensar de planear, mensualmente un informe donde se tiene como requisito para ser pagado, de que se respeta la matriz de actividades, es algo muy problemático (Varón, 37 años, nacionalidad italiana, aplicó desde Italia, Ciencias Básicas).

Yo creo que hay demasiada burocracia, a mí... cuando estás trabajando a gusto y sobre todo cuando tienes mucho trabajo, sobre todo cuando tienes que hacerlo en seis meses; he perdido mucho tiempo con burocracia. Los informes mensuales son tremendos y además yo dudo mucho de que los puedan leer, creo que no los leen. Porque no tienen esa capacidad de leer tanto informe, entonces es mucho tiempo que dedicas, y mucho papel que gastas y yo dudo mucho de que tenga una utilidad (Mujer, 45 años, nacionalidad española, aplicó desde España, Ciencias de la Vida).

Otros con edad entre 38 y 50 han llegado en ocasiones con sus familias, toman la estancia de *Prometeo* como una posibilidad para cumplir con requisitos académicos en España sobre las estancias en el extranjero, con la ventaja comparativa de muy buen salario, prestaciones de servicios de salud y de residencia por los primeros seis meses. Por lo cual, paralelamente a cubrir las exigencias académicas en origen, su estancia como *Prometeo* les permite poner en marcha estrategias de ahorro, ya que la mayoría sigue cobrando sus salarios en España.

Algunos/as investigadores/as no han logrado reinsertarse en España luego de algunos posgrados en el extranjero, por lo cual, el *Programa Prometeo* se ha convertido en una estrategia laboral ante la imposibilidad de inserción en sus universidades de origen.

Estoy en mi tercer post doc. He hecho un post doc en Francia, hecho un pos doct en España y hecho un post doc en Irlanda, y en este momento, estaba estoy presentando a oposiciones en Francia, Suecia y Chile y dentro de todo el rango de oposiciones me presenté a *Prometeo*. En España nunca estuve fijo en ninguna universidad, nunca. Yo hice el doctorado en Irlanda, luego hice una pequeña estancia de un año en España, pero no conseguí financiación, luego hice dos años más de pos doc en Francia, luego conseguí una beca de la Junta de ampliación de estudios. Estuve tres años de pos doc en el Instituto de Tecnología Molecular, en Valencia, y luego conseguí un pequeño contrato de diez meses en otro departamento en la universidad de Dublín. De hecho, llevo dos años intentando conseguir la Ramón y Cajal, y aunque consigo muy buena puntuación, no es suficiente para entrar en la calificación. Soy demasiado viejo. Ya me pasé la edad (Varón, 45 años, nacionalidad española, aplicó desde España, Ciencias de la Vida).

Los/as investigadores/as Prometeos que arriban con familia, en sus testimonios exponen las dificultades que han tenido para insertar a los y las hijas en el sistema educativo y encontrar vivienda. El propio Programa no contempla la noción de familia asociada a la llegadas de estos/as científicos/as, por lo cual no existe apoyo logístico en la instalación familiar.

Un niño yo creo que es muy complicado, y más difícil con un niño de nueve años que con un niño de cuatro o de tres. Yo creo que lo que más les ha costado, es que se han separado de sus amigos. Sus amistades, no sé. Yo creo que también a Clara, le supuso mucho el ir a una escuela donde no conocía a nadie, para ella fue como un abismo. Lo que más le costó fue eso, y la comida, le costó mucho. El tema de la alimentación fue duro.

(La decisión familiar) "fue lo más difícil. Yo tengo un hijo de 16 años. No quería venir por supuesto. Estaba terminando la escuela, con sus amigos. Lo convencimos diciendo que él en dos meses, que estudiaba ya tenía vacaciones y aprobaba todo el año. Lo mismo con mi esposa, nunca vamos solos. Y entonces decidió venir, pero la condición es que si venía, tenía que tener trabajo aquí. Esa fue la condición que yo puse para mí como Prometeo, si no tampoco venía. Porque nueve meses era mucho tiempo de estar solo".

Es llamativo observar que son las mismas preocupaciones que las familias migrantes ecuatorianas tienen a la hora de reagrupar a sus hijos/as en los lugares de inmigración. No obstante, estas familias tienen en Ecuador asegurada la regularidad jurídica de toda la familia, y pueden organizar estancias más prolongadas con posibilidades de inserción laboral y sin problemas de irregularidad jurídica. La migración familiar dentro de las investigaciones sobre migración cualificada es un campo de estudio descuidado, la mayoría se centran en analizar estos desplazamientos como proyectos autónomos, donde la familia queda invisibilizada, en las políticas que los originan y en el impacto tanto en los lugares de origen como los de destino⁵.

Perfil migratorio producto de la reconfiguración de los desplazamientos de migración cualificada latinoamericana

Este perfil está estrechamente vinculado al retorno de los y las migrantes latinoamericanos que residían en Europa y Estados Unidos, en algunos casos, son retornos temporales y en otros definitivo, pero es una forma de buscar lugares de inserción cualificada ante el deterioro de las condiciones labo-

rales en el ámbito científico tecnológico en Europa y Estados Unidos.

Estas estrategias migratorias son viables porque existen políticas en ciencia y tecnología de atracción en algunos países de la región latinoamericana, como es el caso de Ecuador, Argentina y Brasil, con políticas más progresistas y Colombia con una política de repatriación de profesionales con un marcado corte neoliberal⁶.

Este perfil latinoamericano es más variado en edades, procedencias y países de aplicación⁷. En este sentido, hay una característica en común que se refiere a que los/as científicos latinoamericanos/as han realizado sus carreras de posgrado en Estados Unidos, Canadá y Europa, y en este momento están ensayando diversas estrategias: a) como repatriados/as que buscan un retorno temporal y/o definitivo a su país; b) como retornados/as buscan inserción laboral en diversos países de la región y c) estrategias de inserción académica que incentivan las migraciones intrarregionales a lugares que se han convertido en nuevos destinos como Ecuador, Brasil, Chile, Argentina y México.

Perfil migratorio de Investigadores/as Ecuatorianos/as Retornados/as

Nuestro estudio reveló que este perfil migratorio no sobrepasa el 10% de los/as profesionales procedentes de América Latina y mantiene el equilibrio en cuanto a edades y paridad de género. Son docentes e investigadores/as que han realizado sus trayectorias académicas doctorales y posdoctorales en exterior y que han combinado, en la mayoría de los casos, con trabajos precarios en los inicios de sus carreras en los lugares de emigración.

La mayoría se ha vinculado al *Programa Prometeo* como una estrategia de retorno, los más jóvenes proceden de ámbitos académicos europeos donde no han logrado una inserción fija y los de mayor edad ven la oportunidad de insertarse en origen como una forma de cumplir con el proyecto de retorno a largo plazo planeado en los inicios de su migración. En general, tienen con un alto compromiso político debido a los procesos de cambio que vive nuestra región y, en particular, Ecuador y este hecho ha sido un factor importante para definir el retorno temporal y/o definitivo.

Pienso que es interesante venir al Ecuador a radicarse por el momento, sobre todo por toda esta efervescencia que hay. Tenemos las condiciones para trabajar. Yo al menos aquí en la UTPL, he tenido todo a mi disposición, desde el punto de vista tecnológico, tengo las últimas versiones de los aparatos, que ni siquiera en los laboratorios de Francia hay. Entonces veo que todavía hay mucho que

hacer, porque si bien en tecnología podemos acceder a las últimas versiones, pero en cambio, todavía falta mucho para instaurar una filosofía de investigación por formar a la gente como se debe para hacer formación de calidad. Entonces veo en eso un reto (Mujer, 52 años, nacionalidad ecuatoriana, aplicó desde Francia, Ciencias de la Vida)

Bueno, cuando decidimos volver al Ecuador con mi esposa, regresar después de haber sido profesores por trece años en Estados Unidos, pues empezamos a buscar alternativas de trabajo y justamente ahí nos hablaron del *programa Prometeo*. Sabíamos que en las humanidades no había mucho espacio, pero sabíamos también que había algunos miembros que intentaban generar un espacio para las humanidades. Yo creo que fue un momento, de suerte en el que se abrió justamente ese espacio, para las humanidades (Varón, 48 años, nacionalidad ecuatoriana, aplicó desde Estados Unidos, Humanidades)

Es oportuno resaltar que entre los/as científicos/ecuatorianos con una trayectoria académica prolongada en Europa y Estados Unidos son muy críticos/as con las desigualdades de cargas horarias y diferencial de salarios que origina la llegada de Prometeos frente a sus pares ecuatorianos en las instituciones de acogida y también con la calidad de los profesionales que están llegando y con los criterios de selectividad del Programa.

Yo he visto y de los Prometeos dependiendo también de quién sea, porque realmente no sé cómo se haya hecho la selección, pero veo que en muchos casos, no están calificados. Bueno, de lo que yo he visto que llegó conmigo, son pocos los que realmente los consideraría como investigadores interesantes que puedan aportar. El resto no lo es. Inclusive ha habido que formarles aquí. Entonces mi país está pagando para que haya gente que aporte y no lo contrario, no vamos a pagar para formar a otros. Entonces, bueno. Sí me he cuestionado como está funcionando lo de los investigadores calificados" (Mujer, 52 años, nacionalidad ecuatoriana, aplicó desde Francia, Ciencias de la Vida).

Hay muchos profesionales doctores muy jóvenes, me parece que han venido muchos. Que quizá es su primera experiencia de investigación, después de su disertación, entonces claro, lo que ven ahí es algo que agregar al currículo. No quisiera generalizar, pero sí creo que hay varios Prometeos que están en esa

línea. Ahora, realmente están involucrados en tratar de generar cosas y dejar cosas. Pero creo yo que el programa debería tratar de buscar otro tipo de perfiles, el perfil de investigadores, que tienen experiencia o que traen experiencia de otros lugares y tratar de reconectar esa experiencia al país. Y por ahí yo creo que hay un espacio en que se debería trabajar más. (Varón, 48 años, nacionalidad ecuatoriana, aplicó desde Estados Unidos, Humanidades)

Debido a la competencia generada a partir de la llegada de científicos altamente cualificados/as, los profesionales más jóvenes de este perfil encuentran obstáculos para insertarse laboralmente en sus áreas de especialización, lo cual conlleva replantearse su retorno definitivo y a ensayar nuevas estrategias migratorias como las becas de la SENESCYT para continuar estudios de posgrados en el exterior o plantearse la re-emigración. Este hecho nos lleva a señalar que el Programa no contribuye a la repatriación de recursos humanos.

Perfil migratorio producto de la crisis sociopolítica de Venezuela

Si bien la causa principal de la llegada de profesionales procedentes de Venezuela es el deterioro de las condiciones socioeconómicas en el país y en sus universidades, existen dos perfiles marcados preferentemente por la edad.

Un segmento de profesionales a partir de los 55 años jubilados y que la inserción en el *Programa Prometeo* les permite acceder a mejores condiciones de vida frente a pensiones devaluadas. Otro perfil que va desde los 30 años hasta los 50 con una trayectoria académica consolidada que optan por esta migración debido a los mayores salarios, para ello, han pedido permiso de un año remunerado o no remunerado en sus lugares de trabajo, sin embargo, muchos consideran renunciar si logran una inserción a mediano o largo plazo en Ecuador.

Ambos perfiles toman al *Programa Prometeo* como una opción laboral y de vida ante las condiciones socioeconómicas deterioradas y condiciones político-universitarias conflictivas en origen. Sus planes son de retorno a largo plazo y de un asentamiento a mediano plazo en Ecuador, por ello, tienen una mejor valoración de la gestión del Programa y ponen en marcha estrategias novedosas ante las dificultades académicas, institucionales y de infraestructura encontradas en las Instituciones de Acogida.

Para mí está descartado regresar a Venezuela, aunque no estoy seguro todavía de quedarnos aquí. No me desagrada. Nosotros hemos pasado por una etapa de descompre-

sión, de salir de los rollos, de las paranoias, aprender a vivir una vida normal, otra vez aquí y la verdad eso lo he disfrutado mucho. Salir de noche sin que te atraquen, sin tener una pistola en la cabeza, estoy feliz (Varón, 54 años, nacionalidad colombiana, aplicó desde Venezuela, Ciencias de la Vida).

Mi esposo y yo somos profesores, y de hecho todavía tenemos nuestros cargos fijos en la Universidad Central de Venezuela y solicitamos un permiso no remunerado por un año. Hay una situación concreta nacional en Venezuela. Una de las cosas es que los sueldos para los profesores universitarios son muy bajos, y en realidad no alcanzan para mucho. Pero además estábamos viendo un deterioro progresivo, y eso nos daba mucho temor, además de eso, hay una situación de inseguridad grave en Venezuela (Mujer, 39 años, nacionalidad venezolana, aplicó desde Venezuela, Ciencias de la Vida).

El perfil de profesionales más joven llega a Ecuador con familia, hijos pequeños, y tienen las mismas demandas que el perfil de profesionales españoles, hablan de la deficiencia de la educación y la dificultad para encontrar viviendas adecuadas en las ciudades intermedias y pequeñas.

La adaptación fue más difícil de lo que yo me imaginé. Pensé que iba ser un poco más llevadero, pero nos ha costado porque, a mi hija le ha costado adaptarse a la guardería, y ya está mejor y como todo que requiere un tiempo, creemos que como aquí se habla español y somos muy parecidos. No. Somos, diferentes. Mi impresión es que los profesionales en la educación no son muy buenos. Esa es la impresión que me ha dado en general las guarderías y la experiencia, particularmente en esta, que supuestamente es una de las mejores, es que a mí me parece que no tienen una rutina. En Venezuela, hay mucho las rutinas, para que los bebés aprendan cosas. Pasan cosas y no te enteras. Yo siento que la saco y la meto en la caja negra (Mujer, 36 años, nacionalidad venezolana, aplicó desde Venezuela, Ciencias Básicas).

En general, a medida que logran renovar sus vinculaciones como Prometeo o la inserción laboral en la docencia e investigación el retorno a corto plazo se desdibuja, y algunos/as científicos/as han renunciado a sus cargos en Venezuela. Otra estrategia es buscar posibilidades en otros países de la región como por ejemplo Brasil.

Algunas reflexiones finales

El Programa Prometeo si bien no es una política pública asociada a la Política Migratoria Integral, sus repercusiones reflejan las transformaciones que tienen lugar en la reconfiguración de los flujos migratorios Norte-Sur y Sur-Sur. Los resultados de nuestro trabajo de campo revelan que este Programa al permitir la inserción laboral en el sistema científico-tecnológico y en la educación superior del Ecuador, se ha convertido en una salida laboral para migrantes cualificados/as europeos/as, latinoamericanos/as y ecuatorianos/as retornados/as afectados por la crisis socioeconómica en Europa.

Al igual que otros flujos migratorios la articulación y dinámica de las redes migratorias son un elemento clave para entender el proceso de atracción y/o inserción laboral de los/as profesionales altamente cualificados/as. Este hecho permite trascender la idea de que en la migración cualificada prevalecen los proyectos migratorios individuales, y refleja la dimensión social y familiar de estos procesos migratorios.

La circulación de la información entre las redes de científicos/as regionales y/o nacionales hace que, en algunas áreas del conocimiento, la llegada de investigadores/as responda más a la oferta de los postulantes que a la demanda del propio Programa. Esta situación ha desvirtuado el perfil académico que la política pública buscaba en sus inicios.

En relación al género, las relaciones asimétricas que se dan en el ámbito científico-tecnológico a nivel mundial, el esquema se repite en Ecuador, con una preeminencia financiera en las ciencias básicas y una hegemonía masculina. Además, es oportuno resaltar que las mujeres con cargas familiares llegan junto a sus parejas que también son Prometeos o como acompañantes de los varones. Las científicas que llegan con proyectos individuales son solteras o con hijos ya independizados y constituyen un porcentaje muy bajo de representatividad.

Teniendo en cuenta la pertenencia a clase social, en general, los y las investigadoras Prometeo no se auto-identifican con la categoría de inmigrante. En el perfil altamente cualificado, procedente de América del Norte y Europa del Norte, sus prácticas discursivas alegan que la temporalidad de su movilidad les impide considerarse como inmigrantes, puesto que en este discurso subyace un marcaje de clase que los conduce a asociar su llegada a Ecuador como una condición de pertenencia al "mundo de los científicos/as globales".

Un aspecto que nos permite matizar o rechazar la idea de que no se trata de un tipo de movilidad en el contexto de la globalización, sino de una dinámica migratoria se debe a que muchos de los científicos que fueron atraídos por el Programa Prometeo, terminaron planteándose un proyecto

de vida a largo plazo en el país, al insertarse en la academia ecuatoriana con sus propias líneas de investigación.

Uno de los perfiles que refuerza estas jerarquizaciones es aquel que procede de la Europa Mediterránea, que a partir de narrativas, en ocasiones, con tintes neocoloniales, no reconocen que su arribo a Ecuador forma parte de un proyecto migratorio laboral. Entre estos/as profesionales prevalece el desconocimiento sobre el contexto político y económico del Ecuador que busca la política pública de la cual son beneficiarios.

Los/as investigadores/as procedentes de Venezuela son más explícitos a la hora de exponer sus intereses académicos y sus proyecciones de vida a mediano y largo plazo en el país. Si bien, la llegada de académicos/as desde Venezuela se ha visto facilitada por los vínculos construidos entre los dos gobiernos en la última década, en las entrevistas existía una reticencia a explayarse sobre las causas político-económicas en Venezuela que los/as condujeron a la migración a Ecuador, por temor a tener inconvenientes en la renovación de sus becas o en una futura inserción laboral en el país andino. Por ello, una variable en la cual debería profundizarse son las relaciones políticas entre los dos países sobre el tema migratorio.

Cabe destacar que la inserción en el ámbito científico-tecnológico de los/as académicos/as ecuatorianos/as retornados a partir de este Programa es incierta. En primer lugar, porque no contempla entre sus objetivos la repatriación sistemática de la población ecuatoriana altamente cualificada. En segundo lugar, porque frente a la actual crisis económica – debido al bajo precio del petróleo – y al recorte de recursos en todos los programas vinculados a la política de investigación, desarrollo e innovación (I+D+I), se espera una reorientación de la política pública en general y cabría preguntarse si los profesionales ecuatorianos con proyectos de retorno estarán considerados como prioritarios dentro de estas reorientaciones.

Para concluir, en cuanto a las expectativas de futuro, un 21% de los/as encuestados/as pretende radicarse en Ecuador en un mediano y largo plazo, este perfil responde a investigadores/as entre 35 y 50 años que tienen una inserción muy precaria en sus lugares de origen, preferentemente en España y Venezuela. Un 25% pretende mantener los vínculos entre Ecuador y la Europa Mediterránea como estrategias migratorias transnacionales, que se ven favorecidas por las ventajas que otorga el Gobierno de Ecuador en la regularización del estatus jurídico. Este hecho les permite organizar migraciones circulares dependiendo de las opciones laborales en los contextos de origen y de destino como una estrategia para enfrentar la crisis de la Universidad española e italiana actualmente.

Estos nuevos desplazamientos ponen en tela de juicio los discursos y prácticas de algunos gobiernos de la región sobre la llegada de “mano de obra cualificada” y la “circulación de talentos” que invisibilizan desigualdades entre estos/as trabajadores/as cualificados/as y sus pares en origen y entre otras categorías de migrantes. Asimismo, estas migraciones dan cuenta de estrategias migratorias individuales y familiares similares a aquellas seguidas por inmigrantes con una inserción laboral en sectores no cualificados y que no son reconocidas por las políticas que gestionan la “circulación de talentos”, ni por los propios “migrantes cualificados”. Por último, cabría reflexionar sobre las condiciones reales que presenta Ecuador en su mercado laboral para acoger estos proyectos migratorios con estrategias de asentamiento a mediano plazo y/o definitivas.

Nuestros hallazgos nos permiten afirmar que para profundizar en el análisis de la reconfiguración de los desplazamientos actuales en el sistema migratorio entre América Latina y Europa, es imprescindible utilizar la perspectiva de la interseccionalidad como herramientas teórico-metodológica potente que permite visibilizar la heterogeneidad y las desigualdades que se dan al interior de lo que se denominado “la migración cualificada”.

Notas

- 1 Esta investigación se realizó durante la estancia en 2014 como Investigadora Prometeo de Claudia Pedone y de la estancia de investigación pre-doctoral de Yolanda Alfaro en la Escuela de Relaciones Internacionales “José Peralta” del Instituto de Altos Estudios Nacionales (IAEN), con la financiación del *Programa Prometeo*, SENESCYT, Gob. del Ecuador.
- 2 Sara Kalm (2008) en el capítulo quinto de su libro *Governing Global Migration* trata de repensar la política de migración a través de la conceptualización de la gubernamentalidad. Más específicamente, se ha propuesto utilizar el concepto de circulación para analizar la actual situación global de la migración y la política global de migración, con el fin de rastrear la racionalidad política de la gestión global de la migración.
- 3 Entendemos que la clase no se define por tanto por la suma de propiedades – sexo, edad, origen social o étnico, ingresos, nivel de instrucción – sino “por la estructura de las relaciones entre todas las propiedades pertinentes, que confiere su valor a cada una de ellas y a los efectos que ejerce sobre las prácticas” (Bourdieu, 1988: 112).
- 4 Para consultar en detalle las características y requisitos para acceder al *Programa Prometeo* ver: <http://prometeo.educacionsuperior.gob.ec/>.
- 5 Un estudio pionero en esta temática es la investigación de Yvonne Riaño (2012) donde plantea la falta de interés por la migración familiar y su impacto económico también ha eclipsado el estudio de las mujeres altamente cualificadas los proyectos migratorios familiares.
- 6 Para un detalle sobre las políticas de repatriación y/o atracción de extranjeros/as repatriados/as en Ecuador,

Argentina, Brasil, Colombia y Chile, consultar Pedone (2014).

- ⁷ Es oportuno resaltar que la base de datos del *Programa Prometeo* otorga información sobre la nacionalidad, dónde se obtuvo el título y desde qué país se aplicó a la beca, por cual fue información privilegiada para elegir los sujetos de estudio para la muestra cualitativa.

Referencias bibliográficas

- ANTHIAS, F. (2006), "Género, etnicidad, clase y migración: interseccionalidad y pertenencia translocalizacional", in P. Rodríguez (ed.), *Feminismos periféricos*, Granada, Editorial Alhulia, pp. 49-68.
- BOURDIEU, P. (1988), *La Distinción*, Madrid, Taurus Alfaguara.
- CHAPARRO F. e E. Arias (1970), *La emigración de profesionales y técnicos colombianos y latinoamericanos 1960-1970*, Colombia, Fondo colombiano de investigaciones científicas y proyectos especiales Francisco José de Caldas.
- CRESSWELL, T. (2010), "Towards a Politics of Mobility", *Environment and Planning D: Society and Space*, 28, pp. 17-31.
- DELGADO-WISE, R. (2014), "Migración Mexicana Altamente Calificada: Problemática y Desafíos", *Debate. Observatorio Del Desarrollo*, 2 (8), pp. 5-8.
- ELLIOTT, A. e J. Urry (2010), *Mobile Lives*, New York, Routledge and Taylor & Francis Group.
- EZQUERRA, S. (2008), "Hacia un análisis interseccional de la regulación de las migraciones: la convergencia de género, raza y clase social", in E. Santamaría (ed.), *Retos epistemológicos de las migraciones transnacionales*, Barcelona, Anthropos.
- FELDMAN-BIANCO, B., L. Sánchez et. al. (2011), "Introducción", in *La Construcción del sujeto migrante en América Latina: Prácticas, representaciones y categorías*, Quito, FLACSO/CLACSO/U, Alberto Hurtado, pp. 15-30.
- KALM, S. (2008), "Governmentality", in *Governing Global Migration*, Lund Political Studies 153, Lund University, Department of Political Science, pp. 62-90.
- KOOLHAAS M., V. Prieto e A. Pellegrino (2013), "Distribución territorial y características demográficas de la migración calificada", in Pellegrino, A.; J. Bengochea; M. Koolhaas (coord.), *La migración calificada desde América Latina*, Montevideo, Trilce, pp. 27-63.
- MEZZADRA, S., N. de Genova e J. Pickles (eds.) (2015), "New Keywords: Migration and Borders", *Cultural Studies*, 29 (1), pp. 55-87.
- MOHANTY, C. (2003), *Feminism without Borders*, Durham, Duke University Press.
- OTEIZA, E. (1996), "Brain Drain: An historical and conceptual framework", *International Scientific Migrations, Revista Redes*, Universidad de Quilmes, 3 (7), pp. 101-20.
- PEDONE, C. (2014), *Migración calificada y políticas públicas en América del Sur. El Programa Prometeo como estudio de caso*, Quito, IAEN-SENESCYT. (Inédito)
- PELLEGRINO, A. (2003), "Éxodo, movilidad y circulación: nuevas modalidades de la migración calificada", *Estudios Sobre Migraciones Internacionales*, Ginebra, Programa de migraciones internacionales, Oficina Internacional del Trabajo.
- PNDV 2013-2017 [Plan Nacional de Desarrollo del Buen Vivir 2013-2017], Quito, SENPLADES. Recuperado de: <http://www.buenvivir.gob.ec/RODRIGUEZ, A.> (1986) "Los científicos sociales latinoamericanos como nuevo grupo de intelectuales", *El Trimestre Económico*, Fondo de Cultura Económica, 198, Abril-Junio., pp. 939-962, Disponible: <http://aleph.academica.mx/jspui/handle/56789/6145>.
- PROGRAMA PROMETEO (2014), Base de datos del Programa, Quito, SENESCYT. (documento inédito).
- RIAÑO, Y. (2012), "The Invisibility of Family in Studies of Skilled Migration and Brain Drain", *Diversities*, 14, (1). Disponible en: www.unesco.org/shs/diversities/vol14/issue1/art3
- SECRETARIA NACIONAL DE PLANIFICACIÓN Y DESARROLLO (2013), *Plan Nacional del Buen Vivir*, Quito, Gobierno del Ecuador.
- SENPLADES (2012) [Secretaría Nacional de Planificación y Desarrollo], *Transformación de la Matriz Productiva*. Quito, Ecuador: SENPLADES, 2012.
- SHELLER, M. (2011), "Mobility", *Sociopedia*, Isa, pp. 1-12. Disponible en: <http://www.sagepub.net/isa/resources/pdf/Mobility.pdf>. DOI: 10.1177/205684601163
- SOLIMANO, A. (2013), *Migraciones, Capital y Circulación de Talentos en la Era Global*, México, Fondo de Cultura Económica.
- VEGA, C.; C. Gómez e A. Correa (2014), "Circularidad migratoria entre Ecuador y España. Transformación educativa y estrategias de movilidad". Ponencia en el *Seminario Internacional "Migración, Marcos Normativos y Políticas Públicas"*, nov, Quito, Escuela de Relaciones Internacionales, IAEN.

Recebido a 01/10/2015. Aceite para publicação a 04/12/2015.

Claudia Pedone (claudiapedone@yahoo.es). Universidad de Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género – CONICET. Puan 480, 1408 Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Yolanda Alfaro (corredijolatortuga@gmail.com). Universidad Autónoma de Zacatecas, Unidad Académica de Estudios del Desarrollo. Av. Preparatoria S/N, Col. Hidráulica, Apartado postal 3-138, 98065 Zacatecas, Zac., México.

LOVE AND RYANAIR: ACADEMIC RESEARCHERS' MOBILITY¹

Alberta Giorgi

■ Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais (CES-UC)

Luca Raffini

■ Università degli studi di Genova, Dipartimento di Scienze Politiche

Resumo

Para os/as investigadores/as académicos/as, a Europa é parte do trabalho: a sua mobilidade intraeuropeia aumentou nas últimas décadas e a internacionalização é a palavra-chave para suas carreiras. Por outro lado, a mobilidade intraeuropeia também traz dificuldades: casais que vivem separados, redução de empregos permanentes, frequentes deslocalizações, problemas no acesso aos sistemas de segurança social locais e o pesadelo de organizar um regime de pensões. Ou seja, a Ryanair vem com o trabalho, também. Neste artigo, vamos discutir em primeiro lugar a mobilidade intraeuropeia e académica em um contexto de crescente incerteza no trabalho. Em seguida, utilizamos um banco de dados originais de entrevistas em profundidade dirigidas aos investigadores que experimentaram mobilidade intraeuropeia, para explorar as suas narrativas e autorrepresentações. Finalmente, discutimos as implicações para o discurso de "fuga de cérebros" / "circulação de cérebros" e a literatura sobre mobilidade.

Palavras-chave: mobilidade; cidadania europeia; investigadores; fuga de cérebros

Abstract

For academic researchers, Europe comes with the job: their intra-European mobility increased in the last decades, and internationalization is the keyword for their careers. On the other side, intra-European mobility also bears difficulties: couples living apart, decrease of permanent positions and frequent relocations, problems in accessing local welfare systems and the nightmare of organizing a pension scheme. That is, Ryanair comes with the job, too. In this paper, we firstly discuss intra-European and academic mobility in a context of growing job uncertainty. Then, drawing on an original database of in depth interviews addressing female researchers who experienced intra-European mobility, we explore their life narratives and self-representations, their love relationships, and their concrete life arrangements. Finally we discuss the implications for the "brain drain/circulation" discourse and the literature on mobility.

Keywords: mobility; European citizenship; researchers; brain drain

Introduction

In this article, we address academic researchers' mobility from a qualitative perspective. Drawing on an original database of in-depth interviews with female researchers who experienced intra-European mobility (and, holding non-permanent positions, likely to experience it again), we explore their life narratives and self-representations, their love relationships, and their life arrangements, in a context characterized by the increase of intra-European academic mobility, and, in the last years,

job uncertainty. We argue that, besides positively affecting the researchers' professional and social opportunities, and promoting Europeanization from below, mobility in times of uncertainty also carries huge consequences in terms of life-projects – consequences that are often overlooked, both in the literature and in European policies. The first part focuses on the growth of intra-European mobility and summarizes the theoretical debate on this topic, while the second part addresses more specifically the mobility of academic researchers, in the light of the transformations of the academic market. The third

and fourth sections are devoted to the interviewees' life arrangements and narratives, paying specific attention to their love relationships. Finally, the last section discusses the theoretical implications of the research outcomes.

The literature addressing intra-European mobility, brain circulation, and Europeanization from below mainly pays attention to the pull factors of academic mobility, and outlines the cultural dimensions of transnationalism and cosmopolitanism, while it largely neglects the social aspects of mobility, and its consequences on individual life projects – apart from some pioneering studies (Ackers, 2008; 2010; Carrozza and Minucci, 2014). On the other side, the literature on economic migration, which deals with the social aspects and the consequences of mobility for families and life-projects, mainly focuses on low-skilled migration or TCNs, outlining the push factors triggering mobility (see Van Mol et al., 2015). Only recently, studies addressing “precarity” underlined the complex situation of academic researchers (Murgia and Poggio, 2014). We aim at combining these streams of literature, underlining the complex interplay of push and pull factors in the researchers' experiences of intra-European mobility. The outcomes call for a critical revision of some theoretical assumptions, including the “brain drain/circulation” narrative (Cervantes and Guellec, 2002), the push-pull model (Zimmermann, 1996) and the mechanisms of “Europeanization from below” (Eigmüller, 2013).

The mobility of academic researcher in the context of the mobility turn

Physical and virtual mobility are constitutive features of global society. According to Urry (2008), global society is defined by a “mobility turn”: the quantitative growth and the qualitative change in the movement of information, commodities and individuals, which affect “the creation of identities and the micro-geographies of everyday life” (Cresswell, 2011: 551). The social experience increasingly loosens its ties with the physical space: the trespassing of borders triggers the re-orientation of identities and belongings – life beyond borders (Recchi, 2015) – and promotes the creation of transnational social networks that “creates multiple ties and interactions linking people or institutions across the borders of nation states” (Vertovec, 1999). Transnationalism from below (Smiths and Guarnizo, 2001) describes the transnationalisation of every-day lives, different from, even if entrenched with, transnationalism from above, carried out by multinational firms, global finance, international and supranational institutions. Nonetheless, scholars underline that the chances of moving are not equally distributed – therefore the freedom to move can be defined as a “fourth liberty”

(Favell, 2014), discriminating between those who actually enjoy the “beyond borders” social experience and the stayers. According to this interpretation, in a context shaped by the dramatic increase of inequalities (Therborn, 2006), the winners of globalization increase their opportunities, as they have the chance to live beyond physical borders and are involved in transnational experiences, while the losers' social experience is confined in a local dimension, that globalization gets even poorer (Bauman, 1998).

European institutions actively promote intra-EU mobility as an instrument of “horizontal Europeanisation” (Mau, 2010). Nonetheless, in spite of the formal equality in terms of rights and entitlements, the mobility cleavage also affects the European citizens (Flingstein, 2008). Several researches (cfr. Recchi and Favell, 2009) show that in fact physical mobility is still a selective practice, experienced by a small part of upper class and highly qualified EU citizens, that Favell (2008; 2011) defines as ‘Eurostar generation’. Unsurprisingly, the transnationalisation of every-day life is positively correlated to the support toward European integration and post national identification (Recchi, 2015), increasing the distance among “transnational europhiles” and “local eurosceptics” (Kuhn, 2015). In turn, Europeanization of every-day lives is expected to promote cultural change, turning European citizenship from an abstract entitlement to a social practice. The denationalization of the social experience and the institutional framework promoting mobility carry a wide range of benefits for the European elite, while the lower classes' mobility is mostly limited within national borders. Thus, for a large part of citizens, the European integration risks to be perceived as a top-down process, threatening their economic security, job conditions, and political sovereignty. The economic crisis exacerbates these feelings, nurturing nationalism and anti-European attitudes and triggering a defensive approach to mobility, as mobility takes the forms of immigration or the form of emigration, rather than promoting a transnational life style. In this perspective, mobility is a complex and multidimensional phenomenon, generating both new opportunities and new inequalities. The multiple definitions of mobility (see Ackers, 2010) may be combined to thicken the analysis of the complex interactions between pull and push factors by focusing on the individual experiences of mobile workers.

To shed light on the ambivalent characters of mobility, the case of mobile researchers is of particular interest, for at least two reasons. First, because of their high levels of education and social networks they are likely to take advantage from the mobility turn. Moreover, for academic researchers, the “mobility ideology” (Flamm and Kaufmann, 2006) is a career imperative or, at least, an implicit expectation of mobility (Ackers, 2010). Second,

because of both the economic crisis and the neo-liberal turn in the University market, academic jobs undertook a path of precarization, that resulted in processes of "brain drain" and increased mobility for economic reasons. Thus, academic researchers lie at the crossroad between pull and push factors.

A precarious worker "can be broadly defined as a worker with a short-term contract, either full-time or part-time, and who experiences constant uncertainty with regard to work" (Mattoni, 2012; for a discussion, see Giorgi and Caruso, 2015). In the last decades, job precariousness has dramatically increased, beyond class and educational differences (Armano and Murgia, 2014). Due to the fact that welfare benefits and social entitlements are still mainly related to permanent jobs, the effects of precariousness affect all the life spheres, thus some scholars propose the definition of social or existential precariousness (Murgia, 2010). Highly skilled workers are expected to be better equipped with the resources to manage precariousness and to protect themselves from the precariousness trap (Murgia and Poggio, 2012), that is, in turning unstable employment as a transitional period in which they acquire professional and relational experiences. In this frame, geographical mobility is often addressed as an individual resource, a "mobility exit power" (Alberti, 2014), which results in the 'brain drain', for which countries lose their "highly qualified human capital" (Milio et al., 2011: 3). Nonetheless, the brain drain narrative underestimates the costs of academic mobility and precariousness. The discussion of academic precariousness goes beyond the scope of this contribution. Nonetheless, it is important to underline that this particular category of Europeans do not fit in the category of economic immigrants (Gastarbeiters), but, at the same time, nor it fits in the Eurostars one (Favell, 2011), as researchers' economic and professional conditions are usually weak, if compared to their cultural and social status. For this reason, mobile academic researchers are a good test to analyze the ambiguous coexistence of push and pull factors, opportunities and constraints, characterizing intra-European mobility.

The Erasmus generation on the move

According to Eucross (Recchi, 2014), almost 13% of Europeans experienced a long-term residence (more than three months) in another EU country. The Erasmus program highly contributed to the mobility of young people during their higher education formation. In 2013 the number of Europeans who spent a period in another EU country thanks to the Erasmus project was more than 3 million.

The so called "Erasmus generation" (Bettin and Bontempi, 2008) describes cosmopolitan individuals who developed a strong feeling of attachment to

Europe, who learned to study and to live in a multinational context, who speak fluently two or more languages, who are highly more prone to work and settle abroad than the average European population. Mobility opens the door to further mobility, both for cultural (transnational habitus) and for structural (linguistic and professional skills) factors. Academic researchers are expected to be particularly affected by the Europeanization process. They have high levels of education, which surveys positively correlate with a higher propensity to work and settle in another in EU country and the feeling of "being a European citizen". A high share of them studied abroad thanks to the Erasmus program, which means that they established links and connections with another university and learned to deal with different approaches and organizations to the production and transmission of knowledge. As a result, post-Erasmus students who aspire to work as researchers, did not only acquired the professional skills and the cultural transnational humus positively correlated to the propensity to experience European mobility, as they learn to live and to work in multicultural contexts. Among previous Erasmus students, the incidence of mixed couple and the propensity to settle and to work abroad is significantly higher. It has been estimated that 33% of Erasmus students have a life partner with a different nationality, compared to 13% of non-mobile alumni and that around 40% of Erasmus students went to live/work abroad (European Commission, 2014). Researchers, and more generally high skilled youth also find concrete incentives to experience intra-EU mobility. The importance and the prestige of the internationalization of education and the experiences abroad slowly penetrated even in the most protectionist systems. Erasmus students and international researchers are likely to experience fewer difficulties in relocating, with respect to other job categories, because of the powerful infrastructure of European research. Summing up, academic research represents good candidates for intra-EU mobility, as cultural factors and structural factors converge in creating "pull" factors promoting mobility. Looking to available data on academic mobility, and in particular on the mobility of young researchers, we actually find evidence that intra-EU mobility is growing and that higher education and academic research sector are highly Europeanized. The EU funded project More (Mobility Patterns and Career Paths of EU Researchers) shows that around 15% of researchers working in the EU are currently mobile, but the percentage doubles to 31% if we look to all the researchers who experienced at least three months abroad in the last ten years during their Post PhD career (More2, 2013). Higher education and academic research, then, seem to represent a field particularly interested by horizontal Europeanization dynamics, as intra-EU mobility is

more than double than in the general population². Particularly, academic mobility fluxes move from Southern and Eastern to Northern and Central European countries (Ackers and Gill, 2008). As in the international student mobility, also the fluxes of the international mobility of academic researchers contribute to configure a network, made by central hubs and peripheral knots, which primarily act as country of origin (Chen and Barnett 2000).

Shifting the focus to the intra-European mobility experienced by young precarious researchers, empirical evidence about intensity and direction of mobility fluxes suggests combining the literature on Erasmus generation and its effects (that is, on pull dimension) with the literature on precariousness and its effects in terms of so called "brain drain" (i.e., on the push dimension of mobility).

In short, pull factors encourage researchers (and students) to move to work and study in other countries, characterized by active recruitment policies, where universities are prestigious and well-positioned in international rankings, and which offers better opportunities to make research. Broadly speaking, also the linguistic skills, the cultural predisposition for mobility, the involvement in transnational networks act as pull factors. On the contrary, young graduate students and researchers are pushed to move when the conditions in their country of origin is unfavourable, due to the low prestige and the low ranking of the higher education and research national sector and to the lack of opportunities in projecting an academic career. Generally speaking, the perception that the stay in the country of origin would dramatically reduce the opportunities of cultural, professional and personal self-realization, acts as a push factor.

The shift of focus from the pull to the push dimension in the analysis of the intra-European mobility has been stimulated by the effects of the economic crisis, was harsher in southern than in central and northern countries. Previous research actually revealed that the goals and the expectations of mobile researchers are different for southern, eastern and northern mobile researchers. The former, in particular, express a particularly low expectation in terms of advancement opportunities, mobility perspective, and benefits regarding their professional positions (More2, 2013; Ackers, 2010). As a result of the negative perception about their professional (and, by the way, for their personal and familiar) future in their country, high skilled youth from countries such as Italy, Spain, Portugal, and Greece, experience mobility in order to seek for opportunities they do not find in their countries.

Mobility is an adjunctive, extraordinary tools, in the life projects, but it can also represent the only possibility to nurture the hope of building a professional trajectory in line with skills and expectation,

in a context marked by precarity and by the risk of downward social mobility.

Summing up, behind the increase of academic researchers' mobility we find the effects of a complex combination of cultural and structural variables, acting as push and pull factors. Academic mobile researchers are both members of the "Erasmus generation" and members of the "Precarious generation" (Raffini, 2014). They move, pulled by their transnational habitus, the loosening of EU internal borders, and in the framework of various initiatives of the European Commission, aimed at promoting the Europeanization of higher education and academic research. They, indeed, experience mobility also pushed by professional and economic reasons.

Once identified the structural factors acting as push and pull factors, we must not fail to mention also the orientations and the subjective expectations of youth, and more generally their individual characteristics are crucial in configuring mobility choices, besides the social, political and economic structures involved in international higher education and research (Cantwell et al., 2009; Hu, 2014).

The research on academic mobility is mainly focused on the macro-dimension. Reversing this tendency, we argue that the integration of macro and the micro dimension is necessary in order to nuance the analysis, as "both push and pull factors are external forces which impact on actors' behaviors and choices, but much depends on the personal characteristics of the actors. These characteristics include socio-economic status, academic ability, gender, age, motivation, and aspiration" (Mai and Bray, 2007: 793).

In a context shaped by individualization and radicalization of uncertainty, where young generations are called to give individual responses to structural problems (Beck, 1992), the individual agency is of extraordinary importance for the management of time and space (Leccardi, 2014). Young people, in fact, are called to make reflexively their choices of mobility as part of an individual construction of a life project.

Mobility, Europe and future

Due to both pull and push factors, researchers are extremely mobile. These structural factors interact with the agency of individual and institutions, in shaping mobility patterns. As already mentioned, mobility deeply influences personal and professional life, and individual attitudes: a growing body of literature shows that mobility fosters, for example, a positive attitude toward Europe (and – to a lesser extent – toward European Union, Cfr. Recchi, 2013, 2014, 2015; Kuhn, 2015), and holds a positive correlation with the formation of bi-national love relationships – which, in turn, foster transnational

solidarity (Van Mol et al., 2015). Therefore our first analytical interest regards the researchers' experiences of mobility within Europe and their attitudes towards Europe and/or European Union.

Our interviewees' countries of origin are in Southern and Eastern Europe and the experience of mobility, even when described as a "choice", is mainly related to push factors: better job conditions and salary, or the very possibility of working as a researcher. As clearly explained by these two excerpts, for example:

"There are two reasons for moving. First, it's academic mobility, that has become rather the norm: the more places you've been to and the more universities you have diplomas from, the better for your cv and for your competitiveness in the field. [...] Of course it's great for networking [...] Third....so I said they were two reasons, but in fact they are three – third, there is the...the lack of jobs, you know, in our field. There are so few jobs and they are all so precarious that one needs to follow the money [...] and it requires to moving from one country to the other, from one continent to the other, in search for better and more stable positions." [M.]

"I understood that, in order to work as a researcher, I needed to leave Italy [...] and it was a choice of the couple [...] As a matter of fact, we both did the PhD, we invested a lot in our education, and, frankly, to remain in [*Italian City*], doing two jobs, being over-qualified...well!" [V.]

Coherently with the results of the literature, our interviewees mention the importance of family, among the reasons for mobility (Ackers and Gill, 2008). When considering the differences among the European countries, our interviewees speak very competently about their bureaucracy and political climate, which of course influence their desires or chances for moving. Nonetheless, the experience of mobility is described as related to cities, rather than States.

"There's this place, in Cornwall – I was shortlisted, then I decided to withdraw my candidature because, you know, it was difficult to go there. [...] It would have been the perfect job, had it been in a capital. So we said no. Now, I am waiting for the results of some applications: [...] one is in Kazakhstan [...] in a city easier to reach than the one in Cornwall." [P.]

The importance of the city's infrastructures and facilities has to be framed within the perspective of

a situation in which mobility is a constant feature of life, rather than an exceptional case. First, academic precarity increased in the last years – and the number of years between the PhD and a permanent position increased as well, like it did, in relation to that, the intra-European and/or within country mobility. In this situation, researchers are required to be able to relocate within short notice and after brief periods of time. Therefore, it is not rare the situation in which the researchers prefer to commute, relocating only when a permanent position is on the table. Moreover, if they are in a love relationship and/or have a family, it is unlikely that the partner (or the family) relocate with the perspective of moving again in one or two years. This means that our researchers, more than relocating from one city to another, are characterized by a bi-polar or multi-polar mobility profile, that, in turn, promote the making of a "multipolar spatial bond", where the same notion of place change, redefining as a relational structure which is composed of various social relationships of differing scopes (Bittner et al., 2007). The insertion in transnational social fields, in which cultural, economic and social activities are no longer framed in a limited and geographically delimited local space, acts de-coupling social and physical space. Second, even when researchers relocate – meaning that they move from one place to another – it may happen that their partners and/or family cannot easily relocate. And, this is especially true with respect to their relatives. In other words, our researchers move frequently from one city to another – and this mobility is neither migration nor relocation: it is a structural condition of researchers' lives. Mobility fosters mobility and more than "cross-borders", our researchers live "on" the borders. In this perspective, when we speak about Academics' intra-European mobility, we should specify which kind of mobility we are referring to.

Indeed, the interviewees complain about the bureaucratic difficulties of inhabiting a European space: even though mobility is supported by specific policies, the basic entitlements (like the retirement schemes) and the job conditions are still State-related while working at the same time in more than one European countries is a "bureaucratic nightmare" (A_2). Moreover, there is a lack of European services – like, for example, the possibility of having an international bank account (because public universities require country-specific bank accounts) or European web/phone plans. In other words, the public policies supporting mobility support in fact relocation, while mobility as such is more related to the private services – like the low cost flights of Ryanair and EasyJet, low cost Eurobus, or the private rent-service for short time stay AirBnB. For this reasons, one of the basic requirements of cities in which our researchers can work and/or live is the

presence of a (more or less loose) network – a crucial infrastructure. Our researchers are cosmopolitan with nonchalance, and *de facto* European citizens – even when Europe itself makes their citizenship difficult. More than that, the interviews make it clear the ambiguities of European citizenship. First, the status of European citizen bears the possibility of accessing rights in one European country – meaning that borders are in fact still in place. Second, even though cosmopolitan and well informed about the cultural and political life of the European poles of their mobility, the researchers underlined the difficulties related to a full political participation (e.g.: “I mean, you can enter a charity – but, a political party?!” (V.) The difficulties are framed in terms of passion, and interest, more than the concrete possibility of access.

Moreover, the condition of “mobile researchers” is mainly perceived as a temporary/transitional situation: therefore, the emotional investment, and the participation in the public and political life of the country-of-job are “postponed” to a time in the future when, hopefully, the country-of-job and the country-of-life can be the same. Indeed, when asked about what is “home” for you the researchers pointed out the difficulties in defining what is “home” in a situation of constant mobility:

“Well, I think that my home is where I am at the moment, it’s very difficult to establish a sense of normality giving all these moves...I think I’ve moved five times in five different cities and countries in the last 7 or 8 years - so it’s very difficult to keep a sense of home, of normality” (M.)

At the same time, they underlined the relational dimension (“we are home to each other” R.), while drawing an imaginary love-map connecting various cities within Europe (and around the world). When asked about the future, the interviewees expressed many doubts, and no one was able to explain where and in which situation she would have been within three/five years (e.g. “This is a question that upsets me [...] I mean, I don’t know.” (E.). Moreover, and unexpectedly, it also emerged a wide incapacity in detailing a desire with respect to the future. As this excerpt clearly shows, the generic desire of a stable future (couple living in the same place, open-end job) is combined with a deep difficulty in imagining a detailing a specific strategy to achieve this goal.

“I want to imagine that there is a future, a possibility in the future where we both work in the same place. Maybe with little sacrifices, I renounce to something, he does the same, but trying to stay together anyway. That is, as far as possible. [...] I would like to have a child,

somewhere in the future [...] I’m not sure of how this will happen. On this, I’ve really no idea. After these two years, where I see us moving around [...] When I speak about that with people outside our job field I say ‘maybe we’ll live here, maybe in France, but Mexico, also, can be an option’...and I realize that I speak of ‘us.’” (R.)

This excerpt underlines the importance of the relational dimension when dealing with mobility strategies. Both the first choice of mobility, and the strategies for the future are related to considerations in which the current partner or the perspective of a family plays a crucial role. This leads us to the second important analytical interest, besides the conceptualization of mobility, which is related to the effects of mobility on the life trajectories and family plans.

Brain and bodies

Mobile researchers often live long-distance relationships: the studies dealing with non-cohabiting relationships (Levin and Trost, 1999) rarely (if ever) considers the nuances of togetherness and apartness – as clearly argued, for example, by Stoilova et al. (2014), who, moreover, suggest to use the more neutral concept of “Living Apart Relationships” (LAR). Exploring how researchers conceptualize LAR sheds light to an often-overlooked aspect in the “brain drain/circulation” narratives, which is the fact that researchers have bodies as well.

LAR is mainly described as a transitional or temporary situation, even though it’s considered an event likely to happen various times in life. It is mainly described as problematic when talking about the future and the possibility of having a family, even though it is considered as a normal experience in this line of work, which marks a difference with respect to non-mobile peers. LAR is also characterized as a positive situation, for many different reasons. First of all, it triggers a complete refocusing of what is being a couple beyond the everyday life (e.g. “It is a sense of complicity” P.). Therefore, the relationship becomes an object of constant attention, something to take care of, and to protect and support. It is a job, not taken for granted. Second, LAR is also positively correlated, in the interviews, with gender balance, constant negotiations, and constant growing. Indeed, the literature underlines the disadvantaged position of women in transnational academic mobility (for a literature review, see Jöns, 2011). Family responsibilities, possible gender discrimination in academia and the complexities of dual-career partnerships constitute well-known constraints for female workforce³. For this reason, we specifically focused on female academic researchers, with the aim of exploring their narratives. The decision of moving

in fact highly impacts women's lives, especially in relation to family projects.

"There are a lot of obstacles that the academic lifestyle places in front of building a family. The other consideration is of course tenure, which is yet another obstacle and another hurdle that we have to pass...we still have to prove ourselves and, again, you know? I think that any woman who is in academia and is not honest about the fear of having a family before tenure is dishonest" (M.)

Nonetheless, transnational mobility of female researchers may also result in positive outcomes in relation to gender balances in the couple. One of the interviewees, for example, explained her role of first-mover (from Southern to Northern Europe), and breadwinner, while her husband takes care of their child:

"We said let's go! [...] Now many things have changed. The relative value of my job within the family has changed [...] the division of roles between me and [*name of the husband*] is more settled. [...] Everybody, when we introduced ourselves – I work, he doesn't – asked him 'So you are looking for a job?' and he said 'No!' Because, well, taking care of a child, a house...it's a full-time job. If there's a family, there's someone who takes care of it. To date, it's been a women's job: mommies, sisters, grannies...I realize it may be surprising that there's a man in the job. [...] Sometimes it has been difficult. Not for him, he was amused, but he had to stand and say 'I'm fine at home'. Yes, we moved together, but he fully accepted all the challenges, otherwise I could have not done all this." (M₂)

In this perspective, then, transnational mobility can also offer the chance of re-negotiating the roles within the couple and the family.

Third, LAR allows to re-discover non-sexual forms of intimacy and complicity, namely with friends in the country-of-job, which become another family, with whom share life and apartments. LAR is characterized by specific temporal and spatial dimensions with respect to cohabitation relationships. First of all, being together is an interruption of the daily routine, an exceptional event ("it's like a holiday" P.).

"Of course, because what happens in long distance relationships is that things that are part of the normal life of a couple, like the breakfast or having a dinner are no longer possible, and they become extremely exciting when you finally are in the same place, I guess.

But yes, it requires, a lot of innovation and it requires a lot of energy by both to keep the relationship alive because of the separation and of course when you are together the expectations are extremely high and again it takes a lot of understanding and tact to keep things going and to keep the relationship alive." (M.)

The partner is new and familiar at the same time and intimacy is continuously renegotiated and redefined. The periods of separation are mediated by devices (like Skype, Facebook, mobile phones) that allow a constant communication and, at the same time, mediate the relationship, somehow de-coupling "brain" and "body". Therefore, an ambivalent relationship with these devices emerges. Moreover, devices that allow a certain degree of ubiquity may at the same time trigger competition phenomena, by de-territorializing the bodies of the partners, as this excerpt exemplifies:

"If I have to be at my computer to speak with you every night, it means that I cannot have friends here – it requires my complete attention. Had he lived here, it would have been different. We could go out with friends – together. Right now, it's mutually exclusive" (A.)

LAR becomes even more problematic when the time of the couple is de-synchronized, meaning when there is a non-mobile partner. In this case, tensions emerge with relation to the integration of different rhythms – of life, work, friendship and relationship. In a couple living at distance, there is not the possibility of "taking it slowly": everything has to be scheduled in advance, so it becomes a high emotional investment right from the beginning – at least for the mobile one. The same goes for the "life imaginaries" and mutual expectations.

The many temporalities of LAR also interact with the spatial dimension. First of all, the private space is continuously changing between the "couple's space" and "the personal space". "Yes, well, he comes here, or I go there...you know, the food, the products...we don't choose them together, it's like...I don't know, sometimes it's difficult to say that our apartment is mine as well" (P.). The spatial dimension is, in turn, strictly related to the economic dimension, which is crucial for the possibilities of intimacy – whether or not it is possible to have a private apartment, or to move frequently – and therefore shapes the conditions of LAR. It not only intervenes in the forms of intimacy, it also plays a role in the rhythm of the relationship: "Well, it means that maybe I would prefer to stay at home, because I'm sick, but I can't because I already booked the flight...or I would like to see you because we need to talk, but it's too expensive..." (A.)

Our interviewees underlined that, besides the many difficulties, LAR is nevertheless a form of resistance to a work-centered life. Facing a precarious work situation, characterized by push factors and constant change, maintaining a relationship is also a way of affirming different priorities, and to express hope and desire. At the same time, and in the same perspective, maintaining a couple is an uncertain situation can also help to cope with uncertainty. Therefore, being a transnational couple is both an anchorage and a form of resistance, of hope and desire. With all the difficulties, LAR may be seen as a part of a broader possible positive attitude towards the difficulties of mobility and academic uncertainty. This positive attitude, nonetheless, as a choice and a discipline, is the best way to cope – and, at the same time, a consequence: “And it enrages me that it’s my material condition to determine what I have to feel, I mean, to be joyful is a surviving strategy, an obligation” (R.)

Final comments

In this paper, we presented the preliminary results of a research addressing the experiences of intra-European mobility of female researchers. The outcomes invite first of all to critically revise the push-pull model of mobility, integrating the analysis of the agency dimension and the exploration of orientations and expectations of actors. We also suggest to rethink the “brain drain” or “brain circulation” narrative: indeed, researchers have bodies as well. This means that the social aspects of intra-European mobility are as important as the economic and scientific aspects, and need specific policies. Second, and intertwined, the outcomes point out the importance of nuancing the analysis of the bottom-up processes of Europeanization, by taking into account the actual experiences of the mobile Europeans. Some of the interviewees underlined the sense of detachment from the collective and political life of the new country. Therefore, while the “private” affection maps are constantly growing, enriching and relocating, exemplifying the Europeanization from below, the public/political ones are described as dying. Third, when speaking about European mobility, we need to separate “mobility” by “relocation” – while Europe widely addresses the latter, the former is still neglected (see also Golyner, 2006). Fourth, our respondents are neither Eurostar generation nor economic migrants, as they combine high social and cultural capital with low professional and political capital. The can be conceived as “Eurostar” candidates, but in their everyday life experience they experience some typical problems characterizing the immigration experience.

The every-day life of precarious mobile researchers is characterized by a continuous strategy of positioning in time and space. If precarious “stayers”

never know how best to spend their time (Standing, 2011), mobile precarious also never knows how best to manage the space. The ambivalence and complexity of their situation lead us to speak about a Ryanair generation – they live on the borders, more than beyond borders, in their attempt to reconcile work (or works) and life in their country-of-job and countries-of-family-and-love. This article provides some first result and identifies some directions for further research. In particular, it suggests promoting a stronger dialogue among macro-analysis on migration and mobility and micro-analysis of personal narratives and life-projects characterizing mobile individuals. This analysis strategy allows to critically test both the rhetoric of horizontal, transnational mobility – that, stressing its positive effects, we risk to underestimate the personal costs of mobility – and the rhetoric on brain drain, that analyze individuals as resources, more than persons. A critical focus on life trajectories and individual narratives allows exploring how mobility comes with opportunities and constrains. Mobility affects every aspects of the personal life and increases complexity, acting as a multiplier of precariousness.

Notes

- ¹ The paper is the outcome of a common work. The responsibility can be divided as follows: Alberta Giorgi sections 3-4; Luca Raffini sections 1-2. Introduction and conclusion are co-authored. Acknowledgments: FCT grant SFRH/BPD/77552/2011.
- ² Almost one out of two researchers experienced mobility (31% in the last 10 years and another 17% more than ten years ago). Even excluding mobility towards USA (11%) and other non EU countries, the data is more than double than the 13% of EU population.
- ³ See the European Projects: GARCIA – Gendering the Academy and Research: combating Career Instability and Asymmetries (<http://garciaproject.eu/>); STAGES – Structural Transformation to Achieve Gender Equality in Science (<http://www.stages.unimi.it/>).

References

- ACKERS, L. (2008), “Internationalization, Mobility and Metrics: A New Form of Indirect Discrimination?”, *Minerva*, 46 (4), pp. 411-435.
- ACKERS, L.; GILL, B. (2008), *Moving People and Knowledge: Understanding the Processes of Scientific Mobility within an Enlarging Europe*, Cheltenham, Edward Elgar.
- ACKERS, L. (2010), “Internationalization and Equality. The Contribution of Short Stay Mobility to Progression in Science Careers”, *Recherches sociologiques et anthropologiques*, 41 (1), pp. 83-103.
- ALBERTI, G. (2014), “Mobility strategies, ‘mobility differentials’ and ‘transnational exit’: the experiences of precarious migrants in London’s hospitality jobs”, *Work, employment and society*, 28, pp. 865-881.

- ARMANO, E. and MURGIA, A. (2014), *Generazione precaria, Nuovi lavori e processi di soggettivazione*, Bologna, Emil de Odoia.
- BAUMAN, Z. (1998), *Globalization: The Human Consequences*, Cambridge-Oxford, Polity Press-Blackwell Publishers.
- BECK, U. (1992), *Risk Society: Towards a New Modernity*, London, Sage.
- BETTIN LATTES, G. and BONTEMPI, M. (2008), *Generazione Erasmus? L'identità europea travissuto e istituzione*, Firenze, Firenze University Press.
- BITTNER, R.; HACKENBROICH, W. and VÖCKLER, K. (2007), *Transnational spaces. Transnationale Räume*, Jovis, Berlin.
- CANTWELL, B. LUCA, S. G. and LEE J. (2009), "Exploring the orientations of international students in Mexico: differences by region of origin. *Higher Education*, 57, pp. 335-354.
- CARROZZA, C. and MINUCCI, S. (2014), "Keep on Movin'? Research Mobility's Meanings for Italian Early-Stage Researchers", *Higher Education Policy*, 27 (4), pp. 489-508.
- CERVANTES, M. and GUELLEC, D. (2002), "Organisation for Economic Cooperation and Development" *The OECD Observer*, 230, pp. 40-42.
- CHEN, T. and BARNETT, G.A. (2000), "Research on international student flows from a macro perspective: A network analysis of 1985, 1989 and 1995", *Higher Education*, 29, pp. 435-453.
- CRESSWELL, T. (2011), "Mobilities I: Catching up", *Progress in Human Geography*, 35 (4), pp. 550-558.
- EIGMÜLLER, M. (2013), "Europeanization from below: the influence of individual actors on the EU integration of social policies", *Journal of European Social Policy*, 23 (4), pp. 363-375.
- EUROPEAN COMMISSION (2014), *Erasmus Impact Study. Effects of mobility on the skills and employability of students and the internationalisation of higher education institutions*, Bruxelles.
- FAVELL, A. (2008), *Eurostar and Eurocities: Free Movement and Mobility in a Integrating Europe*, Oxford, Blackwell Publishing.
- FAVELL, A. (2014), "The fourth freedom: Theories of migration and mobilities in 'neo-liberal' Europe", *European Journal of Social Theory*.
- FLAMM M., KAUFMANN V. (2006), "Operationalising the Concept of Motility", *Mobilities*, 1(2), pp. 167-189.
- FLINGSTEIN, N. (2008), *Euroclash: The EU, European Identity and the Future of Europe*, Oxford, Oxford University Press.
- FRANZONI, C.; SCELLATO, G. and STEPHAN, P (2012), "Foreign Born Scientists: Mobility Patterns for Sixteen Countries" ou NBER Working Paper, 18067, May.
- GIORGI, A. and CARUSO, L. (2015), "The Collective Action of Precarious Workers: Symbolic Elaboration, Collective Identities, Relations with the Unions and the Political Dimension. A Spain-Italy Comparison", *Obets*, 10 (1), pp. 67-95.
- GOLYNKER, O. (2006), *Ubiquitous Citizens of Europe: The Paradigm of Partial Migration*, Oxford, Intersentia.
- HU, D. (2014), *International Students in Chinese Higher Education: Choices, Expectations, and Experiences by Region of Origin. Masterer Dissertation*, Graduate School of Education, Stanford University.
- JÖNS, H. (2011), "Transnational academic mobility and gender", *Globalisation, Societies and Education*, 9 (2), pp. 183-209.
- KUHN, T. (2015), *Experiencing European Integration. Transnational Lives & European identity*, Oxford, Oxford University Press.
- LECCARDI, C. (2014), "Young people and the new semantics of the future", *Societe future, futuro*, 5 (10), pp. 41-54.
- LEVIN, I. and TROST, J. (1999), "Living apart together", *Commuity, Work and Family*, 2 (3), pp. 279-294.
- MAI, L and BRAY, M. (2007), "Cross-Border Flows of Students for Higher Education: Push-Pull Factors and Motivations of Mainland Chinese Students in Hong Kong and Macau", *Higher Education*, 53, pp. 791-818.
- MATTONI, A. (2012), *Media Practices and Protest Politics: How Precarious Workers Mobilise*. Farnham, UK Burlington, VT, Ashgate.
- MAU, S. (2010), *European Societies. Mapping Structure and Change*, Bristol, Policy Press.
- MILIO, S.; LATTANZI, R.; CASADIO, F.; CROSTA, N.; RAVIGLIONE, M.; RICCI, P. and SCANO, F. (2012), *Brain Drain, Brain Exchange and Brain Circulation. Il caso italiano nel contesto globale*, Aspen Institute.
- MORE2 (2013), "Support for continued data collection and analysis concerning mobility patterns and career paths of researchers", More2 Final Report http://ec.europa.eu/euraxess/pdf/research_policies/more2/Final%20report.pdf
- MURGIA, A. (2010), *Dalla precarietà lavorativa alla precarietà sociale. Biografie in transito tra lavoro e non lavoro*. Bologna, Odoia.
- MURGIA, A. and POGGIO, B. (2012), "La trappola della passione. Esperienze di precarietà dei giovani highly skilled in Italia, Spagna e Regno Unito ", in G. CORDELLA and S.E. MASI (eds.), *Condizione giovanile e nuovi rischi sociali. Quali politiche?*, Roma, Carocci, pp. 82-99.
- MURGIA, A. and POGGIO, B. (2014), 'Experiences of precariousness by highly-skilled young people in Italy, Spain and the UK', in L. ANTONUCCI; M. HAMILTON; S. ROBERTS (eds.). *Young People and Social Policy in Europe: Dealing with risk, inequality and precariousness in times of crisis*, London, Palgrave.
- RAFFINI, L. (2014), "Quando la generazione Erasmus incontra la generazione precaria", *OBETS. Revista de Ciencias Sociales*, 9, pp. 139-165.

- RECCHI, E. and FAVELL, A. (2009), *Pioneers of European Integration: Citizenship and Mobility in the EU*, Cheltenham, Edward Elgar.
- RECCHI, E. (2014), "The Europeanisation of Everyday Life: Cross-Border Practices and Transnational Identifications Among EU and Third-Country Citizens", Eucross Final Report, www.eucross.eu.
- RECCHI E. (2015), *Mobile Europe. The Theory and Practice of Free Movement in the EU*, Basingstoke, Palgrave Macmillan.
- SMITHS, M.P and GUARNIZO, L. E. (2001), "Transnationalism from Below", *Comparative Urban and Community Research*, New Jersey, New Brunswick.
- STANDING, G. (2011), *The precariat. The New Dangerous Class*, London-New York, Bloomsbury.
- STOILOVA, M.; ROSENELL, S.; CROWHURST, I.; HELLESUND, T. and SANTOS, A.C. (2014), "Living Apart Relationships in Contemporary Europe: Accounts of Togetherness and Apartness" *Sociology*, 48 (6), pp. 1075-1091.
- THERBORN, G. (2006), *Inequalities of the World: New Theoretical Frameworks, Multiple Empirical Approaches*, London, Verso.
- URRY, J. (2008), *Mobilities*. Polity Press, Malden, United Kingdom.
- VAN MOL C., DE VALK, H.A.G. and VAN WISSEN, L. (2015), *Falling in love with(in) Europe: European binational love relationships, European identification and transnational solidarity. European Union Politics*. DOI: 10.1177/1465116515588621 (first published on June 22, 2015).
- VERTOVEC, S. (1999), "Conceiving and Researching Transnationalism", *Ethnic and Racial Studies*, 22 (2), pp. 447-462.
- ZIMMERMANN, K.F. (1996), "European Migration: Push and Pull", *International Regional Science Review*, 19, pp. 95-128.

Recebido a 30/09/2015. Aceite para publicação a 05/12/2015.

Alberta Giorgi (albertagiorgi@ces.uc.pt). Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais. Colegio de S. Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal.

Luca Raffini (lucaraffini@gmail.com). Università degli studi di Genova, Dipartimento di Scienze Politiche. Largo della Zecca, 8, 16124 Genova, Italy.

CONTRATACIÓN INTERNACIONAL DE MÉDICOS/AS LATINOAMERICANOS/AS EN PORTUGAL Y ESPAÑA¹

María Cristina Romero

■ Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, Departamento de Sociología I

Erika Masanet

■ Universidad de Valencia, Facultad de Ciencias Sociales, Departamento de Sociología y Antropología Social

Resumo

A partir das experiências dos/as médicos/as latino-americanos/as que exercem a sua profissão em Portugal e em Espanha, o artigo busca comparar o recrutamento internacional dos/as médicos/as, o reconhecimento das qualificações para o exercício da Medicina e os processos de integração profissional no sistema de saúde português e espanhol. Para isso, foi utilizada uma metodologia qualitativa baseada em entrevistas em profundidade. Os resultados mostram semelhanças e divergências em cada uma destas três dimensões nos dois contextos nacionais.

Palavras-chave: médicos/as latino-americanos/as, migração qualificada, recrutamento internacional

Abstract

From the experiences of Latin American doctors who practice their profession in Portugal and Spain, the article seeks to compare the international recruitment of doctors, recognition of qualifications for the practice of medicine and professional integration processes in the Portuguese and Spanish health system. For this, a qualitative methodology based on in-depth interviews was used. The results show similarities and differences in each of these three dimensions in these two national contexts.

Keywords: latin american doctors, skilled migration, international recruitment

Resumen

A partir de las experiencias de las/os médicas/os latinoamericanas/os que ejercen su profesión en Portugal y España, el artículo busca comparar el reclutamiento internacional de las/os médicas/os, el reconocimiento de las cualificaciones para el ejercicio de la Medicina, y los procesos de integración profesional en el sistema de salud portugués y español. Para tal fin, se utilizaron métodos cualitativos basados en entrevistas en profundidad. Los resultados muestran semejanzas y divergencias en cada una de las tres dimensiones en los dos contextos.

Palabras clave: médicos latinoamericanos; migración calificada; contratación internacional

Introducción

En la actualidad, los sistemas sanitarios para cubrir el déficit de personal médico pueden implementar principalmente cuatro estrategias: la formación interna, el mejoramiento de las condiciones de trabajo y flexibilización de la jubilación,

el aumento de la productividad bajo parámetros de efectividad, y la contratación internacional de médicos/as en el extranjero (OCDE, 2008; EOHSP, 2006). Tanto la formación interna como la contratación internacional tienen un impacto directo en el stock de personal médico, sin embargo, debido a su inmediatez y bajo costo los sistemas

sanitarios que cuentan con las condiciones socioeconómicas de atracción suficientes, hacen uso de la estrategia de la contratación internacional de médicos/as para cubrir las situaciones de escasez (OCDE, 2008).

Desde la década de 1990, Portugal ha recibido médicos/as extranjeros/as siendo entre 1998 y 2004 el periodo de mayor crecimiento. La entrada continua y creciente de estos/as profesionales a lo largo de las últimas dos décadas responde principalmente a una combinación de factores de expulsión y atracción, siendo la demanda de estos/as profesionales por parte del sistema sanitario, concretamente en determinadas especialidades médicas y regiones geográficas del país, un determinante significativo entre los *pull factors*. La demanda de médicos/as está relacionada principalmente con las asimetrías en su distribución geográfica (Alentejo y Algarve son las regiones con una importante escasez en todas las especialidades), y con el déficit de médicos/as en determinadas especialidades como Medicina General y Familiar, Obstetricia, Pediatría y Anestesia, siendo la mayor carencia en Medicina Familiar, así como el aumento de la demanda en el sector privado de la salud (Russo *et al.*, 2012; Ribeiro *et al.*, 2013).

En cuanto a España, se definen como estrategias principales de ingreso al mercado médico laboral el *numerus clausus* de las facultades y de la formación especializada, así como la contratación de médicos/as extranjeros/as para aliviar el déficit en este mercado a corto plazo (MSSSI y UPGC, 2011). No obstante, el problema radica en la ausencia de un sistema de información y de planificación coordinada de la fuerza médica laboral (Comisión Europea, 2010). En este sentido, la Organización Médica Colegial afirma que para el 2001 había un excedente de 15.000 médicos/as, en el 2007 un déficit de entre 15.000 y 20.000, y desde el 2012 nuevamente un excedente de la misma cantidad de profesionales, si bien afirman que es prácticamente imposible saber si faltan o sobran médicos/as, o si tal vez, solo se necesitan en determinadas especialidades y en algunas zonas geográficas del país (OMC en Sevillano, 2014).

A partir de las experiencias de los/as médicos/as latinoamericanos/as que se encuentran ejerciendo legalmente su profesión en España y Portugal, el presente artículo tiene como objetivo comparar los mecanismos de contratación de estas/os profesionales, el reconocimiento de credenciales para el ejercicio de la Medicina, y los procesos de integración profesional en los sistemas sanitarios español y portugués.

Metodología

Este artículo comparativo y descriptivo es el resultado de la contribución de dos proyectos de

investigación desarrollados por las autoras sobre la migración de médicos/as latinoamericanos/as hacia Portugal y España, basados fundamentalmente en métodos cualitativos y que han utilizado como principal técnica cualitativa de recolección de datos la entrevista en profundidad. Concretamente, se llevaron a cabo entrevistas semiestructuradas a médicos/as latinoamericanos/as mediante un guión con las siguientes temáticas principales: aspectos biográficos y familiares, y trayectorias formativas, profesionales y migratorias. Los casos fueron elegidos mediante muestreo intencional orientado a recoger la diversidad de los discursos de la población entrevistada según el género, edad y país de procedencia.

Las entrevistas fueron grabadas en formato digital y posteriormente transcritas literal o parcialmente. Se realizó un análisis temático y descriptivo mediante la utilización del programa Sonar, en base a las siguientes categorías analíticas que responden al objetivo propuesto: mecanismos de contratación de los/as médicos/as, el proceso de reconocimiento de las cualificaciones para el ejercicio de la Medicina en el país de destino (reconocimiento del título de Medicina y de la especialidad, así como la obtención de la licencia de las organizaciones profesionales) y los procesos de integración profesional en los sistemas sanitarios de destino. De forma complementaria, también se llevó a cabo un análisis documental de diversas fuentes secundarias (legislación, reglamentación de las organizaciones profesionales y noticias relacionadas sobre el tema).

En Portugal, en el marco del proyecto "Skilled migration of health professionals in Portugal and Spain: a comparative study on the conditions of integration into the host society" se realizaron 30 entrevistas en profundidad a médicos/as generales y especialistas latinoamericanos/as que residen y trabajan en el país (11 mujeres y 19 hombres), cuyas edades oscilan entre los 27 y 62 años, y procedentes de Brasil, Uruguay, Cuba, Colombia, Venezuela, El Salvador y Costa Rica. De las 30 entrevistas, 15 se realizaron a médicos/as contratados/as en origen y las otras 15 a médicos que emigraron de forma independiente. Las entrevistas se realizaron principalmente en el Área Metropolitana de Lisboa, a excepción de una realizada en Oporto, entre febrero de 2011 y julio de 2012. Asimismo, se entrevistaron a 4 informantes-clave relacionados con la contratación en origen.

En España el análisis está basado en 52 entrevistas. Por una parte, en el marco de la tesis doctoral "Cartografías de profesionales de la medicina. Conversaciones con médicas-os latinoamericanas-os desde España", durante el año 2013 se entrevistaron a 36 médicos/as generales y especialistas de Latinoamérica (18 médicas y 18 médicos), con edades comprendidas entre los 25 y 63 años, entre los cuales una de las médicas fue contratada en origen. Los/as

entrevistados/as son oriundos de Chile, Argentina, Uruguay, Cuba, México, Venezuela, Perú, Brasil, Ecuador, Colombia, República Dominicana, Paraguay, Bolivia, Nicaragua, y Guatemala, y residen en las comunidades autónomas de Madrid, Cataluña, País Vasco, Valencia, Murcia, Aragón y Castilla-La Mancha. De otra parte, como parte del proyecto de Portugal mencionado anteriormente, se realizaron 16 entrevistas entre mayo y julio de 2011 a médicos/as generales y especialistas (7 mujeres y 9 hombres), una de ellas contratada en origen, procedentes de Brasil, Argentina, Colombia, Cuba, Venezuela y Uruguay, entre los 26 y 56 años, quienes residían en la Región Metropolitana de Barcelona y en Madrid. Dentro del mismo proyecto, se entrevistaron a dos informantes-clave relacionados con la contratación en origen en Cataluña.

Contratación internacional de personal médico

En el marco de la contratación internacional de personal médico por parte de los sistemas sanitarios de aquellos países que cuentan con los factores de atracción suficientes, a partir de los relatos de los/as médicos/as latinoamericanos/as que ejercen su profesión actualmente en España y Portugal es posible distinguir dos tipos de contratación, que a su vez, corresponden a dos perfiles diferenciados de estos/as profesionales: 1) reclutamiento en origen por las instituciones de los sistemas sanitarios; 2) migración autónoma y posterior contratación en el mercado laboral médico del país de destino.

España

La mayoría de los/as médicos/as latinoamericanos/as participantes en la investigación emigraron de forma independiente, bajo ningún acuerdo institucional en origen, y posteriormente fueron contratados/as en el mercado médico laboral español. De los relatos emergen diferentes motivos para iniciar un proyecto migratorio hacia España. Uno de ellos son las redes profesionales: "*escogí España por comodidad, porque mis mejores amigos de carrera se venían para acá*" (GEN-M, 29)², los vínculos familiares, y las relaciones afectivas. Asimismo, las complejas condiciones políticas, socioeconómicas y de inseguridad de la región actúan como factores de expulsión. Otra motivación muy importante es la realización de la especialidad en el sistema de formación español con las ventajas del estudio remunerado, la rapidez en los trámites: "*en Estados Unidos son tres exámenes, el proceso es mucho más largo. No es como España que rindes el examen en enero, y en abril coges la plaza y ya empiezas en junio*" (R1-H, 30), y la lengua común: "*no pensé en Estados Unidos (...) estudié en un colegio público*

donde no tuve idiomas. Claro, si hubiera tenido la oportunidad me hubiera ido para allá, tengo compañeros allá (...) y también les pagan la residencia" (R3-H, 30). Y por último, las oportunidades reales de acceder al mercado laboral médico español:

Mi opción era irme para Inglaterra o para Estados Unidos. Pero aquí a pesar de que no era un programa de subespecialidad como en Estados Unidos, vi que me podía meter al sistema. No quería estar en un lugar donde me echaran directamente al haberla terminado y regresar a mi país. Yo quería tener un lugar donde terminando la estancia, existiera una posibilidad de quedarme. (ESP-H, 43)

De otra parte, si bien la contratación en origen no fue la tónica general de los/as médicos/as entrevistados/as, existen experiencias de este tipo hechas por instituciones sanitarias (públicas, privadas y mixtas) en algunas Comunidades Autónomas como Cataluña. Según informantes-clave entrevistados, estas ofertas de trabajo, de carácter puntual, han servido para cubrir las necesidades en determinadas especialidades y en los servicios de urgencias, y pueden ser de carácter genérico (proceso de selección realizado en el país de origen) o nominativo (dirigido a una persona en concreto). En este último caso, los relatos de los/as médicos/as entrevistados/as indican que la propia institución sanitaria les contrató a través de contactos y redes profesionales de algún amigo/a o colega que ya trabajaba en ese centro u hospital, así como les orientó y tramitó los permisos y licencias respectivos:

Mi amiga se vino y trajo mis papeles, me homologaron el título súper rápido, en seis meses. Al tiempo envié mi hoja de vida y en octubre del 2008 hubo una plaza aquí que se desocupó y el jefe de [especialidad] me escribió por correo para ofrecerme trabajo (...) decidí venirme y envié todos los papeles para que tramitaran el permiso de trabajo. (ESP-M, 40).

Portugal

El Ministerio de Salud Portugués llevó a cabo el reclutamiento internacional de médicos/as latinoamericanos/as a través de acuerdos bilaterales firmados con Uruguay (2008), Cuba (2009), Colombia y Costa Rica (2011), en respuesta a las necesidades de determinadas especialidades y regiones del país. En total fueron contratados/as aproximadamente 145 médicos/as en el ámbito de estos convenios: 12 de Uruguay, 40 de Cuba, 82 de Colombia y 9 de Costa Rica. En todos los casos la duración de los contratos de trabajo fue de tres años, con distintos años de inicio según los periodos de llegada

de cada grupo. El reclutamiento se concentró en el área de atención primaria debido principalmente a las grandes carencias en este ámbito, a excepción de los médicos/as uruguayos/as que llegaron para trabajar en el Instituto Nacional de Emergencia Médica en Portugal (INEM)³.

En cuanto a aquellos/as médicos/as entrevistados/as que emigraron de forma autónoma, accedieron al mercado laboral médico a través de la Administración Pública y agencias privadas, una vez obtenidos el reconocimiento de sus cualificaciones y la regularización administrativa. Según las estadísticas del Ministerio de Salud portugués sobre recursos humanos extranjeros en el sector público sanitario, los/as médicos/as brasileños/as conforman el segundo grupo mayoritario, sólo por detrás de los de España (Ministerio de Saúde, 2015). La importancia numérica de estos/as médicos/as corresponde con la gran expresión migratoria que tiene, en general, este grupo nacional, cuya llegada empezó a ser fuertemente significativa durante la década de 1990. Esta migración responde principalmente a las vinculaciones históricas y culturales, siendo el factor lingüístico un elemento importante en esta elección (Masanet, 2012). De otra parte, el grupo de médicos/as cubanos/as entrevistados/as emigraron después de haber tenido una experiencia profesional en alguno de los Países Africanos de Lengua Portuguesa – PALOP (Angola, Mozambique, Sao Tomé e Príncipe, Guinea Bissau) a través de misiones de cooperación médica de Cuba. Esta experiencia marcó un antes y un después en sus vidas, y por motivos amorosos o ideológicos decidieron no regresar a su país una vez finalizada la misión de cooperación. Además, durante sus estancias en los países africanos establecieron contacto con portugueses que residían allí y que les incentivaron a emigrar por la demanda de médicos/as. Incluso en algunos casos, estas redes sociales les proporcionaron apoyo, facilitándoles información sobre el proceso de reconocimiento de la titulación y contactos para encontrar trabajo:

Tengo un amigo médico que está cerca de aquí (...) pero viven en Mozambique, entonces es socio de clínicas, y aquí viene de 15 en 15 días, entonces me resolvieron eso en Mozambique. Él es ingeniero en la construcción civil (...) gran amigo y entonces me resolvió un contrato de trabajo aquí, y entonces yo pedí visto de residencia con contrato de trabajo y así vine a Portugal, ellos me buscaron toda la documentación, me informaron de todo lo que tenía que hacer. (ESP-H, 44).

Reconocimiento de credenciales para el ejercicio de la Medicina

El reconocimiento de credenciales académicas que permiten el acceso al mercado médico laboral es un proceso fundamental, debido a la centralidad que la práctica de la Medicina tiene en el proyecto migratorio de estos/as profesionales. En este marco, la acreditación de títulos académicos en España y Portugal involucra dos procesos: 1) el reconocimiento de los títulos de carrera y de especialidad; 2) la obtención de la licencia en las diferentes asociaciones profesionales médicas.

España

Según la legislación española, el reconocimiento del título de Medicina está a cargo del Ministerio de Educación, Cultura y Deporte (MECD), y se realiza mediante la presentación de la documentación requerida. Los relatos de los/as médicos/as entrevistados/as coinciden en la facilidad para la obtención de la homologación de este título, pudiéndose tramitar inclusive antes de viajar o sin tener un proyecto claro de migración: "*había sido precavido y había homologado mis estudios de medicina cuatro años antes de venirme*" (ESP-H, 45).

No obstante, esta facilidad en la concesión de la homologación del título en Medicina contrasta con la dificultad del reconocimiento de la formación especialista. En mayo de 2010 fue aprobada la nueva legislación para el reconocimiento del título de especialista por parte del Ministerio de Sanidad, Servicios Sociales e Igualdad (MSSSI) obtenido en los estados no miembros de la Unión Europea (Decreto Real 459/2010, abril 16)⁴, cuya principal novedad fue proporcionar una alternativa a los/as especialistas sin acreditación quienes venían ejerciendo su especialidad. Sin embargo, a pesar de la disminución de barreras en relación con la anterior legislación de 1991, según estimaciones de ASOMEX (Asociación de Médicos Especialistas Extracomunitarios), el MSSSI ha rechazado entre el 80% y 90% de las solicitudes de especialistas no comunitarios/as en los tres primeros años de implementación de la ley, lo que evidencia un alto número de resoluciones negativas⁵. Tendencia constatada con datos estadísticos suministrados por el MSSSI para esta investigación que confirman la dificultad del trámite de homologación del título de especialista frente al de carrera: de 1987 a 2012 se han homologado 57.533 títulos de Medicina (86% a médicos/as generales de Latinoamérica) frente a 3.001 de especialista (26% a especialistas latinoamericanos/as). Asimismo, las experiencias de aquellos/as que han obtenido el reconocimiento de la especialidad también relatan las dificultades de este proceso:

Nos presentamos 48 al examen y pasamos 4 (...) Era un examen que solamente te podías presentar 2 veces en la vida (...) Se homologa con un examen y además tienes que cumplir requisitos, mi especialidad en [país LAM] eran 4 años y aquí son 5. Entonces tenía que haber demostrado que tenía 2 años de experiencia (...) Es la primera vez que un examen me iba a costar algo en la vida, porque era todo o nada. De hecho el examen escrito no lo pasé en la primera tanda, me quedé a 4 puntos (...) Entonces impugné el examen y pasé a la segunda ronda que era un examen oral que traían profesores de toda España. (ESP-H, 43).

Por último, junto al reconocimiento de los títulos de formación académica del nivel de Medicina y de especialidad, la legislación de España requiere la acreditación expedida por el Colegio de Médicos para ejercer la profesión en el país. Al respecto las narrativas expresan que, en general, este trámite administrativo de colegiación transcurre con bastante facilidad y rapidez para el caso de los/as médicos/as latinoamericanos/as entrevistados/as.

Portugal

Según legislación portuguesa, para los/as médicos/as extracomunitarios/as el reconocimiento del título de Medicina está gestionado por las Facultades de Medicina, y consiste en un examen de conocimientos médicos con una parte teórica y una práctica de resolución de casos clínicos, así como un prueba de lengua portuguesa si corresponde. En el caso de los/as médicos/as reclutados/as en origen en 2008, 2009 y 2011 (Cuba, Uruguay, Colombia y Costa Rica), de acuerdo con los informantes-clave y los/as médicos/as entrevistados/as, estos exámenes son los mismos realizados durante el proceso de selección en el país de origen haciendo el proceso, tanto de selección como de reconocimiento, más rápido y facilitado por las instituciones debido a las necesidades del país contratante. Situación muy diferente a la que relatan los/as médicos/as latinoamericanos/as entrevistados/as que migraron de forma autónoma, cuyos procesos de reconocimiento de este título tardaron entre uno y dos años, además de los altos costes generados por la traducción al portugués en caso de ser necesario.

De otra parte, los distintos Colegios de las Especialidades de la Organización Médica Portuguesa son los responsables del reconocimiento de la especialidad obtenida en el extranjero, con la particularidad de que el procedimiento es el mismo para nacionales y extranjeros/as. La reglamentación al respecto exige, en primer lugar, la presentación de un detallado *Curriculum Vitae* (CV) que de ser aprobado, permitirá presentarse el examen final de

acceso al título de especialista (valoración del CV, más pruebas teóricas y prácticas). Si el CV no es aprobado, se deben realizar unas prácticas en la especialidad para llenar los vacíos y poder optar nuevamente al examen, que de acuerdo con las entrevistas, pueden variar de uno a tres años. Si bien no existen barreras institucionales específicas para los/as especialistas extranjeros/as, tal y como valoran los/as médicos/as entrevistados/as, la evaluación del CV puede implicar una mayor desconfianza en la formación de la especialidad realizada en los países de origen, lo cual incrementa la probabilidad de una evaluación negativa con la necesidad de realizar prácticas, y el alargamiento del tiempo del proceso. Además de este elemento subjetivo, estos médicos/as también expresan que el menor tiempo de formación en algunas especialidades y la no existencia de otras, acarrear evaluaciones negativas: *"hice el año común y después entré nuevamente en la especialidad porque mi especialidad no fue reconocida. Es que la geriatría no existe como especialidad en Portugal. (...) Entonces empecé a hacer la especialidad en salud pública para ver cómo era"* (ESP-H, 47)⁶.

Por último, la Organización Médica Portuguesa establece un sistema complejo de acreditación profesional que distingue el ejercicio autónomo o independiente de la profesión del ejercicio tutelado. En el primer caso, se requiere de la comprobación de tres años de experiencia profesional en los últimos cinco años para los/as médicos/as extranjeros/as. Si no consiguen la licencia de Medicina Autónoma, los/as médicos/as deben realizar unas prácticas bajo la supervisión de un/a doctor/a, que en la mayoría de los casos corresponde a nueve meses de formación. Asimismo, es exigida la prueba de Comunicación Médica para aquellos/as médicos/as de lengua no portuguesa. En general, los/as médicos/as latinoamericanos/as entrevistados/as no tuvieron problemas para conseguir la acreditación profesional y ejercer su profesión, salvo los/as médicos/as de Costa Rica y Uruguay contratados/as en origen.

Dinámicas de integración profesional

En aras de dar explicación a los procesos de integración profesional de los/as médicos/as latinoamericanos/as que actualmente ejercen su profesión en España y Portugal, seguiremos la clasificación de los dos perfiles descritos inicialmente al implicar cada uno diferentes condiciones de incorporación laboral: migración de los/as médicos/as en el ámbito de un acuerdo institucional, y migración autónoma o independiente de estos/as profesionales.

España

En cuanto a la contratación en origen, como se mencionó anteriormente, las instituciones con-

tratantes proveen una oferta de trabajo así como la tramitación de los permisos y licencias, facilitando de este modo los procesos de incorporación laboral. En el caso de la migración autónoma, los procesos exitosos de integración al mercado médico laboral, público y privado, están en relación con la oferta disponible: *"llegué en un momento que no había crisis, y fue más fácil insertarte laboralmente. Claro, con la predisposición que tenemos los latinos de trabajar mucho más"* (ESP-H, 35), o por el contrario, por la dificultad en momentos de superávit de profesionales: *"nadie la tiene fácil, ni el español ni el latino y menos si no tiene papeles"* (R3-H, 28). Asimismo, para aquellos/as que no han podido homologar la especialidad se presentan situaciones de descalificación profesional: *"he visto médicos que trabajan en cuestiones estéticas, haciendo cualquier cosa por sobrevivir, sin poder sacar el título de la especialidad homologado"* (ESP-H, 43).

Por último, aunque los/as médicos/as no expresan situaciones de discriminación xenofóbica en grado extremo en sus procesos de integración profesional, emergen de los relatos situaciones de cuestionamiento del conocimiento médico por parte de los/as colegas de profesión: *"te tratan como si no supieras nada de medicina"* (ESP-H, 38). En el caso de los/as pacientes, en ocasiones se han enfrentado a conductas de rechazo hacia los/as médicos/as latinoamericanos/as: *"hacen gestos por el solo hecho de que eres extranjero. Y hay que aprender a poder sobrellevar esto e intentar que la atención sea lo más adecuada posible"* (R1-H, 31).

Portugal

Los/as médicos/as que participan en la investigación contratados/as en origen por el Ministerio de Salud se incorporaron laboralmente en el sistema público de salud. Concretamente los/as médicos/as de Cuba, Colombia y de Costa Rica fueron destinados/as para trabajar en el área de atención primaria, debido principalmente a las grandes carencias en este ámbito, y fueron distribuidos geográficamente en distintas regiones del país: Alentejo, Algarve, Centro, Región Metropolitana de Lisboa y las Azores. Por su parte, los/as médicos/as de Uruguay fueron contratados/as para trabajar en el INEM (Instituto Nacional de Emergência Médica) de Lisboa, Porto, Coimbra, Faro y Beja.

En el ámbito de estos acuerdos institucionales, los/as médicos/as reclutados/as entrevistados/as han tenido una serie de facilidades institucionales en el proceso de integración profesional en el sistema nacional de salud con el fin de agilizar este proceso. En primer lugar, el gobierno les facilitó los trámites para la regularización administrativa y de sus familiares. En segundo lugar, recibieron un proceso formativo para una mejor adaptación en sus centros de trabajo

cuya duración varió según el área de salud donde iban a trabajar (tres meses en el caso del INEM y 15 días en atención primaria). Y en tercer lugar, y como ya hemos descrito anteriormente, los/as médicos/as al llegar contaban con el reconocimiento del título de Medicina como parte del proceso de selección de contratación en origen, solo necesitando registrarse en la Organización Médica Portuguesa. Sin embargo, los/as médicos/as de Uruguay y Costa Rica tuvieron problemas para registrarse en la organización médica, lo cual ocasionó demoras en la integración profesional en el sistema sanitario, de entre cuatro y nueve meses, de acuerdo con estos/as médicos/as entrevistados/as y con noticias de la prensa portuguesa sobre los médicos costarricenses.

A pesar de las mayores facilidades institucionales en la integración profesional de estos/as médicos/as por formar parte de un acuerdo entre dos países, las personas entrevistadas relataron haber sufrido situaciones de xenofobia en sus centros de trabajo por parte de algunos/as colegas de trabajo y superiores, manifestadas en desconfianza profesional inicial y actitudes de rechazo y discriminación. Estas actitudes xenofobas, que se manifestaron sobre todo inicialmente, dificultaron en cierto modo los procesos de inserción laboral de estos/as médicos/as contratados/as en origen:

se nota un poco el trato y la actitud altiva y los argumentos un poco de discriminación: «ustedes son colombianos y nosotros no sabemos qué tipo de educación tienen» (...) Y de hecho, muchos compañeros, enfermeras sí nos comunican que es evidente ese tipo de trato para con nosotros. Entonces sí hay actitudes y acciones discriminatorias (GEN-H, 28).

Por otro lado, la mayoría de los/as médicos/as entrevistados/as que emigraron de forma autónoma o independiente -sin acuerdo entre países- se incorporaron laboralmente en los servicios de urgencias de los hospitales públicos. Así, la "puerta de entrada" al mercado de trabajo en salud para estos/as médicos/as suele ser este espacio laboral de salud, en algunos casos como una etapa transitoria hasta conseguir un mejor empleo, pero lo más usual es que este tipo de actividad termine convirtiéndose en una situación más o menos permanente, en combinación con el desempeño de otro tipo de trabajos.

Conclusiones

La contratación internacional de médicos/as latinoamericanos/as en España y Portugal presenta similitudes, aunque con ciertas singularidades en cada contexto. Tanto en Portugal como en España la mayoría emigran de forma autónoma e independiente, mientras que el reclutamiento internacional

en origen sigue siendo más bien minoritario. No obstante, encontramos divergencias en esta última estrategia de contratación en cuanto a los agentes de reclutamiento: mientras que en el caso español las contrataciones en origen se realizan a nivel institucional, es decir, entidades sanitarias concretas (públicas, privadas o mixtas) reclutan médicos/as en el exterior, en Portugal ha sido el Estado, a través del Ministerio de Salud, el principal agente de reclutamiento de los/as médicos/as a través de acuerdos bilaterales firmados con algunos países latinoamericanos.

El reconocimiento de credenciales para la práctica de la Medicina en general involucra los mismos procesos tanto en España como en Portugal: acreditación de títulos académicos y obtención de una licencia en las asociaciones médicas respectivas. Sin embargo, en Portugal existen mayores barreras institucionales para ejercer la profesión médica. Así, mientras que en España uno de los principales obstáculos que enfrentan los/as especialistas formados/as en el extranjero es el reconocimiento de este título, en Portugal los/as médicos/as experimentan dificultades en cada uno de los tres niveles de reconocimiento académico y profesional. Esta situación puede deberse al mayor grado de intervención en la regulación de la profesión médica de las organizaciones profesionales en Portugal en comparación con España. Además, en España los/as médicos/as de América Latina tienen algunas ventajas en el reconocimiento del título de Medicina debido a los acuerdos bilaterales que facilitan dicho proceso y al hecho de compartir el mismo idioma, lo que pone de relieve la importancia de los lazos coloniales históricos y culturales en el reconocimiento de las cualificaciones entre los países.

En el proceso de integración profesional, los/as médicos/as reclutados en origen, tanto en Portugal como España, presentan una serie de facilidades institucionales en cuanto a la regularización administrativa de su estatus legal en el país, la adaptación al nuevo entorno laboral a través de procesos formativos, y el reconocimiento del título de Medicina. Por otro lado, los/as médicos/as que emigran de forma autónoma experimentan un amplio rango de situaciones. En este sentido, la vinculación a un trabajo al migrar de forma autónoma depende de los títulos académicos reconocidos, de las redes profesionales y personales, y de las ofertas en el mercado médico laboral público, privado y mixto. De esta forma, se presentan situaciones que van desde los/as médicos/as latinoamericanos/as más vulnerables que solo tienen la homologación del título de la carrera y el permiso de estudiante, y que ocupan las peores posiciones en el mercado médico laboral principalmente privado, hasta aquellos/as con la nacionalidad y la especialidad hecha o ya homologada en el país de destino, y que han podido tener una trayectoria

profesional en instituciones públicas y privadas de prestigio. No obstante, a pesar de estas diferencias encontradas en los dos perfiles, los problemas de discriminación en el ámbito institucional sanitario, tanto por parte de colegas/superiores como por pacientes, afectan indistintamente a ambos grupos y en los dos contextos nacionales.

Notas

- 1 Este artículo es resultado de dos investigaciones: la tesis doctoral con título "Cartografías de profesionales de la medicina. Conversaciones con médicas-os latinoamericanas-os desde España" (2012-2015) y el proyecto posdoctoral "Skilled migration of health professionals in Portugal and Spain: a comparative study on the conditions of integration into the host society" (2010-2013), financiado por la Fundação para a Ciência e a Tecnologia de Portugal.
- 2 Las citas de los extractos de los/as entrevistados/as siguen el criterio: médico/a general, especialista o médico/a residente (GEN, ESP, R1, R2, R3...), género (H/M) y edad.
- 3 La información relativa a la contratación en origen procede de los informantes-clave y del grupo de médicos/as contratados/as en origen.
- 4 La ley se encuentra en: <http://www.boe.es/boe/dias/2010/05/03/pdfs/BOE-A-2010-6960.pdf>
- 5 <http://www.gacetamedica.com/gaceta/articulo.aspx?idart=752604&idcat=797&tipo=2> [consulta diciembre 2013]
Las asociaciones de médicos/as extranjeros/as en España, especialmente ASOMEX, han jugado un papel en el diseño de esta nueva ley al realizar presión sobre las instituciones del sistema sanitario y los partidos políticos.
- 6 Cita traducida del portugués al español.

Referencias bibliográficas

- COMISIÓN EUROPEA (2010), "Planificación de la fuerza laboral de profesionales de medicina y enfermería en una selección de países europeos: Francia, Alemania, España, Suecia y Reino Unido", en CE (coord.), *Migraciones profesionales LA-UE. Oportunidades para el desarrollo compartido*, CE.
- EUROPEAN OBSERVATORY ON HEALTH SYSTEMS AND POLICIES (EOHSP) (2006), *The Health Care Workforce in Europe: Learning from Experience*, WHO, Trowbridge, Wilts, London, The Cromwell Press.
- MASANET, E. (2012), "A imigração qualificada dos(as) médicos(as) brasileiros(as) na Espanha e em Portugal: quais as diferenças e as semelhanças?", in B. Padilla et al. (org.), *Novas e velhas configurações da imigração brasileira na Europa. Atas do 2.º Seminário de Estudos sobre a Imigração Brasileira na Europa*, Lisboa, ISCTE, pp. 159-174.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE (2015), *Recursos Humanos Estrangeiros no Ministério da Saúde - Atualização 2011-2014*, Lisboa, Administração Central do Sistema de Saúde, IP.
- MINISTERIO DE SANIDAD, POLÍTICA SOCIAL E IGUALDAD (MSSSI) y UNIVERSIDAD DE LAS PALMAS DE GRAN CANARIA (UPGC) (2011), *Oferta y necesidad*

- de especialistas médicos en España (2010-2025)*, MSSSI, Madrid.
- ORGANIZACIÓN PARA LA COOPERACIÓN Y EL DESARROLLO ECONÓMICO (OCDE) (2008), *The Looming Crisis in the Health Workforce: How Can OECD Countries Respond?*, OCDE.
- RIBEIRO, J. et al. (2013), "Health professionals moving to and out of Portugal: a typical case?", *Health Policy*, 114 (2-3), pp. 97-108.
- RUSSO, G. et al. (2012), "What influences national and foreign physicians' geographical distribution? An analysis of medical doctors' residence location in Portugal", *BMC Human Resources for Health*, 10 (12), pp. 1-11.
- SEVILLANO, E. (2014), "No hay plaza para tanto médico" en *El País*, 30 de enero de 2014, http://sociedad.elpais.com/sociedad/2014/01/30/actualidad/1391113575_604573.html.

Submetido a 05/10/2015. Aceite para publicação a 05/12/2015.

María Cristina Romero (mariacristina.romero@cps.ucm.es). Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, Departamento de Sociología I. Campus de Somosaguas, 28223 Pozuelo de Alarcón, Madrid, España.

Erika Masanet (erika.masanet@uv.es). Universidad de Valencia, Facultad de Ciencias Sociales, Departamento de Sociología y Antropología Social. Av. Tarongers, 4b, 46021 València, España.

COOPERAÇÃO SUL-SUL, UMA VIA ALTERNATIVA? UM CASO EXPLORATÓRIO ENTRE BRASIL E ARGENTINA

Thais França

■ Universidade do Minho, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS.NOVA (Polo UMinho)

Beatriz Padilla

■ Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL) & Universidade Nova de Lisboa, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA)

Resumo

A cooperação académica e científica internacional vem tornando-se cada vez mais relevante, não apenas desde uma perspetiva do desenvolvimento da ciência, mas também do crescimento económico dos países envolvidos. Apesar dos inúmeros benefícios que aporta – transferência de tecnologia, internacionalização das instituições, circulação de cientistas – por conta das assimetrias e hierarquias geopolíticas e económicas, essas cooperações podem não beneficiar de forma igual todos os países envolvidos. Dentro desta lógica, as cooperações Sul-Sul (CSS) aparecem como uma alternativa inovadora para o desenvolvimento da ciência entre os países do Sul. A partir duma análise documental de alguns acordos celebrados entre agências de fomento à pesquisa, brasileiras e argentinas, especificamente CAPES/CNPq no caso brasileiro e CONICET no caso argentino, este trabalho tem como objetivo discutir como a relação de cooperação científico-académica entre os dois países se tem desenvolvido ao longo dos anos, indagando se tal relação pode ser enquadrada dentro de uma lógica de cooperação Sul-Sul.

Palavras-chave: cooperação Sul-Sul, acordos bilaterais, Brasil-Argentina

Abstract

In the last few decades, international scientific cooperation has become increasingly important, not only from the perspective of the development of science, but also from an economic perspective. Despite the numerous advantages resulting from these cooperations: technology transfer, institutions internationalisation and scientist circulation, other results suggest the uneven geopolitical and economic hierarchies and asymmetries among the countries involved, in which not all equally benefit. The South-South cooperation (SSC) therefore appears as an innovative alternative to South countries science development. Based on a documental analysis of some agreements between the Brazilian and Argentinian national science funding agencies, more specifically CNPq/CAPES in the case of Brazil and CONICET in Argentina, this papers aims to discuss how the academic and scientific cooperation between the two countries has been developing over the years and if it can be considered a sort of SSC.

Keywords: South-South cooperation, bilateral agreements, Brazil-Argentina

Cooperação académica científica

A cooperação científica internacional é uma prática bastante antiga e comum entre universidades e centros de pesquisa de distintos países. Tanto no império árabe islâmico como na China antiga e na Europa medieval a prática de cooperação entre cientistas de diferentes regiões já existia (Dedjier, 1971;

Kim, 2009). Todavia, é inegável, que este fenómeno assumiu novas características e fortaleceu-se mais rapidamente nas últimas décadas como consequência da intensificação dos processos de globalização em curso. Recentemente, a União Europeia no seu relatório de avaliação do 7º Programa Quadro (Remotti, Damvakeraki, Ploder, & Sterner, 2014) reconhece que a natureza do desenvolvimento das

ciências e tecnologias é de caráter internacional e o programa Quadro de Ciência, Tecnologia e Inovação do MERCOSUL para 2015-2019 defende que a construção de um espaço de Ciência, Tecnologia e Inovação entre países favorece a consolidação do desenvolvimento científico e tecnológico de toda a região (RECYT, 2015). O crescimento do número de encontros científicos internacionais e de publicações em coautorias internacionais podem ser citados como outro exemplo que corrobora esta afirmação (Vanz & Stumpf, 2010).

Apesar da relevância que a cooperação científica internacional sempre assumiu, foi apenas recentemente que admitiu o *status* de objeto e produto de políticas governamentais (Velho, 2000). Nas últimas décadas, a centralidade da chamada “internacionalização da ciência”, que na prática se refere mais a internacionalização das universidades e dos centros de investigação do que da ciência propriamente dita, tem contribuído para uma valorização dos processos de cooperação internacional. O termo “internacionalização da ciência” popularizou-se nos anos 1980s com o avanço da lógica neoliberalista nas universidades e centros de investigação e no presente ocupa um lugar central nos diferentes sistemas de *rankings* das instituições. Por exemplo, entre os indicadores que medem a internacionalização, alguns dos principais parâmetros são: as colaborações de investigação, o grau de internacionalização do corpo acadêmico e estudantil, os apoios existentes aos estudantes internacionais, a percentagem de estudantes provenientes do estrangeiro e que se dirigem ao estrangeiro, e diversidade internacional dos estudantes. Neste sentido, percebe-se porque ganha relevância a cooperação científica internacional.

Os fatores que justificam a popularização das práticas de cooperação científica podem ser categorizados como sociais, económicos e políticos: os baixos custos de deslocação internacional, o aperfeiçoamento de novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), a criação de blocos económicos (União Europeia, Mercosul, NAFTA, BRIC), a transnacionalização das empresas, as novas regras de financiamentos para alguns setores de pesquisa que exigem parcerias internacionais, o alto custo de equipamentos ultra especializados (telescópios ou aceleradores de partículas, por exemplo), disseminação de grandes projetos cujas questões ultrapassam fronteiras nacionais (genoma humano, camada de ozono, aquecimento global, pobreza global, doenças infecciosas, abastecimento de água e comida) (Remotti et al., 2014) e a entrada de grandes empresas privadas de tecnologia no mercado da ciência (Corder, Costa, Gomes, & Velho, 2002). E os benefícios trazidos pela cooperação internacional são inúmeros, dentre eles elenca-se: a otimização nos gastos e recursos, aproveitamento das competências de cada grupo, maior aprofundamento e

especialização das pesquisas, divulgação mais rápida e eficaz dos resultados obtidos, aumento no número de publicações, interdisciplinaridade, transferência e circulação de conhecimentos e práticas de investigação, fortalecimento de redes de investigação com parceiros estratégicos, acesso à pesquisas globais, qualificação dos/as investigadores/as envolvidos/as, possibilidade de abertura de novas linhas de investigação, benefícios dos estudos comparados, dentre outros.

Em virtude do avanço das TIC's, que permitem a interação à distância de distintos grupos de cientistas, as deslocações físicas, ainda que necessárias, não são mais obrigatórias, ou podem ser encurtadas na dimensão temporal. Desta forma, abre-se espaço para que a colaboração científica tenha lugar além das fronteiras geográficas, possibilitando grupos, que anteriormente, devido às distâncias, jamais poderiam estar em contato, conhecerem os seus trabalhos e desenvolverem pesquisas em parceria. Em simultâneo ao desenvolvimento das TIC's, o baixo custo dos voos internacionais fez com que, apesar da facilidade e do pragmatismo dos novos canais de comunicação virtuais, os encontros reais entre cientistas e investigadores/as de diferentes centros se tenham tornado ainda mais viáveis.

Todavia, é preciso ter claro que o fato de que nos dias de hoje as colaborações internacionais sejam mais comuns não implica que elas se configurem horizontalmente e menos assimétricas entre as áreas de conhecimento e que a todos os centros envolvidos em um projeto de cooperação internacional seja dado o mesmo protagonismo.

A partir deste enquadramento, um dos pontos que merece ser destacado consiste nas hierarquias entre as áreas do conhecimento. Via de regra, as ciências puras e exatas aparecem como as áreas mais subsidiadas, posto que seus projetos estão mais relacionados com o desenvolvimento de tecnologias, cada vez mais importantes no setor industrial e empresarial e nas dinâmicas globais de poder político e económico. Já no caso das ciências humanas e sociais, normalmente, os seus objetos de investigação envolvem, de forma intensa, questões culturais, políticas e ideológicas, diretamente ligadas às especificidades dos contextos sócioeconómicos locais, que por vezes vão de encontro aos objetivos das entidades financiadoras, públicas ou privadas ou de alguns dos países envolvidos. Neste sentido, ideológica ou politicamente, pode ser menos atrativo financiar projetos de investigações sobre fenómenos sociais.

Outro aspeto elementar a ser levado em consideração nas cooperações científicas internacionais é o papel do Estado, uma vez que ele continua a ser fundamental como provedor de apoio institucional, político e financeiro (Domingues & Costa, 2013). Enquanto no Norte Global, há uma cultura mais

consolidada de investimentos dos Estados em ciência, tecnologia e investigação (sendo preciso ressaltar que nas últimas décadas com o avanço do neoliberalismo na ciência e na academia, algumas áreas têm visto os seus investimentos serem reduzidos de forma drástica) no caso do Sul Global a realidade não é a mesma. Via de regra, os países do Sul têm menos condições económicas e, em alguns casos, menos interesse político em financiar projetos de cooperação internacional, ficando as instituições científicas e académicas destes países reféns das ofertas que lhes são feitas a partir do Norte Global, ou sendo obrigadas a realizar as suas investigações sem recursos financeiros. Esses diferentes posicionamentos dos Estados em relação aos investimentos nas áreas científicas contribuem para que o desenvolvimento da cooperação internacional não se dê da mesma maneira em todas as regiões do mundo, reforçando desigualdades políticas e económicas.

Essas assimetrias geopolíticas continuam a reproduzir hierarquias epistémicas, onde alguns países se posicionam como centros produtores de conhecimento e outros, receptores (Mignolo, 2003b). Neste sentido, alguns países são mais procurados do que outros para estabelecerem relações de cooperação e colaboração científica internacional. Comumente, por conta da capacidade superior de financiamento, melhores condições científicas em termos de acesso a materiais e bibliografias, facilidade de publicações internacionais e maior oferta de grupos de excelência os países do Norte são mais procurados do que os países do Sul para a negociação de projetos de colaboração científica. Portanto, da forma como os programas de cooperação internacional forem estruturados, desigualdades e hierarquias económicas e epistémicas continuarão a ser reproduzidas e reforçadas.

De acordo com as análises Corder et. al. (2002), instituições e investigadores/as privilegiam estabelecer relações de cooperação com grupos que promovem uma melhor inserção científica no cenário internacional e que consigam maiores financiamentos ao invés de compromissos com as relações regionais, por exemplo. Ou seja, via de regra, os países do Sul optam por trabalhar com países do Norte em vez de estabelecer cooperações com outros países do Sul. Contudo, nesta lógica de cooperação Norte-Sul, raros são os casos em que os países do Sul são escolhidos para serem líderes de projetos ou apenas são considerados em pé de igualdade com os países do Norte. Em geral, esses países assumem o papel de coordenadores dos projetos, subordinando aqueles às suas regras e definições teóricas e económicas, perpetuando as relações desiguais e hierárquicas entre Norte e Sul.

Embora seja preciso reconhecer que, não é invulgar um projeto de cooperação científica Norte-Sul resultar numa aproximação entre os centros

de países do Sul envolvidos, como foi o caso do Programa ALFA e ALBAN (Programa de Bolsas de Alto Nível da União Europeia para a América Latina) coordenados pela União Europeia de onde resultaram parcerias significativas entre alguns países do Sul. Contudo, apesar de possibilitar estes laços, normalmente, as cooperações internacionais possuem uma agenda a ser cumprida que é voltada principalmente para os interesses dos financiadores, neste caso os países do Norte (Velho, 2000). Isto faz com que os países do Sul assumam o papel de produtores de conhecimento para o Norte, reproduzindo a lógica de subordinação do Sul em relação ao Norte e não privilegiando os seus temas e problemas. Segundo Marí et. al. (2001) desta dinâmica de dependência dos países do Sul em relação à agenda de investigação dos países do Norte resulta uma ciência periférica que se organiza seguindo as pautas das ciências centrais.

Outro fator que ao mesmo tempo que é causa é também resultado, da reprodução das cooperações científicas internacionais em sentido Norte-Sul é a prática comum de investigadores/as do Sul serem treinados/as por investigadores/as do Norte nos seus mestrados, doutoramentos ou pós-doutoramentos. Sabe-se que os vínculos estabelecidos nesta relação costumam ser de grande importância para cooperações e projetos futuros. Neste sentido, o fluxo Sul-Norte de investigadores/as resultante dos projetos de cooperação científica, acabam por fortalecer a dependência do Sul-Norte.

Mignolo (2003a, 2010) analisa esta relação de dependência epistémica e científica entre os países do Sul em relação aos países do Norte a partir de uma leitura *descolonial*. Para o autor, as origens dos centros de produção de conhecimento do Sul estão inseridas em raízes Europeias que remontam o colonialismo e que numa escala global continuam a serem reproduzidas até aos dias atuais sob os valores do neoliberalismo. Por exemplo, a criação de universidades a partir do século XVI na República Dominicana e no Peru, e posteriormente no século XVII na Argentina, no Chile e no Uruguai está diretamente ligada às práticas de colonização do poder e do saber e conseqüentemente à legitimação das epistemologias eurocêntricas (Mignolo, 2003a: 100). De acordo com esta perspectiva, ao contrário das ideias que foram naturalizadas de que a produção do conhecimento não possui uma localização geopolítica específica é impossível desagregar essa prática das configurações geopolíticas que classificam hierarquicamente e racialmente as regiões (Mignolo, 2010).

Apesar da forte tendência de hierarquização derivada de assimetrias históricas de poder, políticas e económicas existente nas dinâmicas de cooperação internacional, é fundamental reconhecer que desde os anos 1970 as Cooperações entre países do Sul

(CSS) têm crescido significativamente, embora ainda figurem como um número bastante reduzido quando comparadas às cooperações Norte-Sul.

A partir de uma leitura global, tal qual aconteceu anteriormente na União Europeia, alguns processos de regionalização e integração, entre os quais se destaca o Mercosul, têm dado relevância à CSS, promovendo o intercâmbio no âmbito de ciência e tecnologia. Ainda com altos e baixos, neste início de século em que alguns países do Sul, como é o caso do Brasil, ganharam maior visibilidade internacional despontando como uma das potências emergentes entre os denominados BRICs (Brasil, Rússia, Índia, China), a CSS e a cooperação triangular mostram-se como uma alternativa viável para o desenvolvimento e crescimento dos países do Sul que não deve ser menosprezada, dado que o mundo “se caracterizará por um maior dinamismo das economias emergentes em comparação com as desenvolvidas” (CEPAL, 2010: 4). A Secretaria Geral Iberoamericana (SEGIB), no seu segundo relatório sobre CSS, constatou que em 2007 houve um total de 1480 ações de cooperação horizontal bilateral entre 19 países ibero-americanos de rendimento médio. Os países com maior destaque foram Cuba, México, Argentina, Chile, Venezuela, Brasil e Colômbia (SEGIB, 2008). Igualmente, a relevância regional que esta dinâmica tem vindo a ganhar nos últimos anos pode ser ilustrada na forma como alguns países da América Latina têm vindo a trabalhar de forma colaborativa na elaboração de indicadores de CSS (Xalma, 2013).

Uma maior concertação entre esses países, mostra-se como uma possibilidade para o reposicionamento do Sul com relação aos países do Norte. Segundo Xalma (2012) a Cooperação Sul-Sul contribui para o desenvolvimento e melhoria das potencialidades entre os países parceiros, numa relação mais horizontal, onde os envolvidos beneficiam entre si de forma mais igualitária do que numa relação Norte-Sul uma vez que se dá entre países com níveis de desenvolvimento semelhantes, ainda que ocorra dentro de uma lógica capitalista neoliberal. Ainda este tipo de cooperação implicaria uma maior autonomia para estabelecer uma agenda de investigação própria, com menos influência de pressões do Norte, e com uma maior aplicabilidade à região.

Todavia, é preciso não perder de vista o fato de que os países que estão agrupados sob o manto de “Países do Sul” ainda que compartilhem um passado histórico com algumas semelhanças, configuram-se como um grupo bastante heterogêneo pelas diferenças sócio-económicas, políticos e culturais, tanto no contexto local como regional. Portanto, o conceito de Cooperação Sul-Sul refere-se a uma categoria multidimensional, que transborda a categoria geográfica e assenta numa concepção política e económica não homogênea (Lechini, 2014).

Por conta dos acontecimentos políticos e económicos internacionais (consolidação da União Europeia, queda do muro de Berlim, crise económica nos países do Sul), ao longo da década de 1980 e 1990, a CSS perdeu parte da sua força inicial. Todavia, nos dias atuais, uma vez mais, por consequência de inéditas conformações políticas e económicas resultantes de processos de relocalização do poder económico, a CSS vem restabelecendo a sua força e relevância. A melhoria da inserção internacional dos países periféricos por meio da integração regional é uma das principais apostas desta nova fase das Cooperações Sul-Sul (Creus, 2014; Velho, 2000).

Cooperações Sul-Sul no campo científico: o caso do Mercosul

As tentativas de cooperação entre os países da América do Sul são antigas. Uma das primeiras experiências da CSS entre o Brasil e a Argentina, ainda sob governos ditatoriais, foi o convénio de intercâmbio cultural assinado entre estes dois países, em 1968, retomado em 1980 em forma de acordo de cooperação em ciência e tecnologia. Diversos outros acordos firmados entre o Brasil e a Argentina podem ser apontados como exemplo de CSS: o *Programa de Integración e Cooperación Económica* (PICE) (1986), *El Acta de Integración* (1986), *El tratado de integración, Cooperación y Desarrollo* (1988), *Acuerdo de Complementación Económica*, nº 14 (1990) e podem ser identificados como sementes do projeto do *Mercado Común del Sur* (Mercosul) que veio a concretizar-se posteriormente.

Em de Março 1991, em Assunção, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai firmaram o tratado de Assunção, constituindo o Mercado Comum do Sul (Mercosul) o qual foi ratificado e entrou em vigor em 1994. O tratado, para além de organizar os países como um bloco comercial, tinha igualmente como objetivo superar obstáculos existentes no que diz respeito ao desenvolvimento de novas tecnologias, uma vez que o atraso tecnológico reforçava a dependência económica destes países em relação ao Norte Global.

Atualmente, o bloco do Mercosul é composto por Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela, enquanto a Bolívia está em processo de adesão e o Chile, Colômbia, Equador, Peru, Guiana e Suriname são Estados Associados (Corder et al., 2002; Velho, 2000). Segundo Krawczyk (2008), este tipo de aliança entre países, tal qual a União Europeia, é uma resposta aos efeitos da globalização económica neoliberal, constituindo-se como uma tentativa de oferecer aos estados novos instrumentos de poder e legitimação. Neste sentido, os países que compõem o Mercosul, unidos teriam mais poder para se colocarem diante das exigências do mercado internacional.

Desde a sua criação, para além dos objetivos económicos, o Mercosul declara no seu discurso oficial que as atividades de cooperação no âmbito científico são uma das suas principais esferas de ação. Uma prova disso é que dentro de seu marco institucional, há um fórum específico de debate e coordenação das questões de ciência e tecnologia a *Reunión Especializada en Ciencia y Tecnología (RECYT)*, que busca identificar linhas de interesse conjunto aos países do bloco.

É interessante perceber que ainda que desde antes da criação do bloco, alguns países já experimentassem acordos de cooperações científicas (como caso do Brasil e da Argentina que desde a década de 1980 haviam estabelecido comissões conjuntas de desenvolvimento e integração de setores estratégicos, nomeadamente, aeronáutica e novas tecnologias) e que a cooperação científica seja um dos objetivos explícitos do Mercosul, as cooperações formais entre os países do bloco começaram a despontar efetivamente apenas nos últimos 15 anos. Trata-se, portanto, de uma cooperação bastante recente que só tomou força quando as instituições acadêmicas e científica assumiram um novo posicionamento para se fortalecerem dentro do âmbito regional e obtiveram mais apoio dos governos nacionais (Marí et. al., 2001).

A restauração dos regimes democráticos aos países do Mercosul, na década de 1980, contribuiu de forma direta e fundamental para que fosse possível iniciar projetos de cooperação científica na região. Por um lado, o processo de democratização tanto permitiu a circulação de investigadores/as entre os países, como também possibilitou o regresso de muitos investigadores/as que haviam sido obrigados/as a deixar os países de origem por motivos de perseguição política (Krawczyk, 2008; Marí et al., 2001). E, por outro lado, uma parte daqueles/as que foram exilados/as durante o regime ditatorial optou por permanecer no país onde se encontrava, mas retomou contato com membros das suas instituições de origem através de colaborações em projetos e do incentivo ao intercâmbio de orientandos/as e orientadores/as de uma instituição para outra. Assim, foi possível dar os primeiros passos para a constituição de um corpo científico internacional qualificado capaz de fortalecer as atividades científicas regionais.

De acordo com Velho (2000), apesar dos esforços anteriores entre alguns países de estabelecerem cooperações científicas e de oficialmente o desenvolvimento de tecnologias e ciência ser uma pauta na agenda do Mercosul, na prática o que se vê é que as instituições, direta ou indiretamente ligadas às atividades de Ciência e Tecnologia – organismos governamentais, universidades, institutos de investigação ou empresas – não vêm a cooperação com os países do bloco como prioritária. Segundo a autora,

os grandes projetos de investigação e as grandes redes de cooperação acontecem ainda, na sua maior parte, com países do Norte, sendo a cooperação regional no Mercosul vista como secundária e de importância relativa. Krawczyk (2008) afirma que claramente no caso do Brasil, o país ainda prioriza celebrar os seus convênios com os países do Norte nas áreas tecnológicas e mesmo nos projetos das áreas sociais opta-se por legitimar a tradição de cooperação com centros do Norte, reproduzindo a lógica da colonialidade do saber, apontada por Mignolo (2010). Embora, neste caso, seja preciso considerar também a existência de maiores financiamentos vindos do Norte, as lógicas das publicações e o grande número de acordos historicamente já firmados com os países do Norte. Neste sentido, deve-se refletir até que ponto não é a própria comunidade científica e acadêmica do Sul que desvaloriza a sua própria produção científica e a criação e disseminação de conhecimento autóctone e localizado.

Marí (2001) ressalta que não há uma política clara direcionada para o fomento de cooperações e acordos intraregionais, sendo a maioria dos acordos entre centros e universidades do Mercosul resultantes do contato pessoal entre investigadores/as, cientistas e empresários/as em congressos, reuniões e encontros, sem contar com um suporte formal das instituições às quais pertencem. De acordo com Corder et al. (2002) as principais atividades de cooperação entre os países do Mercosul que se dão no âmbito institucional referem-se à padronização e à harmonização de normas técnicas e processos e à regulamentação de produtos e processos. Há, portanto, uma lacuna significativa no que diz respeito a diretrizes formalizadas que contribuíam para o fortalecimento de laços científicos entre os países membros. A autora ainda afirma que no que diz respeito à cooperação entre empresas privadas dos diferentes países do bloco a tradição é o estabelecimento de relações quase que exclusivamente comerciais, não havendo, praticamente nenhuma preocupação com desenvolvimento de tecnologias ou transferência de conhecimentos ou competências. E, nos raros casos em que se detetam cooperações entre empresas com esses fins, elas são, via de regra, iniciativas individuais das próprias empresas envolvidas, ou seja, fora do marco institucional das políticas internacionais do Mercosul desenhadas para este fim.

Apesar das dificuldades elencadas acima, há uma série de indicadores que corroboram a ideia de que a cooperação científica entre os países do Mercosul tem forte potencial de desenvolvimento, e que, portanto, deve ser estimulada. De acordo com Marí et. al. (2001) nos últimos dez anos registou-se um intenso crescimento, com destaque fundamental para o Brasil e a Argentina. As iniciativas individuais entre investigadores/as, as redes formais e

informais estabelecidas, os distintos e consolidados programas interregionais de formação de professores são alguns destes indicadores. De acordo com os autores, a cooperação científica entre os países do Mercosul é mais significativa do que se costuma reconhecer normalmente. No caso específico das ciências sociais, o crescimento na participação em congressos regionais e a criação de entidades científicas regionais como a Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM), a Associação Latino Americana de Sociologia (ALAS) e Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP) atestam também a atual intensificação da cooperação mercosulina.

Mais além, Velho (2000) e Corder et. al. (2002) apontam uma característica relevante das cooperações entre os países do Mercosul, mais do que se concentram em áreas de conhecimento específicas, como física, geografia ou engenharia, as relações de cooperação estabelecem-se em torno de uma problemática comum de interesse para as atividades econômicas e políticas dos diferentes países do bloco, como a crise hídrica, produção agropecuária ou agrícola. Este tipo de prática atesta que, apesar das dificuldades e da escassa frequência em que ocorrem, as cooperações entre os distintos países do Mercosul é um potencial a ser desenvolvido. Tanto, há espaços para o estabelecimento de diálogos relevantes para o bloco dentro de uma lógica da CSS, como por vezes problemáticas regionais procuram respostas concertadas entre os diferentes estados (i.e. bacias hidrográficas e o seu aproveitamento). Percebe-se, portanto, que há caminhos possíveis para ações conjuntas entre países membros do Mercosul para resolverem as suas questões regionais a partir do desenvolvimento de tecnologias próprias, sem ter que se subordinar aos países do Norte.

Para além disso, outra experiência de cooperação inovadora entre os membros do bloco que merece ser considerada é a *Asociación de Universidades Grupo Montevideo* (AUGM), uma rede de universidades públicas, autónomas da Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai. A AUGM foi fundada em 1991 com o objetivo de ser um espaço comum, regional de cooperação científica, tecnológica, educativa e cultural. A associação procura contribuir para o fortalecimento e consolidação de uma massa crítica de recursos humanos de alto nível e para a interação de seus membros com a sociedade no seu conjunto, difundindo os avanços do conhecimento, através de programas de mobilidade e cooperação internacional. Ao longo dos anos, cada vez mais, a AUGM se tem fortalecido como uma instância de cooperação científica entre as instituições membros (AUGM, 2015).

Apesar do valor da experiência da AUGM, Krawczyk (2008) aponta o fato de que, tal qual na União Europeia, no Mercosul o processo de integração das universidades tem ocorrido de forma impositiva a

partir das instâncias burocráticas, com ênfase, principalmente na padronização curricular e almejando a empregabilidade e a competitividade. Para a autora, mais do que um processo de integração com fins científicos, trata-se de um processo marcado pelo objetivo de desenvolvimento do mercado regional.

Igualmente cabe pontuar que apesar do rico potencial da colaboração dos países do Mercosul e da sua insipiência, dinâmicas de hierarquias já começam a estabelecer-se. Isto é, a cooperação científica não se dá de forma igualitária entre os distintos países do bloco. Por exemplo, devido à sua importância econômica e demográfica, o Brasil tem centralizado uma parte significativa destes acordos, enquanto a Bolívia tem assumido um papel figurativo (Corder et al., 2002; Krawczyk, 2008).

De acordo com Krawczyk (2008), é importante ressaltar que desde 2001, ainda que de forma embrionária, o Brasil vem direcionando as suas políticas de cooperação científica e tecnológica num marco de abertura a novos mercados e de liderança regional. Neste sentido, o país passou a incentivar, de forma mais forte, programas institucionais de cooperação Sul-Sul nos quais pudesse instituir a sua liderança, ao invés de investir apenas em parceiros mais tradicionais, como França, Alemanha e Estados Unidos. Contudo, nesses “novos” programas de cooperação o Brasil tem-se posicionado de forma hierárquica, reproduzindo tal qual os seus parceiros tradicionais, assimetrias e desigualdades.

Dentre o conjunto das políticas de cooperação internacional, citadas acima, o Brasil vem incentivando principalmente os projetos bilaterais que promovem o fortalecimento de vínculos institucionais entre países da região, seja através de programas bilaterais que financiam projetos conjuntos de pesquisa, de parcerias universitárias e /ou de formação de recursos humanos locais (Krawczyk, 2008: 47).

Por fim, o aumento e intensificação das relações do Brasil com outros países do Sul pode ser o resultado da maior visibilidade dada pelas agências de fomento a este tipo de programa por conta de uma melhor sistematização e organização de ações que já estavam em curso (Morosini, 2011) e de uma política de alargamento e diversificação das parcerias internacionais no seu todo, nas quais a América Latina e outras regiões do Sul, África de Língua Portuguesa sobretudo, resultam atrativas.

Cooperações dentro do Mercosul: Brasil e Argentina

Em relação aos países membros do Mercosul, a cooperação entre Brasil e Argentina é uma das mais consolidada. O Instituto de Pesquisas Espaciais (INEP), o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN), o Centro Técnico de Aeronáutica (CTA) e o Centro Argentino Brasileiro de Biotec-

nologia (CABBIO) são alguns exemplos de centros de investigação criados a partir de cooperações internacionais. Ainda no Centro de Energia Nuclear na Agricultura (CENA) e no Laboratório Nacional de Luz Síncrotron desenvolvem-se alguns projetos em parceria entre instituições dos dois países. Via de regra, o intercâmbio dá-se através de distintas atividades: visitas a universidades, laboratórios, participação em cursos, seminários, reuniões técnico-científicas e desenvolvimento de experiências conjuntas, resultando num número significativo de publicações em comum. Reforça-se assim a ideia de que existe um potencial de atuação entre os dois países a ser aproveitado e que, conseqüentemente, pode ser alargado pelos demais países do bloco (Coder et. al., 2002: 19).

Entre alguns motivos que justificam a cooperação entre Brasil e Argentina elenca-se a proximidade geográfica, o fato de os dois países terem sido colônias de países da península Ibérica (Portugal e Espanha) que partilhavam uma lógica de dominação semelhante e geraram economias fracas semiperiféricas, ambos os países aplicaram políticas de substituição de exportações e viveram processos e anos de ditadura semelhantes, que resultaram numa configuração econômica, política e social relativamente similar, embora com algumas diferenças. Já dentro os obstáculos para a cooperação pode-se destacar a falta de fundos e de incentivo dos Governos dos dois países, a burocracia excessiva que envolve os poucos instrumentos de políticas de cooperação existentes (Marí, 2001) assim como também uma rivalidade histórica.

Os principais campos de cooperação entre os dois países consolidam-se nas áreas estratégicas nuclear e espacial, agropecuária, biotecnologia e projetos de parceria Universitária. Um dos programas mais relevantes chama-se "Programa de Centros Associados de Pós-Graduação Brasil e Argentina" assinado entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Secretaria de Políticas Universitárias da Argentina (SUP) em 2000, no umbral da crise argentina de 2001/2.

Metodologia

Na definição dos objetivos deste estudo exploratório, tal qual Mari et. al. (2001) adotamos o conceito de cooperação científica alargada com base no Manual Frascati (OCDE, 2013) sob a rubrica do conjunto de práticas científica e tecnológicas, que incluem atividades de pesquisa e desenvolvimento, educação e formação científica e tecnológicas, serviços científicos e técnicos e as cooperações acadêmicas entre Universidades.

E ainda que só seja possível retirar algumas reflexões iniciais, consideramos que os documentos analisados constituem-se como uma importante fonte

de dados secundários que oferecem um material empírico relevante de ser analisado, embora exija ser enriquecido com informações de protagonistas (quer dos acordos como na sua implementação) num projeto posterior.

Por fim, esclarece-se que o objetivo deste artigo não é o de avaliar os programas de cooperação entre Brasil e Argentina, mas sim de refletir e discutir sobre as modalidades de cooperação existente entre os dois países e o potencial desta cooperação.

Resultados da análise

O Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Argentina, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Brasil, figuram como algumas das principais agências de fomento de investigação científica e acadêmica da Argentina e do Brasil, respetivamente.

A Argentina montou o seu sistema de pós-graduação e investigação em etapas. O CONICET foi criado em 05 de fevereiro de 1958 com o propósito de ser um organismo acadêmico promotor da investigação científica e tecnológica no país, portanto, um centralizador dos mecanismos de apoio à pesquisa universitária (Klein & Sampaio, 1994). Atualmente, o Conselho integra investigadores/as de todas as áreas disciplinares, promove investigação e desenvolvimento científico e tecnológico em toda Argentina. De entre seus principais objetivos procura fomentar a investigação, almejando o avanço científico e tecnológico, o desenvolvimento da economia e a melhoria da qualidade de vida no país; incentivar o intercâmbio e a cooperação científica dentro do país e no estrangeiro; organizar e financiar institutos, laboratórios e centros de investigação que funcionem em Universidades ou Instituições privadas (CONICET, 2015). É importante ressaltar também que desde 1961 o CONICET já abrigava uma carreira profissional de investigação em ciência e tecnologia, que foi sendo reformulada ao longo dos anos, para os/as investigadores/as associados ao Conselho e outros/as afiliados/as a Universidades.

No Brasil, por sua vez, o sistema de pós-graduação e investigação, desde o início, baseou-se no pluralismo institucional e na especialização funcional, o CNPq e a CAPES tinham funções e áreas de atuação definidas e diferenciadas. Esta diferenciação e descentralização foi reforçada pelo surgimento de fundações estaduais de apoio à pesquisa, como a FAPESP ou a FAPERJ (Klein & Sampaio, 1994). Ao contrário do CONICET, nem o CNPq, nem a CAPES, nem as fundações estaduais de apoio à pesquisa possuem carreira profissional de pesquisadores. O vínculo com essas instituições dá-se através de bolsas de pesquisas concedidas a

membros de grupos de pesquisa das Universidades formalmente recenseadas.

O CNPq foi criado em 1951 e tem como objetivo principal a pesquisa científica e tecnológica e o incentivo à formação de pesquisadores/as brasileiros/as. Ao longo dos anos tem desempenhado um papel fundamental na formulação, implementação e condução das políticas de ciência, tecnologia e inovação, buscando contribuir para "o avanço das fronteiras do conhecimento, o desenvolvimento sustentável e a soberania nacional". É da sua responsabilidade também fomentar o desenvolvimento e a manutenção da pesquisa científica e tecnológica no país, promover a realização de acordos, protocolos, convênios, programas de intercâmbio e transferência de tecnologia, entre entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais (CNPq, 2015).

Já a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), primeiramente, Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, criada em 11 de Julho de 1951 tinha o objetivo de "assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país". Nos dias de hoje, fundamentalmente, ocupa-se da expansão e consolidação da pós-graduação stricto-sensu de todo o país e entre suas linhas de ação pode-se destacar o acesso e a divulgação da produção científica e promoção da cooperação internacional (CAPES, 2015).

A criação das agências de fomento em questão deu-se no final da Segunda Guerra Mundial e pode ser associada a duas razões: por um lado as transformações que acontecem nos vínculos políticos e económicos entre os países da Europa e da América do Sul resultantes da conjuntura do pós guerra e por outro as recomendações defendidas pela Comissão Económica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) para a aplicação do modelo de substituição de importações, ou seja um novo modelo de desenvolvimento económico alicerçado no setor industrial e com critérios seletivos para a importação. Essas duas interpretações podem ser entendidas de maneira complementar, ambas apontam para o entendimento de que as agências de fomento em questão tinham um objetivo muito claro, formar recursos qualificados capazes de acompanhar a expansão dos processos de industrialização, atendendo às exigências do mercado. Nesta lógica, as carreiras tidas como prioritárias eram aquelas diretamente relacionadas com a modernização da economia e do setor industrial, tais como as engenharias, a física e a matemática (Cruz, 2012). Passados mais de meio século da criação destas agências, a ênfase na formação de recursos qualificados para o mercado imediato parece não se ter alterado muito.

Sobre o CONICET Hurtado e Feld (2008) afirmam que a história da instituição está marcada por uma trajetória muito instável, que sofreu bastante com as oscilações políticas e económicas do país, resultado, sobretudo, dos governos civis e militares que se alternaram desde a sua criação. O mesmo se pode dizer em relação ao CAPES e ao CNPq, igualmente, atravessados pelas profundas transformações políticas e económicas desde a sua criação até aos nossos dias. As discontinuidades das políticas de desenvolvimento, ciência e investigação, durante os governos militares e os profundos cortes orçamentais feitos na década de 80, consequência das crises económicas que se alastravam com força pela América Latina, somado à perda de investigadores/as e cientistas com altos níveis de qualificação resultante das perseguições políticas, estagnaram o crescimento das agências e consequentemente das suas ações.

Durante o regime ditatorial, a saída de intelectuais da América do Sul para centros do Norte por conta de perseguições políticas deixou marcas profundas no desenvolvimento científico na região. A fuga de cérebros entre os anos 1960 e 1980 enfraqueceu a produção intelectual e tecnológica e, consequentemente, a economia da região. Devido à repressão e censura ideológica, a ausência de políticas e programas científicos consolidados, a instabilidade das instituições e a intensificação das políticas de atração de cientistas e académicos, empreendidas pelos países do Norte, uma parte significativa da massa crítica da América do Sul viu-se obrigada a deixar o seu país. Esse marcado êxodo científico no sentido Sul-Norte reforçou as desigualdades entre as duas regiões, uma vez que contribuiu para a concentração de conhecimentos nos centros do Norte (Oteiza, 1965; Pellegrino, 2001).

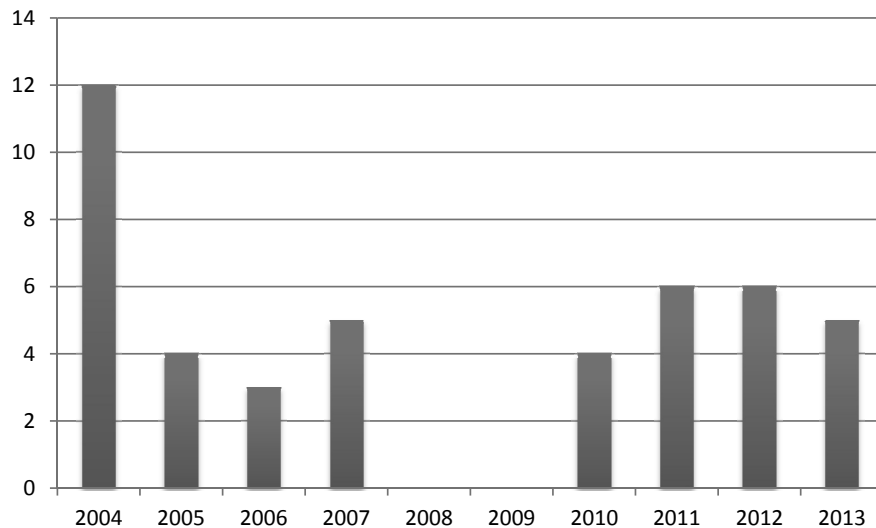
Atualmente, uma resposta empreendida por alguns países do Sul para tentar redimir as consequências negativas resultantes da fuga de cérebros, tanto por perseguições políticas como por desinvestimento científico, tem sido a repatriação ou reincorporação de cientistas que se encontram no estrangeiro através de programas específicos. No caso argentino, o programa RAICES ou *Red de Argentinos Investigadores y Científicos en el Exterior* (Padilla e Ortiz, 2014) já repatriou mais de mil investigadores.

Contudo, apesar dos altos e baixos sofridos é inegável o reconhecimento da importância que estas agências tiveram no desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da investigação em ambos países. Principalmente no que diz respeito a cooperação internacional através de projetos de investigação em colaboração com outras instituições internacionais. Durante um período em que tanto na Argentina como no Brasil os títulos de mestrados e doutoramentos ainda não eram pré-requisitos obrigatórios para a

construção de uma carreira acadêmica, bem como o nível do ensino e da investigação era pautado por outras variáveis, as agências de fomento tiveram um papel importante no que diz respeito ao financiamento para a qualificação no exterior dos seus/suas investigadores/as (Morosini, 2011).

a isso a variada e extensa linguagem que as ciências humanas dispõem ao analisar um fenômeno que acaba por prejudicar a colaboração entre diferentes escolas de pensamento. Igualmente, é preciso ter em consideração que a especialização do conhecimento acerca dos fenômenos sociais também está

Figura 1 ▶ Antecedentes de cooperação CONICET-CNPq¹



Fonte: CONICET, 2015

De acordo com dados fornecidos pelo CONICET (2015) ao longo dos anos de 2004 e 2013, apesar da variação no número de projetos de cooperação científica entre o CONICET e o CNPq (Figura 1), as áreas prioritárias eram as de: tecnologias de informação e comunicação, ciências agropecuárias, tecnologias limpas, recursos renováveis e não renováveis, risco e vulnerabilidade social diante de eventos naturais e ambientais.

O fato de que estes convênios se consolidam primordialmente no âmbito das ciências naturais e das tecnologias, fornece algumas pistas para refletir acerca da influência da lógica neoliberal e das hierarquias epistêmicas na produção científica. Por um lado, os projetos nestas áreas são financiados segundo os interesses comerciais e estratégicos comuns aos dois países, deixando de lado as indagações e curiosidades científicas relacionadas ao conhecimento puro às aspirações morais e culturais e acumulação de experiências intelectuais, sobrevalorizando o conhecimento técnico e aplicado aproximando-se daquilo de Krawczyk (2008) denomina capitalismo científico. Por outro lado, os ditos "problemas de foro social" podem ser lidos desde distintas perspectivas com justificativas variadas dificultando uma definição comum do "problema" e, conseqüentemente, a planificação de uma intervenção conjunta. Soma-se

atravessada por lógicas territoriais e nacionalistas que, não raramente, não dialogam em entre si uma vez que partem de pressupostos de análise e de intervenção distintos baseados nas conjunturas econômicas, políticas e sociais locais, dificultando ainda mais as ações de cooperação internacionais.

Considerações finais

O crescimento dos acordos de cooperação científica internacional, incluindo aqueles de caráter CSS, pode ser entendido como uma tendência resultante dos processos de globalização, enquadrando-se nas práticas de internacionalização da ciência em seus diferentes níveis: investigação, ensino e transferência de tecnologia. Países, regiões e blocos de integração (i.e. Mercosul, UE) podem beneficiar-se de formas diferenciadas destes tipos de acordos, aplicando estratégias alternativas aos modelos de cooperação mais tradicionais que promovem o crescimento econômico e desenvolvimento social a partir do avanço da ciência. Neste sentido, a cooperação científica, especialmente dentro da lógica da CSS, é percebida como uma organização horizontalizada, permitindo a construção de uma ciência e de um conhecimento científico que respondam melhor às necessidades locais e que surgem de

interesses comuns ou complementares em áreas afins. Ademais, ainda que a CSS deva ser analisada com cautela, ela pode, igualmente, ser considerada uma ferramenta estratégica para a consolidação de blocos de cooperação e fortalecimento dos sistemas científicos dos Estados envolvidos.

Os casos de cooperação científica entre Brasil e Argentina ilustram um exemplo relativamente bem sucedido de CSS. Ao longo dos anos, apesar das dificuldades econômicas e políticas que os dois países atravessaram, diversos esforços têm sido empreendidos no sentido de fortalecer atividades de investigação e docência envolvendo instituições brasileiras e argentinas. Embora nem todas as parcerias tenham atingido os resultados esperados, é inegável reconhecer os benefícios que trouxeram para ambos os países e para o desenvolvimento regional.

Historicamente, Brasil e Argentina competiram pelo protagonismo político e econômico na América do Sul, os acordos de cooperação científica têm promovido uma maior integração entre os dois países em áreas estratégicas para o contexto local e regional, ao mesmo tempo que, apesar de incipiente, têm permitido uma maior autonomia das suas instituições em relação àquelas dos países do Norte.

Contudo, a despeito de se mostrar como uma alternativa viável e benéfica para os dois países é importante questionar até que ponto estes acordos de cooperação científica promovem realmente uma política de formação e produção de uma ciência regional, capaz de mobilizar compromissos e alianças regionais sólidas que provoquem um impacto significativo no desenvolvimento científico, tecnológico e das políticas públicas e que contribuam para a independência da região em relação aos conhecimentos e tecnologias vindas do Norte. Ou, se na prática, não passam de ações individualizadas de cada centro que aparecem montadas como peças de um quebra cabeças em artigos internacionais, relatórios ou em apresentações em eventos.

Notas

¹ Nos anos de 2008 e 2009 nenhum novo convênio foi firmado entre as duas agências.

Referências bibliográficas

- AUGM, L. A. de U. G. M. (2015), Institucional | Grupo Montevideo. Retrieved from <http://grupomon-tevideo.org/sitio/institucional/> Acessado em: 06/07/2015.
- CAPES, C. de A. de P. de N. S. (2015), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Retrieved from <http://www.capes.gov.br> Acessado em: 06/07/2015.
- CNPq, C. N. de D. C. e T. (2015), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Retrieved from <http://www.cnpq.br/> Acessado em: 20/05/2015.
- CONICET, C. N. de I. C. y T. (2015), CONICET - Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas. Retrieved from <http://www.conicet.gov.ar/> Acessado em: 16/05/2015.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). http://www.cepal.org/pses33/noticias/paginas/1/38821/2010-166-SES-3311_Cooperacion_internacional_en_el_nuevo_contexto_mundial.pdf Acessado em: 13/12/2015.
- CORDER, S., Costa, M., Gomes, E., & Velho, P. (2002), Mercosur: cooperación en ciencia y tecnología, *Nueva Antropología*, XVIII, pp. 9-30.
- CREUS, N. (2014), Una historia de idas y vueltas: los dilemas de la cooperación entre Argentina y Brasil, in G. Lechini (Ed.), *La cooperación sur-sur en las políticas exteriores de Argentina y Brasil en el siglo XXI*, Rosario, UNR, pp. 61-73.
- CRUZ, R. (2012), Se a CAPES somos nós, quem somos nós? A pós-graduação brasileira em busca de uma identidade. Retrieved from http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Gloria/2012/1s/ATT109.pdf Acessado em: 13/12/2015.
- DEDJIER, S. (1971), Primeras migraciones, in *El drenaje de talentos*, Buenos Aires, Paidós.
- DOMINGUES, A., & Costa, M. da C. (2013), As políticas públicas de cooperação internacional em C&T: uma análise particular. *Teoria&pesquisa – Revista de Ciência Política*, 22 (1), pp. 91-101.
- HURTADO, D., & Feld, A. (2008), Los avatares de la ciencia, *Nómada*, 12, pp. 3-7.
- KIM, T. (2009), Shifting patterns of transnational academic mobility: a comparative and historical approach, *Comparative Education*, 45 (3), pp. 387-403.
- KLEIN, L., & Sampaio, H. (1994), Políticas de ensino superior na América Latina – uma análise comparada, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24, pp. 85-109.
- KRAWCZYK, N. (2008), As Políticas de Internacionalização das Universidades no Brasil: o caso da regionalização no Mercosul1, *Jornal de Políticas Educaionais*, 4, pp. 41-52.
- LECHINI, G. (2014), *La cooperación sur-sur en las políticas exteriores de Argentina y Brasil en el siglo XXI*, Rosario, UNR.
- MARÍ, M., Estebanez, M. E., & Suárez, D. (2001), La cooperación en ciencia y tecnología de Argentina con los países del Mercosur, *Redes*, 8 (17), pp. 59-82.
- MIGNOLO, W. (2003a), Globalization and geopolitics of knowledge: the role of the humanities in the corporate universit, *Neplanta: Views from Sotuh*, 4 (1), pp. 97-119.
- MIGNOLO, W. (2003b), Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica, in B. Santos (Ed.), *Conhecimento prudente*

- para uma vida decente: "Um discurso sobre as ciências" revisitado* (631st-672nd ed.), Porto, Afrontamento.
- MIGNOLO, W. (2010), Epistemic Disobedience, Independent Thought and Decolonial Freedom, *Theory, Culture & Society*, 26 (7-8), pp. 159-181.
- MOROSINI, M. C. (2011), Internacionalização na produção de conhecimento em IES Brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal, *Educação Em Revista*, 27 (1), pp. 93-112.
- OCDE, O. de C. e D. E. (2013), *Manual de Frascati 2002 Mediação de atividades científicas e tecnológicas – Tipo de metodologia proposta para levantamentos sobre pesquisa e desenvolvimento experimental*, Paris, França.
- OTEIZA, E. (1965), La emigración de ingenieros argentinos dentro del contexto de las migraciones internacionales: un caso de brain drain latinoamericano, *Revista Internacional Del Trabajo*, 72 (6).
- PADILLA, Beatriz and Ortiz, Alejandra (2014), "Transnational Citizenship: Latin Americans, in Portugal / Ciudadanía transnacional: latinoamericanos en Portugal", *Revista CIDOB d' Afers Internacionals*, Nº 106/107, pp. 30-59.
- PELLEGRINO, A. (2001), Drenaje, movilidad, circulación: nuevas modalidades de la migración cualificada, *Nota de Población*, (73), pp. 129-162.
- REMOTTI, L., Damvakeraki, T., Ploder, M., & Sterner, C. (2014), *International Science and Technology Cooperation in the EU's 7th Framework Programme: the specific programme "Cooperation" and its thematic areas*, Bruxelas, European Comission.
- VANZ, S. A. de S., & Stumpf, I. R. C. (2010), Colaboração científica: revisão teórico conceitual, *Perspectivas Em Ciência Da Informação*, 15 (2), pp. 42-55.
- REUNIÃO ESPECIALIZADA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MERCOSUL (RECYT) (2015), Programa Quadro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Mercosul (2015-2019). http://www.recyt.mincyt.gov.ar/files/ProgramaMarco/Programa_Marco_CTI_2015-19.pdf Acessado em: 06/12/2015.
- SECRETARÍA GENERAL IBEROAMERICANA (SEGIB) (2008), "Segundo informe de la cooperación Sur-Sur en Iberoamérica", Estudios SEGIB, Nº 3. [en línea]. http://www.segib.org/documentos/esp/sur_sur_web_ES.PDF. Acessado em: 06/12/2015.
- VELHO, L. (2000), Redes regionales de cooperación en CYT y el mercosur, *Redes*, 15 (7), pp. 112-130.
- XALMA, C. (2012), *Report on South-South Cooperation in Ibero-America 2012*, Madrid, Secretaría General Iberoamericana.
- XALMA, Cristina (2013), "Generando Indicadores para la Cooperación Sur-Sur, Una mirada al trabajo realizado desde el Programa Iberoamericano para el Fortalecimiento de la Cooperación Sur-Sur", Documento de trabajo Nº 4.

Recebido a 05/10/2015. Aceite para publicação a 05/12/2015.

Thais França (thaisfrancas@gmail.com). Universidade do Minho, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, CICS. NOVA (Polo UMinho). Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal.
 Beatriz Padilla (padilla.beatriz@gmail.com). Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL) & Universidade Nova de Lisboa, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA). CIES-IUL, Ed. ISCTE, Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal.



Relatos de Experiência



MOBILIDADE CIENTÍFICA: DO PONTO DE VISTA DE UMA MEXICANA EM MOVIMENTO

María del Carmen Castillo Cisneros

■ Departamento de Antropología Social, Instituto Nacional de Antropología e Historia, Centro INAH-Oaxaca

Soy antropóloga social, nacida en la ciudad de Puebla, México. Por parte de mi madre soy la tercera generación nacida en dicha ciudad y por parte de mi padre parece ser que la quinta si no es que más. Por lo visto a mi familia le gusta su lugar de origen y permanecer en él. Me crié ahí, estudié quince años en el mismo colegio desde el preescolar hasta la preparatoria y luego estudié Antropología Cultural en la Universidad de las Américas Puebla (UDLAP). Todo en la misma ciudad de provincia y todo iba por ese camino de permanencia, hasta que el trabajo etnográfico se cruzó en mi vida y mi brújula viró hacia Oaxaca, el estado vecino del sur.

En un Congreso de la Sociedad Mexicana de Antropología (SMA), la entonces jefa de departamento de mi facultad, la Dra. Gabriela Uruñuela me presentó a la Dra. Alicia Barabas y al Dr. Miguel Bartolomé, una pareja de antropólogos argentinos, profesores-investigadores del Instituto Nacional de Antropología e Historia (INAH) adscritos al Centro Regional Oaxaca. Me dijo: "ellos hacen etnografía de verdad" y desde ese día me invitaron a colaborar en un proyecto que coordinaban a nivel nacional. Envié mi curriculum a la Dra. Uruñuela, quien quería dar el visto bueno antes de enviarlo y, sin miramientos, borró casi todo, dejando a lo mucho, mi nombre y dos o tres actividades. Viendo mi ingenuidad me explicó que si no había participado con ponencias en los congresos o seminarios, su validez era nula.

Me percaté entonces que había que participar, hacer conexiones, conocer más gente, moverse. Era 2001 cuando me fui a trabajar a Oaxaca como ayudante de investigación, sin paga alguna, solo recibía viáticos con los cuales me sentía triunfante. Comenzó mi movilidad, no por un *erasmus* en el extranjero, ni viajando en *interrail* para conocer toda Europa o como *au pair* en Estados Unidos o Francia cuidando niños (todo ello también hubiera estado bien sin duda). Mi movilidad fue al interior de mi propio país, en uno solo de sus estados, recorriendo casi todas las cabeceras de distrito que conforman Oaxaca y visitando las ocho regiones en que se divide. Quedé maravillada, no solamente por el hecho de moverme y conocer diferentes pueblos sino por la diversidad cultural de la que fui testigo y

que me rebasó. Desde entonces, nunca más me fue ajena. De paso, me fui formando como etnógrafa, en el terreno mismo, fuera de las aulas, siguiendo el legado de Bartolomé (2003:216) de que "las teorías pasan pero las etnografías permanecen".

Un año después me mudé a un pueblo cerca de la costa oaxaqueña, para hacer el trabajo de campo de lo que conformaría mi tesis de licenciatura, una etnografía sobre el pueblo tacuate. Este pueblo, es uno de los 16 pueblos indígenas originarios del estado de Oaxaca. Viví en la comunidad de Santa María Zacatepec por espacio de un año, experimentando de primera mano que, "la etnografía es una tradición porque envuelve a la persona entera. Salir, hablar con la gente en un contexto cara a cara implica ser humano de una manera holística y la intersubjetividad es algo que solo puede pasar a los humanos en plenitud". (Pina-Cabral, 2011: 391).

Se trataba de una movilidad con mis conacionales; mestizos e indígenas, mexicanos igual que yo, pero cuya realidad era tan diferente a la mía como si me hubiera insertado en un pueblo de Islandia. Hoy veo que a partir de experiencias como esta comencé a ver lo diverso con otros ojos y a tratar de comprender su existencia aún con mis propias limitantes.

Luego me mudé a la ciudad de Oaxaca, lugar donde he residido los últimos años. Recorriendo, conociendo, haciendo trabajo de campo y enseñando en diferentes partes del estado. Hace diez años fui a mi primer ICA (*International Congress of Anthropology*) en Sevilla donde hablé de migración y cambios en el sistema normativo interno de la comunidad de San Francisco Cajonos en la Sierra Norte de Oaxaca. A ese congreso le han seguido muchos de carácter nacional e internacional, así como participaciones en seminarios, talleres, conferencias y estancias académicas en universidades de Europa. De hecho, regresé a Sevilla en Otoño de 2014 como parte de los intercambios académicos del Proyecto *Multilevel governance of cultural Diversity in a comparative perspective: EU-Latin America* financiado por AMC (Actions Marie Curie) de la Comisión Europea del cual formo parte y que este año me tiene colaborando académicamente en una estancia con la Universidad de Lisboa.

Entre 2008 y 2014 estudié la maestría en Etnografía y Antropología y el Doctorado en Estudios avanzados en Antropología Social en la Universidad de Barcelona. Me moví otra vez, ahora si fuera de mi país y por un tiempo largo. Fue un camino muy interesante y de muchos contrastes en aprendizaje. Idas y vueltas para hacer trabajo de campo en México me permitían mantener un pie en Europa y otro en mi país de origen. Esto debido a mi interés por continuar haciendo antropología en México pero haciendo estudios en Europa y también por aquello de lo que llaman "amores en tiempos de Ryanair" que atravesamos los que alguna vez hemos tenido el status de LAT (*living apart together*) por algunos años. Al final, me las ingenié para estar aquí y allá, haciéndome la vida más difícil o no, siendo extranjera con todo lo que ello implica (visados, permisos de residencia, trámites, gestiones, pago de tasas) pero participando en un grupo de investigación dentro de la Universidad de Barcelona que me ofreció contactos y experiencias de jornadas académicas con antropólogos de diferentes Universidades. Al mismo tiempo mantuve lazos con investigadores del Centro INAH de Oaxaca, del que nunca me desligué completamente. Vale la pena mencionar que fui becada por el CONACYT, (Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología) y mi situación en comparación con otros compañeros tanto europeos como de otros lugares de América Latina fue bastante privilegiada.

Mientras hacía el doctorado me invitaron a participar en un proyecto educativo en la Sierra Norte de Oaxaca en una comunidad mixe. Se trataba de la apertura de una Universidad en un contexto comunitario. Así que me incorporé como profesora de la materia Métodos Etnográficos dentro de la Licenciatura en Educación Media Superior Comunitaria con un perfil intercultural. Mi movilidad científica, era a una comunidad, pero ahora con el papel de maestra, un trabajo (muy poco remunerado) y con muchas carencias. Los primeros meses no tuvimos pizarrones, así que improvisamos con las ventanas de las aulas, teníamos el ímpetu de comenzar con el proyecto.

Fue así que durante un año, mis movimientos académicos se repartieron entre la ciudad de Oaxaca, la comunidad de Alotepec y Barcelona. Teniendo lo mejor y también lo no tan bueno que existe detrás de todo lugar. Cada uno son mundos con sus propios códigos culturales, múltiples lecturas y diversidades al interior.

Lo cierto es que en la movilidad uno se adapta, conoce, interactúa y se divierte pero también vives momentos de desesperación, incertidumbre, añoranza. Lo que quiero decir aquí, es que para mí han sido igualmente satisfactorios y contrastantes los desplazamientos a culturas ajenas a la mía y que en todos los casos los considero experiencias académicas que van aportando elementos muy valiosos

en mi formación profesional. Antes de terminar el doctorado, obtuve una plaza de investigación científica en el INAH y por ello es que finqué mi residencia en México, sin que ello signifique el término de movibilidades, por el contrario, los proyectos para intercambiar experiencias espero crezcan y se consoliden en un futuro cercano.

¿Qué me ha dado Europa?

Evidentemente aprendizajes de múltiple índole, tanto académicos como personales; de arte a través de la visitas a espacios culturales, museos, exposiciones, etc. También conocí otras maneras de utilizar y habitar los espacios públicos, de relacionarse y de entender las ciudades. Me enfrenté a otro tipo de academia, otras burocracias, otros códigos. Conocí amigos que se volvieron mi familia. Pero también vivir fuera de mi país de origen me mostró que ser extranjero cansa, que existen desventajas, que al final, eres de otro lugar. Y no necesariamente se tiene que vivir en carne propia para saberlo. Como siempre he dicho, en términos de inequidad, Europa está muy cerca de México, pero México está muy lejos de Europa. Esto es una verdad para América en general. Los americanos (y con ello me refiero a los habitantes de todo el continente), de alguna u otra manera tenemos referencias de Europa, información, conocimiento, dicho en otras palabras, en promedio, nos mantenemos bastante al tanto. En dirección contraria, uno se sorprende al ver lo poco que se sabe de un basto y pluricultural continente que está cruzando el charco.

¿Qué me ha dado vivir en comunidades indígenas de México?

Muchísimo. Me ha mostrado las varias caras del país donde nací y con ello las infinitas maneras de estar en el mundo y concebirlo. También me ha dado conocimiento de diversas temáticas. Si bien no me he formado académicamente en las comunidades, he recibido de sus habitantes lecciones, conceptos y también reclamos sobre lo que "los antropólogos" decimos, creemos y reproducimos equívocamente o sin cuestionar y ello me parece es una gran aportación en términos de mi disciplina y en el campo del diálogo intercultural. Asimismo, he tenido acercamiento a otras teorías de conocimiento igualmente fundadas, veraces y sustentadas como las de Occidente y que no han sido reconocidas como tales. Comidas, costumbres, intercambios, amigos, familia. Aprendí también a ser "el otro", a que por más convivencia y empatía que pueda llegar a tener con los habitantes de un pueblo también existe un sentimiento de no pertenencia; distinto al que implica no compartir nacionalidad, pero siempre presente.

Es así que para mí, los frutos de ambas movibilidades son igualmente ricos

Al ser extranjera en otras latitudes, entendí mejor la migración como fenómeno social y dentro de ella, observé como la población indígena de mi

país es tratada como una ciudadanía de segunda categoría al igual que muchos migrantes son tratados en el extranjero. Solo que en nuestro caso, dicha población, que además ha querido ser invisibilizada, se vuelven extranjeros en su propio país (en términos de desigualdad, exclusión, clasismo).

Muchos más detalles podría enumerar, como las diferencias entre ser un académico extranjero, un académico indígena o un académico "asecas" solo porque ejerces en tu país de origen siendo mestizo (en el caso de México) y eso no implica añadir etiquetas extras. Las clasificaciones, las categorías, las exclusiones sociales, se hacen evidentes en el contexto de movilidad y los científicos no escapamos de ello.

Sin embargo, como antropóloga social creo que la movilidad es una fortaleza y en mi caso tanto la que he realizado al interior de mi país como al extranjero me llevan a pensar en el ejercicio de "una etnicidad" y cómo esta, es un motor político que forma parte de nuestra realidad como seres sociales. Ser extranjero significa muchas cosas, ya el término es multivocálico. Entre otras, significa vivir en una constante explicación. Dar cuenta de tu país repetidamente, como si de él, lo supieras todo y de todo fueras un experto. Es fácil perderte y viniendo de un país como México que da tanto de qué hablar, el asunto se agudiza. Ser extranjero, exige la mayoría de las veces un posicionamiento. Y no solamente cuando de partidos de fútbol se trata, sino de acontecimientos sociales, movimientos políticos, sistemas económicos, decisiones de gobierno.

¿Cómo abordar el #yosoy132, Ayotzinapa, la tragedia de la guardería ABC, el crimen organizado, el narcotráfico o hablar de la justicia en tiempos de la normalización de la violencia con mis colegas, alumnos o amigos de otros países? O ¿cómo explicar el México desigual, los estereotipos sociales, los efectos del colonialismo, el clasismo y muchos más *ismos* que son parte de nuestro cotidiano?

Esto me lleva a pensar que la movilidad nos hace ser móviles de muchas otras cosas y, no debemos olvidar que nuestro discurso puede tener

un peso político. La movilidad científica implica por tanto, una responsabilidad político-social que debemos asumir.

Celebro la movilidad en todas direcciones, hacia el sobrevalorado "ideal mundo occidental", que reproduce el "quédate por ahí", "ahí todo es mejor" y la movilidad al interior de la realidad y diversidad de nuestros propios países (un abanico que va más allá de los pueblos indígenas en toda América), que no por ser diferente, no merece la pena.

La movilidad es parte de nuestra condición como humanos y parafraseando a Latour (2007) es evidente que "nunca fuimos modernos", nos movemos desde que existimos como especie. Independientemente de si una migración es por estudios, laboral, por amor o porque no hay de otra... todos nos movemos. Algunas movilidades nos colocan en situaciones privilegiadas y otras en situaciones de precariedad; esto indiscutiblemente es digno de atención. Como científicos sociales nos corresponde avocarnos al conocimiento de su *praxis*, causas y efectos.

Dicen por ahí, que hablando se entiende la gente. Soy partidaria del diálogo intercultural y creo, tal vez ingenuamente, que algún día, existirá uno en igualdad de condiciones, sean cuales sean las culturas que se pongan en ello. Pero, si por el momento con el habla no lo hemos logrado, espero que moviéndonos (con todo lo que ello implica) logremos tolerarnos y comprendernos no solamente como paisanos, compatriotas o colegas; sino como parte de lo que siempre compartiremos: la condición de ser humanos.

Referencias bibliográficas

- BARTOLOMÉ, M. (2003), "En defensa de la etnografía. El papel contemporáneo de la investigación intercultural", *Revista de Antropología Social*, 12, pp. 199-222.
- LATOUR, B. (2007), *Nunca fuimos modernos. Ensayo de antropología simétrica*, Argentina, Siglo Veintiuno editores.
- PINA-CABRAL, J. (2011), "Ethnography as tradition in Africa", *Etnográfica*, 15 (2), pp. 379-407.

Recebido a 30/10/2015. Aceite para publicação a 30/11/2015.

María del Carmen Castillo Cisneros (carmen_castillo@inah.gob.mx). Departamento de Antropología Social, Instituto Nacional de Antropología e Historia, Centro INAH-Oaxaca. Pino Suárez 715 Centro, 68000 Oaxaca, Oaxaca, Mexico.



LA MOVILIDAD SOCIAL Y GEOGRÁFICA DE LAS MUJERES DE CIENCIA

Gabriela de la Peña Astorga

■ Universidad Autónoma de Coahuila, Facultad de Ciencias de la Comunicación

Me llamo Gabriela de la Peña Astorga y tengo 43 años. Soy profesora investigadora de tiempo completo en la Facultad de Ciencias de la Comunicación de la Universidad Autónoma de Coahuila; resido en la ciudad de Saltillo, Coahuila, México. Me dedico a la investigación, a la docencia y a la acción social orientadas al desarrollo participativo y equitativo de mi entorno, que es complejo y plural como no puede dejar de serlo cualquier sociedad contemporánea. Me considero parte de una generación de científicas sociales mexicanas caracterizadas por hacer camino en la ciencia bajo las condiciones que más adelante explicaré.

Me han invitado a preparar para este número de *Forum Sociológico*, un testimonio de mi experiencia de movilidad como mujer de ciencia. Lo hago a continuación rescatando algunas reflexiones que he realizado a lo largo de estos veinte años de construcción de identidad profesional, que, como estoy segura de que le ha sucedido a las mujeres que han abrazado a la ciencia como un llamado ineludible a lo largo de todos los tiempos, es para mí una actividad permanente y constituye la "doble reflexividad" (de investigadora y de mujer) de la que hablan tan amplia y profundamente mis colegas y amigas en Portugal, Beatriz Padilla y Thais França.

Van entonces estas líneas a continuación, en un formato de escritura que agradezco se me haya permitido utilizar de forma menos rígida que las normas a las que tenemos que ceñirnos los investigadores -hombres y mujeres- cada vez que entregamos públicamente el resultado de nuestro trabajo. Sin afán de protagonismo, intentaré deconstruir las condiciones bajo las que hoy puedo dedicarme de "tiempo completo" (el título de mi contrato laboral) a la formación de otros y otras, y a la curiosidad sistematizada con "la ley a mi favor" (Parcialmente. Me refiero a la conquista de las mujeres por tener acceso a la educación universitaria y a la contratación como profesoras investigadoras; aunque aún queda un largo camino por recorrer en este campo para las actuales y futuras generaciones). Pido de antemano una disculpa por la omisión que sin duda haré de la situación de otras mujeres de ciencia en el mundo, pero también sé que los lectores de este testimonio podrán identificarse con algunas de las reflexiones que aquí verteré: ninguna persona es

una isla, y las condiciones estructurales de desequilibrio, desafortunadamente, son casi siempre las mismas para casi todos en una época determinada de nuestra historia.

Llegar a la universidad, primera movilidad geográfica y social

En México, según datos de la OCDE (2014) el año 2014, sólo un 30% de los jóvenes de 20 años se encuentran matriculados como estudiantes en algún plantel del sistema universitario en México. De ellos, el 49.35% son mujeres (INEGI, 2014). En el año 1989, cuando inicié mis estudios de licenciatura, a nivel nacional la razón entre mujeres y hombres que ingresaban a la universidad era de .749 mujeres. Para el estado de Coahuila, era de .755 (INEGI, 2015). Casi el 50% de dichos jóvenes, éramos y son mujeres, lo que constituye un primer dato esperanzador para la equidad de género en materia de acceso a la educación superior; razón por la cual apoyo las políticas de cuota en ésta y otras áreas de desarrollo y representatividad para cualquier sociedad. No obstante estos porcentajes, entre hombres y mujeres la elección de carrera se ve permeada por otras condiciones, no siempre visibles y no siempre conscientes para unos y otros. "Estudia comunicación, es una carrera muy bonita para ti como mujer", me dijo mi padre con toda la honestidad y el amor de su corazón. Afortunadamente, dicha sugerencia estuvo en consonancia con lo que yo deseaba para mi futuro profesional. Afortunadamente, yo provenía de una familia que consideró importante mi formación escolar desde la infancia y que se había hecho cargo del gasto económico y de los recursos necesarios para que yo pudiera culminar mi educación básica y media superior. Afortunadamente, pude elegir matricularme en una institución de educación superior en una ciudad cercana a la mía, para cumplir el anhelo que muchas niñas tienen desde pequeñas: mudarme de ciudad, dejar el nido familiar, construir una biografía llena de experiencias de lo más diversas. Afortunadamente. No ha sido así ni sigue siendo de esta forma para las 3, 860 000 jóvenes mexicanas de 15 a 19 años de edad (el 70% de ellas) que para el año 2013 no ingresaron al sistema universitario (INMUJERES, 2014).

Elegir a la(s) ciencia(s) social(es) como camino profesional, segunda movilidad geográfica y social

Era mi penúltimo semestre en la licenciatura. Había ya explorado varios campos profesionales de la carrera de comunicación. El primer doctor en comunicación de masas que arribaba a mi facultad, recién graduado de una universidad extranjera¹, me mostraba algo que yo vislumbré como “lo mío”, una aproximación que integraba los saberes y las prácticas a las que, sin saber que podía existir un camino profesional para ello, siempre había querido dedicarme. Movilidad para mí, era entonces, llevar y traer saberes y metodologías a otras, muchas, partes del mundo y de mi entorno; una vida dedicada exclusivamente, con permiso y con facilidades de crecimiento laboral, a la INVESTIGACIÓN (trato de reproducir la fascinación que esta palabra despertó en mi persona a los 21 años de edad). Por ello, y como resultado de los trabajos que después he realizado en el campo de la educomunicación, propongo de manera tan insistente una investigación-acción participativa que incluya como herramienta de acción y como aproximación teórica al Aprendizaje por Modelamiento, de Albert Bandura (1982). ¿Había camino para las mujeres en esta actividad? El acercamiento a las asociaciones profesionales de investigadores en México, así como la revisión de literatura científica hecha por mujeres, me indicaba que sí. ¿Era posible para mí llegar a ser una investigadora social? Posible, sí. Fácil, no. Para el año 1990, sólo el 21% de los investigadores registrados en el SNI², eran mujeres. Para 1998, esta cifra aumentó al 28%, aunque para el año 2000 se redujo este porcentaje y aumentó el de la participación de los hombres en comparación con la de las mujeres (Pérez Sedeño y otros, 2006). También para 1994, las mujeres inscritas en algún programa de posgrado representaban el 37.4% de los estudiantes de este nivel educativo en el país (INEGI, 2015). Estudié la Maestría en Ciencias con especialidad en Comunicación Internacional (1994-1997) con la esperanza de cumplir con los requisitos laborales que se me solicitaban para entrar a un salón de clase como maestra, para poder recibir un sueldo como investigadora e iniciar la larga y tortuosa carrera (según escuchaba decir a mis profesores –en su mayoría hombres- y profesoras) de convertirme en una persona de ciencia (nunca a nadie le escuché decir “mujer de ciencia”, ni entonces ni después). Mi beca consistía en laborar parcialmente en el área de relaciones públicas del Tecnológico de Monterrey y cursar la maestría al mismo tiempo (y atender casa y matrimonio). Terminado el posgrado, pude ingresar a un aula como profesora. Renuncié a mi trabajo como coordinadora de comunicación escrita en la Universidad Virtual de la misma institución (después de dar todas las explicaciones correspon-

dientes por estar rechazando un trabajo “estable” para aventurarme desde cero en otro) y descubrí que para poder tener un puesto de trabajo en ello, de tiempo completo, era necesario realizar un doctorado. Siguiendo parada: Universidad de Barcelona, Doctorado en Antropología Social y Cultural. ¿Beca de doctorado? No había elegido un programa que fuera parte de las prioridades de desarrollo del país; tampoco era profesora de planta (contrato fijo), que era un requisito para recibir apoyo de la universidad en la cual laboraba. Ya en España en el año 2000, que “seguía empeñada en estudiar el programa que ya me habían dicho que no era prioritario para México y para las agencias de cooperación internacional en ese momento” (a pesar de mis notas sobresalientes como estudiante en la UB y de las sentidas cartas de recomendación elaboradas por mis profesores de éste y del anterior programa de posgrado), fue la razón que me dieron para negarme nuevamente una beca como estudiante mexicana en el extranjero; con otras palabras, ésta fue la misma respuesta que recibí de otras instituciones de apoyo a estudiantes de doctorado (una beca para mujeres, entonces, ¡ni soñar! Simplemente, no existían). Trabajar y estudiar, y recibir el apoyo económico que mi familia podía ofrecerme a la distancia, fue para mí, como para muchos estudiantes de doctorado nacionales y extranjeros, una realidad que por compromiso moral, considero profundamente en el abordaje de los problemas de investigación-acción y en las gestiones académicas que ahora realizo; y que, sin duda, me llevaron a elegir las líneas de investigación en las que hoy desarrollo mi trabajo.

Participar en redes científicas internacionales, tercera movilidad geográfica y social

¿Qué hace posible la movilidad internacional de las mujeres de ciencia? La respuesta podría componerse de múltiples factores. Desde mi punto de vista, el primero es haber superado las dos movibilidades a las que hago referencia más arriba; que se dicen rápido, pero cuya meta conlleva para toda mujer establecer estrategias en el terreno para crecer en medio de grandes y cotidianas condiciones adversas, y que por falta de espacio, resulta imposible mencionar aquí. El segundo, tiene que ver con la visibilidad de su trabajo, exigencia establecida como indicador en la evaluación de su producción científica y, como podemos observar a través de los datos proporcionados sobre el ejercicio de la ciencia como profesión en México, tampoco constituye un campo favorecedor o equitativo para ellas (nosotras). Considero que esta tercera movilidad (conquista de, en realidad) consiste en, finalmente, poder ser puentes entre y constructoras con otros (nunca solas, eso lo hemos aprendido bien: nada se logra negando la solidaridad

con otras vulnerabilidades; a nivel local, nacional o internacional) de conocimientos y experiencias que han nacido de una niña que imaginaba un mundo diferente en el cual ella pudiera desarrollarse (no me refiero – sólo – a mí misma, sino a los millones de niñas en el mundo que se supieron y se saben desposeídas de unos derechos cuyo ejercicio debería ser equitativo y que les es negado por una irracional lógica patriarcal – una locura institucionalizada – que les resulta incomprensible desde su pura capacidad intelectual y desde el enorme potencial que en ellas mismas reconocen).

Los estudios y las acciones de género, cuarta movilidad social y geográfica

Tampoco se crea que elegir como línea de investigación y de acción a los estudios de género, es tarea fácil o consecuencia natural para todas las mujeres de ciencia. En el camino de construir su propia propuesta para abordar los problemas científicos, sean sobre mujeres o no, las académicas han tenido que madurar cuestiones relacionadas con su propia identidad como miembros de una sociedad determinada, revisar su propia biografía, cuestionarse la condición de género bajo la que han construido su trayectoria científica, construir un papel particular en la identidad de la profesión que eligieron, sin perder de vista que han sido parte de pequeño porcentaje de sus congéneres que pudo tener acceso a una educación de posgrado y a un reconocimiento por su trabajo académico; y decidir cómo y sobre qué investigar considerando todo lo anterior. No obstante dicha revisión, de la que se podría pensar que la consecuencia automática es que las mujeres de ciencia tengan como prioridad dedicarse al estudio de la falta de equidad de género y abocarse a encontrar sus soluciones, las actuales condiciones de producción científica a nivel mundial, imposibilitan en muchos casos que esto sea así; no es así ni por la violación a la libertad que significaría imponer una línea de investigación a cualquier científica desde ninguna perspectiva hegemónica – así fuera la constituida por una ideología femenina – ni porque se encuentren en ambientes libres de prejuicios contra el trabajo científico de, con y para las mujeres de su entorno y de otros contextos. Por ello, considero que una cuarta movilidad social y geográfica, es aquella que se deriva de la decisión y de las estrategias establecidas por las mujeres de ciencia, para incluir en su trabajo de investigación y de acción social a una perspectiva de género aplicada a los temas de su interés.

Cuatro movilidades sociales y geográficas que pueden considerarse, hoy por hoy, cuatro conquistas de las mujeres de ciencia.

Por cierto, tengo como hábito no colgar etiquetas a ningún grupo social o persona, pero me parece que esta de “mujer de ciencia” para mis colegas científicas, representa por mi parte un reconocimiento a su trayectoria, una contestación al tradicional modelo patriarcal de la actividad científica que sigue operando mayormente en todos los países, y un abrazo solidario a las mujeres que hoy, a pesar de todo, siguen eligiendo a la ciencia como camino profesional.

Notas

- ¹ Me refiero al Dr. José Carlos Lozano, que había egresado del Doctorado en Periodismo y Comunicación de Masas de la Universidad de Texas en Austin. Amigo, mentor y mi director de tesis de la Maestría en Comunicación del Tecnológico de Monterrey, Campus Monterrey. Quisiera dar cuenta en este momento de cuán inspirador fue su ejemplo, durante su trayectoria como profesor investigador en dicha institución, para muchos estudiantes de licenciatura y posgrado.
- ² Sistema Nacional de Investigadores, padrón que integra a los investigadores mexicanos que han cumplido con los requisitos de producción científica en alguno de sus 5 niveles (candidato, I, II, III y hemérito) establecidos por el Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología (CONACYT).

Referencias bibliográficas

- BANDURA, A. (1982), *Teoría del aprendizaje social*, Madrid, Espasa-Calpe.
- INEGI (2014), *Matrícula y procesos escolares en México*. (19 de septiembre de 2014) Obtenido de <http://www3.inegi.org.mx/sistemas/sisept/default.aspx?t=medu17&s=est&c=21788>
- INEGI (2015), *Indicadores de desarrollo de los objetivos del milenio*. (10 de octubre de 2015) Obtenido de: http://www.inegi.org.mx/prod_serv/contenidos/espanol/bvinegi/productos/nueva_estruc/HyM2014/23.%20IndicadoresODM.pdf
- INMUJERES (2014), *Mujeres y hombres en México 2014*. (24 de enero de 2014) Obtenido de http://www.inmujeres.gob.mx/inmujeres/images/frontpage/redes_sociales/myh_2014.pdf
- OCDE (2014), *Panorama de la educación 2014*. (10 de octubre de 2015). Obtenido de <http://www.oecd.org/edu/Mexico-EAG2014-Country-Note-spanish.pdf>
- PÉREZ SEDEÑO, E. et al. (2006), *Ciencia, tecnología y género en Iberoamérica*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

Recebido a 11/10/2015. Aceite para publicação a 06/12/2015.

Gabriela de la Peña Astorga (gabriela.pena@uadec.edu.mx). Universidad Autónoma de Coahuila, Facultad de Ciencias de la Comunicación. Carretera a Zacatecas Km. 3 s/n, Centro, 25000 Saltillo, Coahuila, México.



PROMESAS DEL SUR. LOS CLAROSCUROS DE LA EXPERIENCIA DEL INTERCAMBIO DE CONOCIMIENTO Y MOVILIDAD CIENTÍFICA ENTRE AMÉRICA LATINA Y EUROPA

Cecilia Melella

■ Instituto Multidisciplinario de Historia y Ciencias Humanas (IMHICIHU)/ Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) y Universidad de Buenos Aires

Todo discurso, y más aún el discurso ligado al saber cómo el científico o académico, no puede ser leído fuera de las relaciones de poder. Las Ciencias Sociales y Humanidades en América Latina, y particularmente en la Argentina contemporánea, conforman un campo científico consolidado que no escapa a las relaciones de dominación estructurales. Bajo dicha trama, la pregunta central radica en la posibilidad de desarrollar conocimiento autónomo en una región que tradicionalmente ha trabajado bajo el predominio de la luz (y/o la sombra) de la estructura científica hegemónica representada por los países europeos y de América del norte.

A partir de mi experiencia como becaria posdoctoral del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) y de la posibilidad de vivir en primera persona la experiencia de intercambio de conocimiento y de movilidad científica que me ha brindado el formar parte del "Proyecto GOVDIV Multilevel governance of cultural diversity in a comparative perspective: EU-Latin America" dirigido por la Dra. Beatriz Padilla me propongo, a través de estas notas de campo, reflexionar acerca de los alcances de burocratización del campo científico y de su posible ruptura, de las viabilidades y contratiempos para la construcción de redes científicas transnacionales, así como de la necesidad y posibilidad concreta de construir un marco intercultural que propicie la comunicación e intercambio científico.

Promesas del Sur

La Argentina ha transitado durante la última década un proceso de inversión de recursos económicos en las áreas de educación, ciencia y tecnología que se ha visto plasmado en el crecimiento de la cifra de investigadores y de becarios doctorales. Tomo como ejemplo las cifras suministradas en la página Web del CONICET (www.conicet.gov.ar) donde se presenta una totalidad de 3694 investigadores para el año 2003 y de 8865 para 2015. Asimismo, la incorporación de 1840 becarios doctorales en 2003 y de

7900 en 2015. Igualmente, durante dicho período, se han fundado nueve universidades nacionales en todo el territorio argentino. En lo que respecta a los investigadores, en especial a los dedicados a las Ciencias Sociales y Humanidades, este panorama produjo cierta continuidad laboral, la posibilidad de consolidar equipos de investigación productores de conocimiento que involucrasen temáticas y problemáticas autóctonas, la vinculación con las universidades, así como la retribución a la sociedad en general a través de actividades de divulgación y de extensión. Sin embargo, este contexto también produjo interrogantes (bienvenidos sean) sobre el futuro del campo científico, de su inserción en la estructura mundial, de los "pro y de los contra" que implica investigar en y desde América Latina. Así, nos preguntamos: ¿Cómo definimos o qué se entiende en nuestro continente por conocimiento, particularmente, en el campo de las Ciencias Sociales y Humanidades? ¿Hasta qué punto nuestras prácticas científicas cotidianas nos permiten sustraernos de las lógicas burocratizadoras y procedimentales con respecto a la misma producción de conocimiento? ¿Cuáles son los riegos, en especial en torno a la continuidad profesional y laboral, a los que estamos sometidos los jóvenes científicos sociales en el Cono Sur? ¿Qué aportes nos brinda la realización de un trabajo comparativo y conjunto con investigadores e instituciones europeas?

Hacer investigación desde la jaula de hierro

En torno al primer interrogante, la producción de conocimiento tanto en América Latina como en Europa se encuentra ligada a la burocratización de las instituciones científicas y de la academia, en tanto que su precepto propone una descontextualización de las intervenciones y una mayor dependencia de factores de poder externos como el Estado (con sus luces y sombras), el mercado y los propios campos científicos particulares. No es novedad que las instituciones científicas se definan por normas colectivas, jerarquías de poder y lógicas presupuestarias, así

como por normas implícitas “cada vez más visibles” como la asistencia a congresos o reuniones científicas, el formar parte de equipos de investigación y de redes, el ejercicio de la función pedagógica y la evidencia de una máxima de productividad que se materialice en la elaboración de artículos académicos. Si bien esta exigencia fomentada por las nuevas condiciones, por lo menos en la Argentina, del campo científico/académico proporcionan un terreno para el intercambio y la construcción conjunta de conocimiento sobre la base de redes, también genera situaciones en las cuales estos buenos deseos quedan subsumidos bajo una lógica policíaca que “no se pregunta sino que interroga al otro connotativamente” (Barthes, 1993). Uno de los mayores ejercicios de esta lógica policíaca tiene que ver con la imposición de una problemática (al investigador) por el espíritu – sociológico – de la época a través del recorte temático que remite al objeto de investigación y a los modos, técnicas e instrumentos para investigarlo bajo una lógica que acerca peligrosamente al campo académico al bloque en el poder.

Este panorama conlleva el riesgo de caer en el pensar acríticamente y enmarcarse en los universos canónico de moda, llegando así a que el investigador pierda toda conexión con el mundo que lo rodea. El peligro recalca en que la legitimidad de un campo de investigación se conforme sobre argumentos de un razonamiento circunscriptos a un nombre propio o a un grupo de instituciones académicas hegemónicas donde la jerarquía exhorta a la supresión de todo pensamiento crítico. Como sostiene Martín Jay (2003) el riesgo consiste en que “el poder del argumento anule completamente la fuerza de los nombres legitimadores”.

Intercambio de conocimiento y movilidad científica en los abismos de la inestabilidad

Por otra parte, el intercambio de conocimiento y la movilidad científica nos brinda la atractiva posibilidad de conformar redes inter e intra-continenciales de circulación y reciprocidad que vinculen investigadores, experiencias, instituciones en pos de la generación de conocimiento y de espacios de trabajo conjunto. Nuevamente, el riesgo consiste en que el pensar cuantificado se traduzca en la conformación de grupos de labor en equipo que, lejos de ser entendidos bajo un carácter colectivo de la investigación social, se materialicen en la mera división de trabajo al interior del campo académico. Este *modus operandi* subsume las distintas investigaciones a conceptos generales y a categorías comunes y deja tras de sí las espontaneidades, pues la lógica de la inestabilidad imperante en las estructuras académicas y científicas conlleva inevitablemente la sustitución. A raíz

de mi experiencia de intercambio he llegado a la conclusión de que las redes se desmoronan cuando no hay continuidad laboral para los investigadores y estudiantes sujetos a programas, proyectos o becas de especialización. Lamentablemente, esta característica predomina tanto en la coyuntura latinoamericana como europea. Desde el plano personal, esta situación de precariedad implica un ejercicio de violencia que desmoraliza, malhiere e invisibiliza a quienes resultan concebidos como piezas desechables. Desde el plano colectivo, este tipo de ejercicio del poder contribuye a la creación de una estructura científica que niega en la práctica aquello que pregona desde la semántica y cancela, en un movimiento esquizofrénico, la posibilidad de auto reflexión y de pensamiento crítico. De esta forma, las ciencias sociales resultan transformadas en una industria entre otras dentro de la sociedad capitalista moderna y el trabajo conjunto de investigación deviene en una forma de cosificación del hombre (Adorno, 2001). Esta reducción del individuo no sólo produce la homogeneización del saber, sino que cancela la potencialidad de un pensamiento distinto, nuevo y autónomo. En este sentido, la experiencia de intercambio y movilidad me ha permitido vislumbrar las luces que devienen inescrutablemente de la pregunta auto-reflexiva por los valores dentro del campo científico.

Interculturalidad. Escenario ineludible para el intercambio de conocimiento entre América Latina y Europa

La historia del conocimiento y de la investigación en América Latina, aún en tiempos de globalización y del paradigma “democratizador” de las tecnologías de la información y comunicación (TIC), se encuentra marcada geohistóricamente, geopolíticamente y geoculturalmente por el eurocentrismo como perspectiva de conocimiento hegemónico. Recuerdo en este momento la frase de Catherine Walsh que señalaba que los centros de capital económico son los centros de capital intelectual. En este sentido, uno de los ejes que aborda el proyecto GOVDIV – centrado en la relación entre multiculturalismo e interculturalidad – me interroga, en primer lugar, acerca de las diferencias entre estos paradigmas. El multiculturalismo concibe a la sociedad como la coexistencia híbrida de mundos culturalmente diversos – y la presencia del capitalismo como sistema mundial universal – (Sartori, 2001; Jameson y Zizek, 2003). La multiculturalidad, con su tono descriptivo y propuesta de tolerancia (mosaico) entre culturas, encuentra sus fundamentos conceptuales en las bases del Estado liberal a través de la noción de derecho individual y de la supuesta igualdad donde “la tolerancia del otro” resulta central para asegurar que la sociedad funcione sin mayor

conflicto dentro de una concepción de producción de conocimiento eurocentrista. Así, el olvido de la dimensión relacional y de la atención a la tolerancia como eje de las relaciones (multi)culturales ocultan la permanencia de las desigualdades sociales que privilegian a unos sobre otros. Asimismo, su versión vivificada como la representada por el pluralismo cultural o la pluriculturalidad refleja la convivencia entre culturas, pero desde la óptica céntrica de la cultura dominante (en América Latina, la "cultura blanca") (Walsh, 2005). Es por ello que, en segundo lugar, me interrogo acerca de la posibilidad de asumir y visibilizar el paradigma intercultural como modelo para accionar desde el campo científico latinoamericano, y en particular desde el grupo de investigación argentino al cual pertenezco, y afrontar esa geopolítica del conocimiento. El pensar la interculturalidad en un contexto de intercambio de experiencias de investigación entre América Latina y Europa conlleva a comprender que la centralidad consiste en poner énfasis en la construcción de una relación equitativa en torno de procesos de reciprocidad que permitan conformar espacios de encuentro entre colegas, saberes, sentidos y prácticas diversas. Interculturalizar en tanto estrategia y proceso constante de construcción, como decía Walsh (2005), implica obrar desde las prácticas micro

y cotidianas que organizan las fases de la investigación. El proyecto GOVDIV me brindó la posibilidad de trabajar en concreción de un accionar conjunto sobre *lo micro* que permita fragmentar las lógicas burocratizantes y plasmar redes sociales científicas recíprocas que funcionen bajo un halo de respeto mutuo y de intercambio horizontal entre colegas de distintas latitudes, pues, para las ciencias sociales, el horizonte de sentido consiste en la construcción de un mundo más justo.

Referencias bibliográficas

- ADORNO, T. (2001), *Epistemología y ciencias sociales*, Valencia, Cátedra.
- BARTHES, R. (1993), *Lo obvio y lo obtuso. Imágenes, gestos, voces*, Buenos Aires, Paidós.
- JAMESON, F. y S. ZIZEK (2003), *Estudios culturales. Reflexiones sobre el multiculturalismo*, Buenos Aires, Paidós.
- JAY, M. (2003), *Campos de fuerza. Entre la historia intelectual y la crítica cultural*, Buenos Aires, Paidós.
- SARTORI, G. (2001), *La sociedad multiétnica. Pluralismo, multiculturalismo y extranjeros*, Madrid, Taurus.
- WALSH, C. (2005), "Interculturalidad, conocimientos y decolonialidad", en *Signo y pensamiento*, 46 pp. 39-50.

Recebido a 05/10/2015. Aceite para publicação a 04/12/2015.

Cecilia Melella (cemelella@gmail.com). Instituto Multidisciplinario de Historia y Ciencias Humanas (IMHICIHU)/Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) y Universidad de Buenos Aires. Manzoni 197 6to piso depto A, 1407 Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina.



ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE RACIONALIDADES LEIGAS DE SAÚDE E DOENÇA MENTAL EM MAPUTO E JOÃO PESSOA

Bárbara Bäckström

■ Universidade Aberta, Departamento de Ciências Sociais e de Gestão & Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI)

Introdução e enquadramento do estudo

A atividade de pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais/CEMRI – FCT e Universidade Aberta. Na sequência de pesquisas anteriores desenvolvidas na área das migrações, interculturalidades, saúde e bem-estar, pretendemos aprofundar o conhecimento sobre as racionalidades e protagonismos de saúde e doença em contextos interculturais diversos. Neste sentido, implementámos um projeto de análise comparativa de racionalidades e tipos de adoecimento junto de moçambicanos e brasileiros. Pretendemos igualmente compreender as racionalidades leigas de saúde e doença (física e mental), enquanto instrumentos heurísticos de discussão da sociedade e da cultura, procurando os seus significados sociais e culturais que se inscrevem nas trajetórias de cuidado mobilizadas pelas populações, onde, a par da medicina oficial biomédica, são mobilizadas outras medicinas (tradicional/populares e alternativas). Neste contexto pretende-se ainda mapear racionalidades e formas de conceber e agir no campo da saúde e informar as políticas e a organização de serviços, a formação de profissionais, e contribuir para o avanço da ciência social da saúde e interculturalidades e para a integralidade em saúde.

O estudo assenta na premissa de que os significados associados à loucura e à doença mental, experienciada ou não, são construções socioculturais em que o conhecimento científico da medicina se interpenetra com o saber popular para a produção de sentido. Esses significados sociais manifestam um “acordo” que num determinado tempo e espaço se estabelece numa determinada sociedade. São, por isso mesmo, relativos – o que é loucura e doença mental numa sociedade pode não o ser noutra. Com este estudo pretende-se perceber como é que a população identifica, concebe, explica e lida com a loucura, em geral, e com a doença mental, em particular, e de que modo recorre à medicina tradicional com o propósito de pedir auxílio neste campo. O saber leigo sobre saúde e doença relaciona-se intimamente com o estudo das causas que as

peças atribuem à doença, na tentativa de lhe conferir sentidos. Compreender as causas é uma preocupação central de quem experiencia a doença.

O objetivo geral deste estudo é entender a forma como um grupo restrito da população adulta percebe e explica o sofrimento mental e, por outro lado, perceber a relação entre a medicina tradicional e a saúde mental. Os objetivos específicos que se prendem com os objetivos gerais são os seguintes: conhecer o discurso leigo acerca da saúde mental e acerca da medicina tradicional por parte de um grupo restrito de adultos da população em geral; conhecer o discurso oficial sobre as questões quer da saúde mental, quer da medicina tradicional, por parte dos dirigentes e de alguns profissionais de ambas as áreas. Focámo-nos essencialmente nas seguintes questões: como as pessoas leigas percebem e explicam o sofrimento mental e a doença mental, o que se entende por racionalidades de saúde e doença mental, que uso fazem da medicina tradicional ou das práticas complementares e alternativas para lidar com saúde mental e a doença mental, o recurso à medicina tradicional, recurso às igrejas e centros espíritas e recurso às medicinas integrativas e complementares e qual o discurso de dirigentes e profissionais de saúde mental.

Partimos para o terreno com as hipóteses da existência de um pluralismo dos sistemas de cuidados para lidar com a doença (Kleinman, 1984) e de que as diversidades culturais, o *habitus* e referências culturais podem colocar-nos perante sistemas explicativos diferentes e perante sistemas de cuidados diferentes, relacionando-se com vários fatores.

Nos dois terrenos procurámos contextualizar esta problemática, de forma a entender a evolução histórica, identificar as políticas de saúde mental e os seus impactos na prática (documentação legislativa). De igual forma procedemos a um levantamento e mapeamento das principais instituições formais e informais que prestam apoio na área da saúde/doença mental em Maputo e em João Pessoa, ao nível da medicina convencional e das alternativas. São estas: estruturas do governo, hospitais, instituições particulares, ONG ou instituições religiosas.

Recolhemos documentação sobre a problemática da saúde mental (estudos publicados, bibliografia e relatórios técnicos), e legislação e as políticas de saúde e mais concretamente as políticas de saúde mental em Moçambique e no Brasil nos séculos XX e XXI. É necessário perceber o discurso oficial sobre o campo mental, para compreender depois o campo do discurso leigo.

Identificámos elementos-chave nas duas localidades onde realizar o trabalho empírico, com quem tivemos reuniões, e realizámos entrevistas com essas entidades, quer do sistema oficial de saúde, quer do sistema tradicional e alternativo, incluindo os profissionais de saúde dos dois sistemas vigentes. Para além da recolha dos testemunhos dos dirigentes das instituições que lidam com a saúde mental e com a medicina tradicional, seleccionámos profissionais/terapeutas que entrevistámos, profissionais da área da saúde mental e da área de medicina tradicional. Algumas entrevistas foram previamente marcadas antes das deslocações a Maputo e a João Pessoa, sendo a maior parte das restantes marcadas já no terreno através dos contactos que íamos estabelecendo. O trabalho de campo assentou em entrevistas em profundidade, dado que estas possibilitam o acesso ao universo de sentidos partilhados pelos sujeitos. A partir desses sentidos, enquanto manifestações discursivas individuais, podemos aceder à dimensão social, visto que eles se constituem reveladores da dimensão social e cultural do coletivo. Nos discursos procurámos perceber, a partir das narrativas de saúde e doença em geral e sobre doença mental, como é que se concebe o sistema de cuidados de saúde conhecido e como é ele mobilizado nas situações de experiência própria ou próxima e conhecida.

Recolhemos um conjunto de testemunhos sobre as racionalidades leigas e representações acerca da saúde mental e do sofrimento mental. Os discursos que recolhemos permitem-nos aceder a essas racionalidades enquanto modos de produção de sentidos sobre o sofrimento mental. As representações de doença mental estão povoadas de imagens mitificadas, enraizadas em conceções dominantes de períodos históricos anteriores. As racionalidades leigas que encontrámos incorporam várias formas de conhecimento (com as suas classificações, representações, saberes), provenientes de vários campos, onde se inclui a ciência a par da religião, da moral, da magia, da natureza, enfim, da cultura. Em suma, elas são plurais, integram discursos públicos (discursos difundidos publicamente, nos *mass media*) mas também privados (muito mais ligados às formas de entender, significar e lidar com o sofrimento mental que passam de geração em geração e se reproduzem na prática quotidiana, lugar onde os conhecimentos são convocados para produzir sentidos, estabilizar o mundo e dar lugar à interação).

As representações sociais sobre a doença mental têm uma conotação negativa precisamente pelo valor moral negativo que lhes está associado, de falhas de caráter e também pelos defeitos físicos, que contribuem para a reprodução dos estereótipos estigmatizantes (Goffman, 1988). Existe uma conotação negativa associada à saúde mental, e a presença da Medicina Tradicional é central.

A gestão dos percursos terapêuticos é complexa e resulta da gestão dos saberes e dos poderes de os influenciar. Poderes estes que se jogam em vários campos – não apenas o da medicina oficial com os seus serviços e os seus profissionais, mas também o das relações interpessoais (familiares e de vizinhança e amizade, onde se estabelecem relações de entreajuda, mas também relações de controlo moral e social) e da vida comunitária onde se situam as redes pessoais e os recursos que escapam ao controlo da medicina (estratégias naturais, religiosas, mágicas, sobrenaturais, etc.). A medicina tradicional joga um papel crucial no domínio da saúde mental. As conceções tradicionais e culturais de doença mental têm levado à discriminação dos doentes mentais e, por vezes, a atendimentos desumanos (Misau, 2006a; Misau, 2006b).

Pensamos existir uma tendência para a prevalência do recurso aos modelos causais explicativos da saúde mental e do sofrimento mental baseados em conhecimentos e nas práticas tradicionais, o que pode refletir uma persistência na opção cultural associada a dificuldade de acesso a cuidados de saúde convencionais.

Esta pesquisa poderá contribuir para propor a reorganização das estratégias de promoção de saúde e envolvimento comunitário, reforçando a coordenação com as autoridades tradicionais locais; criação de estratégias conjuntas entre o governo e as autoridades tradicionais locais, aumentando assim a articulação entre estratégias e estruturas existentes.

Em termos de prevenção e de promoção, a tónica pode ser colocada no desenvolvimento do lado mais comunitário da sociedade de modo que se contrarie a tendência para o individualismo, isolamento e solidão.

Dimensões de análise das entrevistas

a) Leigos

- I. A doença e a não-doença – categorias do pensamento leigo;
- II. Taxonomias leigas para identificar o sofrimento mental/denominação da saúde mental e do sofrimento mental;
- III. Conceções subjacentes/explicação, sentidos. Identificar o problema, o que é feito para lidar com a situação, em que resulta;
- IV. Formas de lidar com a doença mental e o sofrimento mental: os sistemas de cui-

- dados, a esfera oficial, o sistema médico; a esfera da gestão e administração informal da doença mental: família, vizinhos, amigos, as relações de solidariedade da família, da vizinhança e dos amigos; os itinerários terapêuticos;
- V. Relação do sofrimento mental com os espíritos;
 - VI. Recurso à medicina tradicional para tratar problemas;
 - VII. Opinião sobre como deve a sociedade, os serviços e os profissionais tratar estas situações.
- b) Dirigentes/profissionais
- I. Descrição do sistema de saúde mental em Moçambique;
 - II. Opinião sobre o sistema atual em funcionamento, porquê;
 - III. Necessidades neste campo;
 - IV. Como gostaria que ele fosse;
 - V. Articulação entre o sistema oficial e o sistema da medicina tradicional;
 - VI. Existência de sistemas formais de participação dos utentes ao nível da elaboração das políticas de gestão dos serviços. Existência de participação efetiva dos pacientes na saúde.

O trabalho de campo

Foram feitas duas deslocações aos dois campos de análise, Maputo em Moçambique (23 de março a 1 de maio) e João Pessoa no Brasil (13 de julho a 18 de agosto), durante o ano de 2014, para recolher dados para o estudo em epígrafe.

Houve um trabalho prévio de preparação da pesquisa – elaboração do projeto, pedido de apoio financeiro ao CEMRI-FCT (bolsa de licença sabática), contatos com as universidades em Moçambique e no Brasil, pedido de apoios institucionais com as universidades de acolhimento nos locais de trabalho de campo, criação de protocolos e cartas-convite, contatos com informantes privilegiados para marcação de encontros e pedidos de contatos para selecionar as pessoas a entrevistar, conceção e submissão do protocolo e pedido de autorização ao Comité Nacional de Bioética para a Saúde do Ministério da Saúde de Moçambique e Comité de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba, através do Plataforma Brasil.

O trabalho de investigação decorreu em duas instituições de acolhimento, nomeadamente na Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Centro de Análise de Políticas (CAP), em Maputo, e na Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Letras, Departamento de Psicologia, no âmbito do Núcleo de Pesquisa "Aspetos Psicossociais de Prevenção e

Saúde Coletiva", Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social.

Em ambas as instituições de acolhimento foi realizado o trabalho de pesquisa na área da saúde mental e práticas alternativas.

Foram realizadas 21 entrevistas a leigos em cada uma das cidades (Maputo e João Pessoa), e entrevistado profissionais da saúde mental (psicólogos, psiquiatras e técnicos de psiquiatria), profissionais das medicinas tradicionais e práticas complementares e integrativas (médicos tradicionais em Moçambique e terapeutas alternativos e pais de santo, espíritas, pastores e rezadeiras em João Pessoa) e dirigentes (diretores de departamento, coordenadores, vereador) (21 em Maputo e 22 em João Pessoa).

Para encontrar a amostra de 21 adultos leigos em cada uma das cidades, utilizámos uma amostra de conveniência em bola de neve, para a qual o investigador estabeleceu previamente o contato com alguns sujeitos identificados como membros do grupo que pretendia estudar.

Procurámos diferenciar essa amostra tendo em conta os critérios de inclusão: género, escalões etários, zona mais urbana e zona mais periférica, profissões, escolaridade e grupos sociais distintos (posições de classe).

Partimos de alguns indivíduos que aceitaram ser entrevistados e que conhecemos através das instituições onde desenvolvemos a pesquisa ou a partir de pessoas conhecidas que puseram a investigadora em contato com outras pessoas que também podiam responder à mesma entrevista. Temos também uma subamostra de familiares de doentes mentais e de pessoas que têm ou já tiveram algum tipo de distúrbio mental.

Este grupo restrito de pessoas, a que chamamos de amostra, não tem como finalidade ser representativo da população de ambas as cidades, sendo considerado um estudo de caso.

Durante o trabalho de campo foram realizadas diversas ações, nomeadamente: participação em seminários, observação de um grupo de terapia comunitária em João Pessoa com doentes mentais, realização de um grupo focal com seis médicos tradicionais em Maputo, encontros/reuniões com instituição de acolhimento e agendamento de entrevistas a pessoas de contato; psicólogos que aceitaram a entrevista a partir de dois contatos preestabelecidos ainda em Portugal; recolha de documentação e legislação; pesquisa e recolha bibliográfica; telefonemas, contatos e marcações de encontros/entrevistas; realização de entrevistas a leigos, a psicólogos, técnicos de psiquiatria, psiquiatras, médicos tradicionais, dirigentes, fitoterapeutas, espíritas, pastores de Igrejas Batistas, mães e pais de santo, rezadeiras; encontro com investigadores e docentes e outros académicos (profissionais que de certo modo trabalham nas áreas da saúde/doença mental

e/ou nas áreas da medicina tradicional: sociólogos, psicólogos, pessoas da academia, investigadores que já tiveram alguma experiência interessante

para relatar). Para além disso foram dadas aulas em formato de seminário para apresentar o projeto em curso nas universidades.

Amostra

Leigos em Maputo

11 Homens	10 Mulheres
Farmacêutico 23 anos	Professora universitária 33 anos
Técnico de farmácia 38 anos	Diretora de departamento 42 anos
Trabalhador lavanderia hotel 33 anos	Escritora 59 anos
Trabalhador lavanderia hotel 35 anos	Logística num hotel 23 anos
Guarda vigilante 49 anos	Cozinheira 45 anos
Guarda vigilante 55 anos	Costureira 57 anos
Alfaiate 62 anos	Doméstica 32 anos
Motorista 45 anos	Doméstica 48 anos
Jornalista 54 anos	Artesã (familiar de paciente de psiquiatria) 51 anos
Assistente estagiário 28 anos	Empregada doméstica 54 anos
Docente universitário 68 anos	

Leigos em João Pessoa

9 Homens	12 Mulheres
Professor universitário 49 anos	Leiga com patologia mental 30 anos
Leigo com patologia 49 anos	Professora liceu 39 anos
Funcionário público 52 anos	Enfermeira 43 anos
Trabalhador serviço limpezas 42 anos	Farmacêutica 65 anos
Prontuário* 51 anos	Empregada doméstica 30 anos
Estudante de educação física 37 anos	Farmacêutica 53 anos
Polícia rodoviária 48 anos	Trabalhadora serviço de limpezas 33 anos
Rececionista <i>hostel</i> 53 anos	Rececionista 46 anos
Rececionista <i>hostel</i> 39 anos	Rececionista 40 anos
	Gráfica 35 anos
	Costureira 61 anos
	Dona de casa 37 anos

* Entrevistado usou este termo com referência ao seu trabalho com o inventário.

Profissionais/terapeutas e dirigentes em Maputo

Homens	Mulheres
Psicólogo 52 anos	Psicóloga 50 anos
Psicólogo 61 anos	Psicóloga 35 anos
Psicólogo 41 anos	Psicóloga técnica na associação de Amigos do Infulene
Fitoterapeuta/espírita 66 anos	Psiquiatra no privado 62 anos
Curandeiro 42 anos	Psiquiatra diretora de saúde mental 49 anos
	Psiquiatra hospital do Infulene 39 anos
	Psiquiatra diretora enfermagem psiquiatria do HCM 44 anos
	Técnica de psiquiatria 23 anos
	Médica tradicional presidente da cidade da Ametramo 54 anos
	Médica tradicional presidente nacional da Ametramo 55 anos
Grupo focal de homens e mulheres/entrevista a médicos tradicionais com 6 elementos** 6 pessoas: 3 homens e 3 mulheres.	

Profissionais/terapeutas e dirigentes em João Pessoa

Homens	Mulheres
Vereador câmara municipal 43 anos	Psicóloga diretora CAPS 55 anos
Pai de santo 49 anos	Enfermeira psiquiátrica 55 anos
Arte terapeuta 42 anos	Psicóloga clínica CAPS 31 anos
Psiquiatra do CPICS 40 anos	Psiquiatra 54 anos
Curandeiro 42 anos	Psiquiatra diretora do hospital psiquiátrico 59 anos
Pastor Igreja Batista 58 anos	Psicóloga coordenadora municipal saúde mental 38 anos
Psiquiatra 47 anos	Psicóloga coordenadora estadual de saúde mental 37 anos
Presidente da associação de usuários do CAPS 49 anos	Psicóloga 42 anos
	Terapeuta e diretora do CPICS 43 anos
	Mãe de santo 55 anos
	Mãe de santo 60 anos
	Rezadeira 83 anos
	Espírita 52 anos
	Presidente federação espírita 61 anos
Observação de grupo de terapia comunitária.	

Comparando os leigos nos dois locais temos mais mulheres do que homens em João Pessoa e não foi possível diversificar muito o leque dos grupos sociais.

No caso dos profissionais e dirigentes, para Maputo temos uma amostra menos diversificada (2 diretores, 9 profissionais de saúde mental e 10 profissionais de medicinas alternativas e outras práticas complementares). Para João Pessoa temos 7 dirigentes/diretores, 5 profissionais de saúde mental, 7 profissionais de medicinas alternativas e outras práticas complementares e o presidente da associação de usuários do CAPS.

Barreiras encontradas durante o trabalho de campo

- Antes de chegar ao terreno foram difíceis os contatos com as instituições onde pretendíamos realizar as entrevistas para solicitar as cartas de cobertura;
- Houve uma grande espera na resposta dos comités de bioética para autorizarem o estudo;
- Já durante o trabalho no terreno, houve necessidade de reestruturação do protocolo para ser aceite e autorizado pelos respetivos comités de ética;
- Dificuldade no agendamento dos encontros e marcação das entrevistas com algumas pessoas. Em Maputo a maior dificuldade foi conseguir a marcação e aceitação da realização das entrevistas por parte dos dirigentes/decisores políticos, ao contrário do que aconteceu em João Pessoa, onde todos aceitaram colaborar na pesquisa e ajudaram muito a encontrar novos contatos;
- Confrontámo-nos com algumas desistências e abandono na colaboração para o estudo;

- Em Maputo houve alguma dificuldade em encontrar médicos tradicionais, uns não aceitaram, outros desmarcaram e não reagendaram, outros estão distantes geograficamente, o que dificulta a deslocação (e pagamento);
- Dificuldades nas deslocações e agendamento de encontros distantes do centro da cidade em locais periféricos;
- Dificuldade na comunicação por *e-mail* em Moçambique, meio ainda pouco usado; houve grande necessidade de realizar diversos telefonemas e ir ao encontro das pessoas pessoalmente para explicar o projeto e solicitar a adesão e colaboração no mesmo. Em João Pessoa a adesão tornou-se mais fácil; havendo menos desconfiança, a aceitação foi muito positiva (com exceção do líder da Igreja Universal do Reino de Deus, com quem não foi possível estabelecer contato).

*Resultados preliminares
O que se entende por racionalidades de saúde e doença mental?*

- Existe uma forte associação com termos comuns, terminologia utilizada para exemplificar ou fazer alusão ao fenómeno da loucura e da doença mental (relação com maluco em Maputo e com o termo doido em João Pessoa);
- Relação com problemas orgânicos, do corpo: (Maputo: resulta de choques, o organismo não dá conta, células que se regeneram, mau funcionamento de um órgão, lesão no cérebro, patologia, mal-estar mental; João Pessoa: a criança nasce com problema de formação no cérebro, outra forma é um trauma, ou se leva uma pancada na cabeça, ou um derrame, distúrbio neurológico das funções);

- Em João Pessoa encontramos uma forte associação com rótulos, termos psiquiátricos, taxonomia (depressão, transtorno obsessivo-compulsivo, esquizofrenia, retardado mental, pessoa depressiva, pessoa especial);
- Relação com preocupação, pensar muito, que provoca desequilíbrio, distúrbio, causa emocional (pensar muito, cansaço, preocupação, um distúrbio, pessoa não regula bem, não pensa bem, problema emocional mal resolvido);
- Relação com perturbação, não normalidade, problemas, consequência do *stress*, incapacidade que eu sinto em lidar com as coisas (Maputo: perturbação, cansaço, enfrenta problemas, doença mental é causada pelo *stress*, incapacidade em lidar com as coisas; João Pessoa: começa a ter as suas perturbações fora do seu quotidiano que a perturba, trabalho em excesso, falta de apoios, de atenção, pessoas com *stress*, nervoso, às vezes agride as pessoas);
- Relação com o seu estado de saúde, doença mental/a doença do próprio, episódio pessoal (Maputo: pessoa com doença mental vive num mundo de incompreensão e sei-o por experiência própria, eu chorava sozinho, às 12 horas ia na igreja – o sofrimento é a própria doença mental. Sofreu um acidente há 2 meses e anda muito atrapalhada, esquece-se das coisas, não está no seu estado normal, entra em *stress*; João Pessoa: pessoa fica bloqueada, não tem resposta, sente taquicardia, pressão cardíaca, momentos de solidão, tristeza, fica isolado, tem medo, habilidade de lidar com pessoas, angústias; três casos com transtorno bipolar, “a doença mental maltrata muito a gente e não é entendida pela própria família, taxam a gente de preguiçoso, não é que a gente não queira, a gente não pode”; passei por muita coisa, com 12 anos eu caí no hospital. Vários fatores de sofrimento, de angústia, muita angústia; depressão);
- Relação com a prevenção, com a saúde mental: (João Pessoa: saúde mental é a

prevenção para impedir os outros males de chegar, é o equilíbrio, consigo olhar para o meu interior, e percebo-me, tenho uma noção de como eu me sinto);

- Provocado por drogas;
- Provocadas por espíritos e provocadas por seres humanos através da feitiçaria e magia (antepassados, manifestações como não-obediência dos rituais, os antepassados ficam revoltosos. Esse comportamento vai manifestar-se em alguns comportamentos anormais; quero que o meu negócio melhore, e tem de escolher alguém da família para prejudicar, nos os moçambicanos, 30 % dos casos são isso. Se levares ao curandeiro de novo e a pessoa fica normal, doença mental é um espírito mau, são pessoas vítimas de obsessões, são pessoas obsediadas, pessoas que estão a ser vítimas e atormentadas por espíritos obsessores; sofreu um feitiço, alguém atormentado por espíritos, um familiar, um antepassado fez e esses espíritos aparecem para atormentar a pessoa).

Em ambos os contextos as pessoas associam sofrimento mental e doença mental: uso de terminologias “populares” da linguagem comum, associação com maluquice e com doidice; problema orgânico, e uso de termos psiquiátricos; resultado de preocupações, de pensar muito; resultado de perturbação, não-normalidade, problemas, consequência do *stress*; relação com o seu estado de saúde, doença mental/a doença do próprio, episódio pessoal.

Em Maputo, em relação com consumo de drogas e sobretudo com espíritos e provocadas por seres humanos através da feitiçaria e magia.

Os discursos leigos são diferentes em Maputo e em João Pessoa e muito associados com o contexto sociocultural de cada uma das sociedades.

Uma mais tradicional, a africana, em que as causas do sofrimento mental e da doença mental surgem intimamente relacionadas com causas espirituais e de cariz religioso, e outra, a sociedade brasileira, apesar de periférica, mais ocidentalizada, onde os discursos já são mais biomédicos e usam terminologias biomédicas.

Discurso dos profissionais de saúde mental: psicólogos e psiquiatras/dirigentes

Maputo	João Pessoa
Altera o comportamento normal 1	Diferente de nós 1
Desestabilizador, perturbador, incomoda 2	Vem da correria, do consumo desenfreado
Tem muito sofrimento 2	Causa desconforto
Pacientes com depressão 1	Foge dos padrões ditos normais, sai da normalidade
Alteração do padrão normal 2	Danos no cérebro
Incomoda mais os que estão por perto, os familiares	Transtorno
	Sofrimento
	Perda do sentido da realidade
	Perda da consciência
	Incomoda mais os que estão por perto (familiares)

Médicos tradicionais

Maputo

Por causa dos espíritos maus
 Porque alguém fez mal a essa pessoa
 Feito algo a outra pessoa, uma maldade, a pessoa fez feitiçaria, está enfeitada
 Porque foi roubar, então o dono fez um tratamento onde tinha as coisas
 Alcoolismo
 Drogas
 Problemas sociais
 Conflitos conjugais, familiares
 Stress devido à sobrecarga de trabalho
 Ter nascido com essa doença/com deficiência

Terapeutas do CPICS e representantes dos centros espíritas

João Pessoa**Terapeutas complementares**

O que não é normal
 Pode surgir de acontecimentos banais
 Sofrimento
 Prejuízo

Espíritas

Variedade de causas
 Sofrimento
 Transtornos

Os discursos dos profissionais de saúde mental são muito idênticos, usando mapas mentais semelhantes e conceitos parecidos.

Os médicos tradicionais distinguem as diferentes causas e distinguem as causas médicas das espirituais, encaminhando os clientes para o hospital caso sejam causas não espirituais.

Os terapeutas complementares e os espíritas são também eles terapeutas, psicólogos e psiquiatras do sistema convencional, mas trabalham igualmente nestas esferas alternativas. No caso, um psiquiatra que faz acupuntura no CPICS e uma psicóloga que é líder e terapeuta num centro espírita.

Recursos utilizados/Itinerários terapêuticos

- Recurso à medicina tradicional:
 Maputo: recorreu à medicina tradicional, o falecido pai usou espíritos, a convivência em casa escambou, a mãe foi ao curandeiro, o pai tinha de renovar, dar um banho, ele não renovou, aquilo estava a prejudicar a família; recorreu a uma curandeira e ao espiritismo; levaram ao curandeiro para a mãe falar com os espíritos, o curandeiro fez o que fez, a mãe recusou-se a ir, ficou doente e acabou por morrer. Trazem à psiquiatria não para curar mas para ficar abrigada e para os familiares não sofrerem.
 João Pessoa: não foram encontradas referências à medicina tradicional.

- Uso de medicinas alternativas:
 Maputo: uso de remédios de ervanária;
 João Pessoa: alopatia, homeopatia, acupuntura, terapia para livrar dos traumas, e a parte religiosa, florais, terapias do centro de práticas integrativas e complementares, fitoterapia.
- Recurso às igrejas e centros espíritas:
 Maputo: os psicólogos sociais que estão mais próximos são as igrejas e ajudam os doentes mentais. Quem procura a igreja já não procura o curandeiro. Toda a gente já foi à medicina tradicional e ao curandeirismo;
 João Pessoa: recurso às igrejas: evangélica, Igreja Universal do Reino de Deus, Batista, centros espíritas; a igreja ajuda; o CAPS ajuda; o lado espiritual ajuda; a astrologia ajuda (Leiga com patologia mental 30 anos).
 Os itinerários terapêuticos são plurais em ambas as amostras.

Sistemas de Cuidados encontrados:

- Oficial/domínio da medicina convencional;
- Tradicional/domínio dos profissionais do domínio terapêuticos tradicionais e alternativos;
- Complementar e integrativo;
- Domínio da fé, da religião, espiritualidade;
- Esfera da gestão informal da doença.

Sistema oficial

Maputo

- Os seus profissionais (psiquiatras, psicólogos, e técnicos de psiquiatria);
- As suas organizações (hospital geral, hospital psiquiátrico, enfermaria Hospital Central, urgências);
- As suas terapêuticas – sobretudo os medicamentos.

João Pessoa

- Os seus profissionais (psiquiatras, psicólogos, e enfermeiros, terapeutas);
- As suas organizações (hospital, CAPS, enfermaria, SAMU);
- As suas terapêuticas – terapia, medicamentos, *ateliers*, grupos de terapia comunitária.

Sistema tradicional e complementar

Maputo

- Médicos tradicionais;
- É referido o uso de medicinas alternativas;
- Recurso às igrejas evangélicas, Igreja Universal do Reino de Deus, Batista, centros espíritas.

João Pessoa

- Pais e mães de santo;
- Rezadeiras/benedeiras;
- São referidas terapêuticas complementares e integrativas; *reiki*, acupuntura, florais, ioga;
- Recurso às igrejas evangélicas, Igreja Universal do Reino de Deus, Batista, centros espíritas.

Os recursos e itinerários são plurais e diversificados. Em Maputo: Recurso à medicina tradicional. Em ambos os locais encontramos o uso de medicinas alternativas, complementares e integrativas (mas mais usado em João Pessoa) e o recurso às igrejas evangélicas, Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Batista, também em ambos, os centros espíritas são mais frequentados no Brasil. As igrejas concorrem com a medicina convencional e com a medicina tradicional em ambos os contextos.

Existe um pluralismo médico, com particular ênfase na biomedicina, medicina tradicional e práticas terapêuticas associadas às igrejas.

Referências bibliográficas

- ALVES, F. (2011), *A doença mental nem sempre é doença: racionalidades leigas sobre saúde e doença mental – um estudo no norte de Portugal*, Porto, Edições Afrontamento.
- BARDIN, L. (2000), *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70.
- BASTIDE, R. e O. César (1956), "Pintura, loucura e cultura", *Arquivos do Departamento de Assistência a Psicopatas do Estado de São Paulo* 22, pp. 51-70.
- BASTIDE, R. (1967), *Sociologia das Doenças Mentais*, São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- BASTIDE, R. (1978), *O Candomblé da Bahia*, São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- DALGALARRONDO, P. (2007), "Estudos sobre religião e saúde mental realizados no Brasil: histórico e perspectivas atuais", *Revista de Psiquiatria Clínica*, 34, supl. 1, pp. 25-33.
- FERREIRA, L. O. (2013), "A emergência da medicina tradicional indígena no campo das políticas públicas", *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 20 (1), pp. 203-219.
- FORTUNATO DOS SANTOS, P. (2011), "Avaliação dos serviços de saúde mental em Moçambique", dissertação de mestrado em saúde mental internacional, Lisboa, Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Nova de Lisboa.
- GOFFMAN, E. (1988), *Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, 4.ª edição, Rio de Janeiro, Zahar.
- GRANJO, P. (2009), "Saúde, doença e cura em Moçambique", in E. Lechner (org.), *Migração, Saúde e Diversidade Cultural*, Lisboa, ICS.
- HONWANA, A. (2003), *Espíritos vivos, tradições modernas: possessão de espíritos e reintegração social pós-guerra no sul de Moçambique*, Lisboa, Ela por Ela.
- IGREJA, V. (2009), "Agricultural cycle and the prevalence of posttraumatic stress disorder: a longitudinal community study in postwar Mozambique", *Journal of Traumatic Stress*, 22 (3), pp. 172-179.
- IGREJA, V. (2010), "The epidemiology of spirit possession in the aftermath of mass political violence in Mozambique", *Social Science & Medicine*, 71, pp. 592-599.

- KLEINMAN, A. (1984), *Patients and healers in the context of culture. An exploration of the borderland between anthropology, medicine and psychiatry*, University of California Press.
- MEIRELES MENESES, M. (2000), "Medicina Tradicional, biodiversidade e conhecimentos rivais em Moçambique", *Publicações da Oficina do Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, CES*, 150. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/150/150.pdf>
- MEIRELES, L. (2011), "A vivência da doença mental e a influência da Medicina Tradicional. O caso de Moçambique", dissertação de mestrado em Estudos Africanos, Lisboa, ISCTE.
- MENESES, M. (2005), "Quando não há problemas, estamos de boa saúde, sem azar nem nada: para uma concepção emancipatória da saúde e das medicinas", in B. Sousa Santos (org.), *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- MISAU (2006a), *Plano Estratégico 2006-2015*, Maputo, MISAU.
- MISAU (2006b), *Estratégia e Plano de Acção para a Saúde Mental*, Maputo, MISAU.
- NHAMBIRRE, P. A. (2012), "Representações Sociais de Doença Mental: Um Estudo Exploratório com Leigos, Profissionais de Saúde e Curandeiros em Maputo", dissertação de mestrado em Psicologia Comunitária e Protecção de Menores, Lisboa, ISCTE.
- NORDSTROM, C. (1997), *A different kind of war story*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press.
- PUSSETTI, C. (2006), "A patologização da diversidade. Uma reflexão antropológica sobre a noção de *culture bound syndrome*", *Etnográfica*, 10 (1), pp. 5-40. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/etn/v10n1/v10n1a01.pdf>
- WEST, H. (2005), "Working the Borders to Beneficial Effect: The Not-So-Indigeneous Knowledge of No-So-Traditional Healers in Northern Mozambique", in T. Luedke e H. West (orgs.), *Borders and Healers: Broking Therapeutic Resources in Southeast Africa*, Indiana, University Press.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO) (2000), *General Guidelines for Methodologies on Research and Evaluation of Traditional Medicine*, Geneva, WHO.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO) (2004), *Global Status Report on Alcohol 2004*, Geneva, WHO.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO) (2009), *Country Cooperation Strategy 2009-2013 – Mozambique*, Afro Library Cataloguing-in-Publication Data.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO) (2010), *Mental Health and Development: Targeting people with mental health conditions as a vulnerable group*, WHO Library Cataloguing-in-Publication Data.

Artigo recebido a 08/10/2015. Aceite para publicação a 04/12/2015.

Bárbara Bäckström (barbara.backstrom@uab.pt). Universidade Aberta, Departamento de Ciências Sociais e de Gestão & Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI). Palácio Ceia, Rua da Escola Politécnica, 141, 1269-001 Lisboa, Portugal.



Recensões Críticas



Pellegrino, Adela; Bengochea, Julieta y Koolhaas, Martín (2013),
La migración calificada desde América Latina: Tendencias y Consecuencias,
Programa de Población, Unidad Multidisciplinaria, Montevideo,
Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República

María Verónica Moreno

■ Universidad de Buenos Aires, Facultad de Ciencias Sociales, Instituto de Investigaciones Gino Germani & Universidad del Salvador, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO)

Adela Pellegrino es, sin lugar a dudas, un referente indiscutido dentro del campo de estudios sobre migración calificada, cuyos trabajos son ampliamente consultados y citados para abordar las discusiones académicas que fueron sucediéndose en la materia y trazar las características sociodemográficas de estos flujos, entre otras cuestiones. En “La migración calificada desde América Latina. Tendencias y Consecuencias” — coordinado junto con Julieta Bengochea y Martín Koolhaas — presenta algunos resultados derivados del proyecto *Creación de incubadoras de diáspora de conocimiento en América Latina* (CIDE-SAL), apoyado por la Unión Europea con el objetivo de remediar el éxodo de competencias en la región.

Bajo este marco y entre los equipos latinoamericanos participantes, el Programa de Población de la Universidad de la República (Uruguay) se concentró en investigar las tendencias recientes de la migración calificada proveniente de países latinoamericanos, a través de la sistematización y el procesamiento de información estadística sobre el volumen y el perfil de los migrantes. De ahí que resulta comprensible que los artículos congregados en esta publicación presenten hallazgos predominantemente cuantitativos, pese a ser un fenómeno difícil de medir, y consideren como objeto de estudio privilegiado al caso de los uruguayos, cuyo país es netamente expulsor de emigrantes, en su relación con ciertos destinos o polos de atracción clave; en particular: Estados Unidos (EE. UU.), España y Brasil.

La introducción del libro — realizada por Pellegrino — presenta un recorrido conceptual, y su correspondiente materialización en políticas públicas, donde se destacan los debates principales sobre migración calificada. Este apartado funciona como una exposición clara y breve para quienes tengan la intención de adentrarse en el tema. Más allá de la sistematización realizada, resulta interesante el posicionamiento de la autora cuando plantea que el antagonismo entre los principales enfoques del problema — *fuga de cerebros versus circulación o intercambio de cerebros* — es

una discusión equívoca; apelando a una mirada más compleja y multidimensional del fenómeno. Más precisamente, postula que las propuestas que procuran compensar o superar las pérdidas producidas por la emigración están basadas en un esquema caracterizado por la movilidad y la circulación, donde la migración definitiva es considerada una parte menor del fenómeno. Esta explicitación, al inicio del libro, impregna de alguna manera las páginas siguientes y da apertura un debate más rico.

De igual modo, el capítulo de Lucas Luchilo sirve para introducir al lector a las discusiones sobre movilidad estudiantil, fenómeno que si bien sigue siendo minoritario, experimenta una significativa expansión. Esta inclusión dentro del libro es interesante porque no limita la migración calificada a aquellos flujos impulsados por cuestiones laborales, sino que también destaca las motivaciones formativas en un contexto de mayor internacionalización de la educación superior. Asimismo, delinea algunas tendencias vinculadas al crecimiento de estos movimientos, que no se reducen a grupos de clase alta o alto rendimiento educativo, y la diversificación de países de destino. Para ello, expone la magnitud de estos flujos y la distribución territorial de los estudiantes.

A fin de ampliar la caracterización y cuantificación del fenómeno, se presentan capítulos que describen la distribución territorial y las características demográficas de la migración calificada con los datos disponibles para los países de África, Asia, América Latina y el Caribe (Koolhaas, Prieto y Pellegrino) como así también se desarrollan las tendencias recientes y el perfil de los migrantes sumado al (i) análisis de la inserción laboral de los migrantes uruguayos en EE. UU. (Koolhaas y Pellegrino) y (ii) un estudio comparativo de los latinoamericanos en España y EE.UU a partir de su perfil demográfico y desempeño en el mercado de trabajo (Koolhaas, Fiori y Pellegrino). Estos capítulos comparten el complejo desafío de medir la emigración internacional y recurrir a las fuentes disponibles de diversa procedencia y agregación. A su vez, tienen

en común el lugar de privilegio que ocupa EE.UU., destino más importante en materia migratoria mundial y especialmente para la población estudiada.

Entre los hallazgos más interesantes de esos apartados, es posible destacar que: la migración hacia países de la OCDE tiende a ser más calificada y presentar una mayor concentración que los flujos que se dirigen hacia países no desarrollados (Koolhaas, Prieto y Pellegrino); la movilidad estudiantil constituye un eslabón clave de la cadena estudiada porque funciona como puerta de ingreso a los países desarrollados (Koolhaas y Pellegrino); la existencia de una subutilización de cerebros ocasionada por la migración y experimentada por los latinoamericanos tanto en el mercado laboral estadounidense como en el español (Koolhaas y Pellegrino; Koolhaas, Fiori y Pellegrino); la heterogeneidad presente entre la población latinoamericana respecto a su inserción laboral en las sociedades de recepción ya que quienes provienen del Cono Sur se insertan con mayor facilidad en ocupaciones de alta calificación a diferencia de los andinos y centroamericanos (Koolhaas, Fiori y Pellegrino).

A nivel metodológico, una mención aparte refiere el trabajo de Andrea Vigorito y Mariana Zerpa puesto que investigan, a través de simulaciones contrafactuales, los impactos de la ola emigratoria de uruguayos en la desigualdad de remuneraciones laborales a raíz de la última crisis económica. Este estudio intenta echar luz a un problema que puede ser considerado como una vacancia dentro del campo de estudios e implementa una metodología más innovadora. En contraste, la caracterización de la migración calificada reciente de uruguayos a Brasil — realizada por Patricia Gainza — resulta, en principio, más desprolija. Mientras que el resumen manifiesta la utilización de una estrategia cualitativa, el desarrollo presenta también un análisis de datos en términos cuantitativos. Recién al final del texto, y a modo de anexo, se realiza una aclaración más detallada de la metodología utilizada que permite entender con mayor claridad el proceso de recolección y análisis de datos. A pesar de ello, este artículo introduce un tema clave dentro de la discusión académica acerca de la relevancia de las redes — de contacto ocupacional y las migraciones en cadena — a la hora de impulsar mecanismos operantes en la migración.

El último capítulo de Julieta Bengochea y Cecilia Tomassini aborda el desafío de la movilidad y el retorno dentro de la población calificada en Uruguay y estudia, mediante una estrategia cualitativa, el regreso al país de origen a partir de los motivos determinantes, las

percepciones y las redes generadas. Lo interesante es que, dentro de la vastedad de los estudios migratorios, el fenómeno del retorno es identificado reiteradamente como un aspecto menos trabajado. Esta situación no sólo favorece a la sedimentación de una mirada más unidireccional y estática en torno a los flujos migratorios — que muchas veces son pensados por sus protagonistas como proyectos temporales — sino que vuelve a las experiencias de quienes regresan más desatendidas. Por tanto, los resultados de su trabajo presentan algunas cuestiones a tener en cuenta: la importancia de sostener y capitalizar los vínculos como los sentimientos de ambigüedad y conflicto en torno al retorno.

Ahora bien, este libro sigue la estructura de gran parte de las publicaciones sobre migración calificada en tanto que presenta capítulos elaborados por distintas personas, desde marcos conceptuales, dimensiones del problema y metodologías de investigación disímiles. Lo cual puede ir en detrimento de ganar exhaustividad en un aspecto específico, pero también expone la complejidad del objeto de estudio, que ha experimentado un renacer del interés académico luego de las grandes discusiones sucedidas entre las décadas de 1960 y 1970. A partir de esta recopilación, se pueden confirmar o destacar algunas tendencias y consecuencias asociadas a este tipo de flujos, repensar las múltiples maneras de problematizar e investigar el tema. Pese a ello, no se presentan grandes contrastes entre capítulos en la medida que los casos abordados tienen varios puntos en común.

Este libro, tal como se adelantaba, realiza una buena exposición para todo investigador que desee saber más acerca de la temática y conocer sobre cómo están estructuradas algunas de sus discusiones más relevantes para luego poder fijar su posicionamiento en el campo. De todos modos y en línea con las controversias que genera, omite el enfoque sobre las redes de conocimiento de la diáspora, es decir, las organizaciones de expatriados altamente calificados dispuestos a realizar contribuciones al desarrollo de sus países de origen. Sin embargo, traza un actualizado estado del arte con datos recientes, analizados por expertos como Pellegrino, como así también expone aristas — por ejemplo: la dimensión relacional del fenómeno o el retorno — que deben seguir siendo estudiadas con mayor detalle. En definitiva, "La migración calificada desde América Latina. Tendencias y Consecuencias" aporta al debate y la reflexión y delinea desafíos de investigación que pueden ser retomados por otros para avanzar en la comprensión y cuantificación del fenómeno.

Submetido a 16/07/2015. Aceite para publicação a 05/12/2015.

María Verónica Moreno (mveronica_moreno@yahoo.com.ar). Universidad de Buenos Aires, Facultad de Ciencias Sociales, Instituto de Investigaciones Gino Germani & Universidad del Salvador, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO). Uriburu 950, 6º piso, oficina 9, 1114 Ciudad de Buenos Aires, Argentina.

Solé, Carlota; Parella, Sonia; Petroff, Alisa (Coords.) (2014),
*Las migraciones bolivianas en la encrucijada interdisciplinar: evolución,
cambios y tendencias*, Coléccion Focus on International Migration n° 1,
Editorial: Universitat Autònoma de Barcelona y Centre d' Estudis I Recerca
en Migracions

Cecilia Melella

■ Instituto Multidisciplinario de Historia y Ciencias Humanas (IMHICIHU)/Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) y Universidad de Buenos Aires

La obra colectiva "Las migraciones bolivianas en la encrucijada interdisciplinar: evolución, cambios y tendencias" (2014) constituye el primer número de una colección de monografías titulada "Focus on International Migration", editada por el Centre d' Estudis I Recerca en Migracions (CER) de la Universidad Autónoma de Barcelona bajo el formato *e-book*. En principio, resulta necesario subrayar que la migración boliviana constituye uno de los primordiales flujos migratorios internacionales hacia mercados laborales de países fronterizos, norteamericanos y europeos (en especial España). Como se destaca en este volumen, además de la dinámica constitutiva de la historia de ese país andino, la originalidad del fenómeno reside en la intensidad y las particularidades que adquieren estos flujos en un contexto de globalización y de creciente proliferación de vínculos transnacionales y multi-locales que caracterizan las migraciones contemporáneas. Los textos que integran esta compilación son producto de un largo proceso de debate en distintos espacios de discusión académica. Reúne los trabajos de un conjunto de investigadores e investigadoras que, desde diversas disciplinas como la sociología, la geografía, la historia y la demografía, y desde diferentes aproximaciones metodológicas han abordado el estudio de las migraciones bolivianas y sus impactos. A partir de estudios de caso llevados a cabo en diferentes contextos, los autores cubren un espectro geográfico amplio y avanzan hacia una comprensión transnacional de las dinámicas migratorias.

El libro consta de seis capítulos y un apartado de conclusiones y reflexiones finales. En el Capítulo 1: "Bolivia, historia de migraciones: pasado y presente", Marcela Tapia (Investigadora de la Universidad Arturo Prat de Chile) revisa la historia migratoria de Bolivia en el contexto latinoamericano e internacional. Parte de una concepción holística con relación a los procesos migratorios interregionales y

extra-regionales que definen las dinámicas migratorias bolivianas. No obstante, la minuciosidad del análisis histórico permite explicar la configuración actual del país andino y su constitución como foco emisor de migrantes.

El Capítulo 2: "El impacto de las migraciones cochabambinas en el marco de las transformaciones globales de las migraciones", fue elaborado por Carmen Ledo (Universidad Católica de Bolivia), Isabel Yopez (Universidad Católica de Lovaina) y Jean Michel Lafleur (Universidad de Lieja). A partir de la explotación de los datos de una macro-encuesta realizada por el Centro de Planificación y Gestión de la ciudad de Cochabamba (CEPLAG) en marzo de 2009, los autores elaboraron un apartado que recoge las características socio-demográficas de los migrantes bolivianos procedentes de la ciudad de Cochabamba. A partir de la información estadística se construyó el perfil de los migrantes, los principales destinos a los que viajan, los cambios en su constitución familiar, el uso de los medios de comunicación transnacionales y la posibilidad de participación política en el origen y en el destino.

El Capítulo 3: "Territorios bolivianos en las metrópolis españolas: Madrid y Barcelona" a cargo de Virginie Baby-Collin (Universidad de Marsella), Lucile Medina (Universidad de Montpellier), Naik Miret (Universidad de Poitiers) y Susana Sassone (CONICET, Argentina) y el Capítulo 4: "La inmigración boliviana en la Argentina: Lógicas geográficas de la difusión territorial y metropolización" realizado por Genevieve Cortés (Universidad de Montpellier) y Susana Sassone, exponen dos casos que exponen los modos de inscripción territorial de la migración boliviana en tres grandes metrópolis como Madrid, Barcelona y Buenos Aires. Para las autoras, las diferentes inscripciones territoriales en estas magnánimas urbes revelan formas de inserción social y modos de vida específicos del colectivo boliviano en el

contexto metropolitano. Estas formas o estrategias, como la capacidad para generar redes o visibilizarse, conforman de patrones de territorialización que se han ido forjando a lo largo de los años.

El Capítulo 5: "Una aproximación tipológica del empresariado inmigrante transnacional de origen boliviano en España" de Leonardo Cavalcanti (Centro de Investigaciones y Pos-graduación sobre las Américas, CEPPAC de Brasilia) aborda el análisis de las prácticas transnacionales de carácter económico desde el estudio del empresariado transnacional boliviano afincado en España. La tesis de Cavalcanti radica en que el empresariado inmigrante conforma una categoría analítica que permite vislumbrar la dimensión transnacional de esta migración, pues el fenómeno migratorio instituye la principal fuente de ingresos y contribuye de diferentes formas a la sociedad de origen y a la de destino.

El Capítulo 6: "El retorno cíclico boliviano: control y libertad en los proyectos de movilidad entre España y Bolivia" de Leonardo de la Torre (Universidad Autónoma de Barcelona) estudia las dinámicas de retorno de la migración boliviana residente en España. De la Torre afirma que la movilidad compone una particularidad del pueblo boliviano que se puede remontar al período pre-colonial y pre-incaico. A partir del concepto de "*habitus* migratorio boliviano" esbozada por Alfonso Hinojosa, De la Torre se pregunta por el peso de esta categoría a la hora de poner en juego negociaciones para articular el retorno por parte de los migrantes de este país andino.

Finalmente, Sonia Parella y Alisa Petroff (Universidad Autónoma de Barcelona) concluyen que las aportaciones teórico-metodológicas y empíricas de la obra ponen en relieve el potencial de un abordaje interdisciplinario a la hora de estudiar las migraciones en contextos de transnacionalismo. En primer lugar, desatacan la relevancia del enfoque histórico dentro del campo migratorio como

uno de los ejes fundamentales que recorren el libro. Asimismo, ponen en valor el protagonismo del espacio y las formas de territorialidad que admiten la superación de una visión meramente física y lo comprenden como "un producto social que se alimenta a partir de capitales y recursos que circulan a través de redes étnicas y sociales" (Parella y Petroff, 2014: 152) que nos hablan de las experiencias concretas y de las representaciones de los migrantes.

En tercer lugar, esta obra evidencia la necesidad de construcción de estrategias analíticas y metodológicas multi e interdisciplinarias que contemplen las metodologías múltiples y los análisis comparativos. Este enfoque pone de manifiesto que los procesos migratorios se leen de manera distinta según cada disciplina y pertenencia de los investigadores condición que, lejos de convertirse en un inconveniente, posibilita la concreción de una respuesta a la complejidad del fenómeno migratorio basada en la confluencia de metodologías y técnicas de distintos orígenes.

Por último, se recalca la importancia de la perspectiva transnacional como herramienta teórica, epistemológica y metodológica que faculta la comprensión de las migraciones –en nuestro caso bolivianas– de manera múltiple y exhaustiva. Asimismo, la obra destaca que la incorporación de la perspectiva transnacional para el análisis de las migraciones internacionales resulta imprescindible a la hora de proporcionar propuestas de políticas públicas en distintos ámbitos y de reflexionar sobre el papel que debe asumir el Estado. Ello incluye tanto el apoyo a personas migrantes y sus comunidades, con el fin de avanzar en el desarrollo familiar y comunitario en zonas emisoras, como la promoción de marcos políticos en las sociedades de destino que consigan aunar la multiplicidad de pertenencias e identidades para la conformación de sociedades más justas, inclusivas e igualitarias.

Recebido a 05/10/2015. Aceite para publicação a 05/12/2015.

Cecilia Melella (cemelella@gmail.com). Instituto Multidisciplinario de Historia y Ciencias Humanas (IMHICIHU)/Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) y Universidad de Buenos Aires. Manzoni 197 6to piso depto A, 1407 Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina.

LISTA DE REFEREES – NÚMEROS 23, 24 e 25, 26 e 27

ANDRADE, Luciana
AQUINO, Cássio A. B.
AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli

BRANCO, Rui
BURGOS, Marcelo Baumann

CHALLINOR, Elizabeth
CHAVES, Miguel
CURI, Martin

DE LEMOS MARTINS, Moisés
DELICATO, Ana
DIAS, Isabel Correia
DIÓGENES, Glória
DIOGO, Ana Matias
DIOGO, Fernando
DIONÍSIO, Bruno
DORES, António Pedro

FERNANDES, Ana Alexandre
FONTES, Margarida
FORTUNA, Carlos
FRANÇA, Thais
FRUGOLI JR, Heitor

GUEDES, Simoni Lahud
GUERRA, Paula

LOPES, João Teixeira

MACHADO, Paulo
MALDONATO, Alma
MALET CALVO, Daniel
MARIVOET, Salomé
MARQUES, José Carlos
MARTINS, Isaurora
MARTÍNEZ-RIGOL, Sergi
MELELLA, Cecilia
MELLO, Marco Antônio

NEVES, José
NOFRE, Jordi
NUNES, João Pedro S.
NUNES, João Sedas

OLIVEIRA, Maria Madalena Costa

PADILLA, Beatriz
PEIXOTO, Paulo
PEREIRA, Patrícia
PUSSETTI, Chiara

RASIA, José Miguel
RESENDE, José Manuel

SEBASTIÃO, João
SERRA, Helena
SIEBER, Tim
SILVA, Luisa M. P. F.
SILVA, Sílvio Ricardo
SIMÕES, José Alberto
SIQUEIRA, Maria da Penha S.

TAVARES, David



Normas para apresentação de originais

A revista *Forum Sociológico* publica artigos originais, entrevistas, recensões críticas e documentos. Todos os originais propostos para publicação na revista *Forum Sociológico* devem ser enviados por e-mail para o endereço eletrónico da revista (forum@fcsh.unl.pt).

É política editorial da revista *Forum Sociológico* respeitar a opção ortográfica dos autores que publica. Os artigos originais têm de ser inéditos e não podem estar a ser submetidos para publicação em outras revistas nacionais. Devem ter no máximo 40 000 caracteres (incluindo espaços, resumos, notas de rodapé, bibliografia, quadros, gráficos e figuras, o que perfaz cerca de 18 páginas) e podem integrar-se nos dossiês temáticos ou ser publicados na seção "Outros Textos". Os artigos propostos para publicação são submetidos a parecer de especialistas das áreas respetivas em regime de anonimato. A decisão final da publicação é da responsabilidade do Conselho de Redação. Cada texto deve iniciar-se com um resumo, em português e inglês, com um máximo de 1000 caracteres (10 linhas), seguidos de 3 ou 4 palavras-chave nesses mesmos idiomas.

Também se publicam entrevistas a especialistas sobre temas relevantes no âmbito das Ciências Sociais, bem como recensões críticas cujas temáticas sejam pertinentes no âmbito das Ciências Sociais. Serão também aceites documentos, notas analíticas e conclusivas resultantes de trabalhos de investigação, e outros documentos considerados relevantes que não se enquadram no formato previsto para os artigos. Tais documentos (projetos, materiais sociográficos, documentos, recensões) deverão observar os seguintes limites de páginas: no caso de entrevistas, uma a duas páginas; para outros documentos, até cinco páginas.

Os textos devem ser apresentados em páginas A4, a espaço e meio (norma também válida para a bibliografia), em tipo de letra "Times New Roman", tamanho 12 com as margens superior, inferior, esquerda e direita a 2 cm. Os quadros, gráficos e figuras deverão ser numerados de forma contínua, em numeração árabe, para cada um dos elementos respetivos (Quadro 1; Gráfico 1; Figura 1).

Adotamos a norma de citação anglo-saxónica: autor, ano de edição, página. Ex.: (Elias, 1983: 5). Quando as transcrições ultrapassarem as 5 linhas de texto, devem vir destacadas do corpo do texto em letra tamanho 11 e margens late-

rais de 1 cm. Para as transcrições de menor dimensão, deverão ser utilizadas as aspas duplas ("..."); para citações secundárias (dentro da própria transcrição), deverão utilizar-se as aspas francesas («...»); o itálico deverá ser utilizado apenas no caso de se tratar de uma citação destacada em língua estrangeira.

As referências bibliográficas são apresentadas de forma alfabeticamente ordenada por último nome do primeiro autor no final do artigo. Deverão obedecer às seguintes regras: o último nome do primeiro autor, primeiros nomes do primeiro autor; no caso de haver mais do que um autor, os seus nomes aparecem pela ordem normal, seguido do ano de edição (e o ano de edição original caso se conheça), o título da obra, a localidade, editora; os títulos de livros e revistas aparecem em itálico e os títulos dos textos ou artigos entre aspas. No caso de os autores serem múltiplos, pode identificar-se o primeiro autor, ou os dois primeiros, seguido de "et al.". Caso se conheçam, devem ser assinalados os autores quando organizadores da obra ou quando responsáveis pela sua edição. Essa informação deve ser colocada entre parêntesis, logo após os nomes a que dizem respeito: (org.) ou (orgs.), (ed.) ou (eds.).

PROCESSO DE ARBITRAGEM CIENTÍFICA

- A qualidade científica dos artigos publicados na revista *Forum Sociológico* é assegurada por um processo de arbitragem anónimo.
- Os artigos propostos são submetidos a uma primeira análise por parte do Conselho de Redação.
- Os artigos que se integrem no âmbito disciplinar da revista são posteriormente submetidos a parecer de especialistas das áreas respetivas (*referees*), num mínimo de 2, em regime de anonimato.
- Os *referees* serão escolhidos de entre os membros do Conselho Editorial, recorrendo-se também a outros reputados especialistas no domínio das propostas de publicação.
- A decisão final de publicação é da responsabilidade do Conselho de Redação, com base nos pareceres emitidos pelos *referees*.
- Os pareceres dos *referees* são enviados aos autores de forma anónima, acompanhados de uma carta da Diretora sugerindo a realização

das alterações ou correções propostas nos referidos pareceres.

- No caso de serem sugeridas aos autores alterações ou correções, o Conselho de Redação zelará pela efetiva introdução das mesmas.
- Os artigos a integrar os *Dossiês Temáticos* serão publicados segundo os critérios acima enunciados. Em complemento, poderão os organizadores do *Dossiê* fazer convites de publicação a especialistas no domínio em causa, os quais ficam sujeitos à aprovação do Conselho de Redação.

- A lista de *referees* será publicada periodicamente na própria revista, sem no entanto se identificarem os artigos analisados por cada um.

Revista *Forum Sociológico*

CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais

Edifício I&D, Avenida de Berna, 26

1069-061 Lisboa

E-mail: forum@fcsh.unl.pt

Site: <http://sociologico.revues.org/>

ASSINATURAS

Todos os números da Revista *Forum Sociológico* podem ser adquiridos presencialmente ou encomendados.

Morada:

Revista *Forum Sociológico*

CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais

Edifício I&D, Avenida de Berna, 26 – 1069-061 Lisboa

E-mail: forum@fcsh.unl.pt

Telefone: 00351 21 790 83 00 (ext. 1488)

Preço por exemplar: €10,50 (c/IVA)